



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

KARLA HEGEANE VIEIRA DE LIMA

**TRABALHO, CULTURA E POLÍTICA NO MATADOURO DA CABANGA:
Os fressureiros do Recife (1900-1920)**

Recife
2019

KARLA HEGEANE VIEIRA DE LIMA

**TRABALHO, CULTURA E POLÍTICA NO MATADOURO DA CABANGA:
Os fressureiros do Recife (1900-1920)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco), como pré-requisito para obtenção do título de mestre em História.

Área de Concentração: Sociedades, culturas e poderes.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Isabel Cristina Martins Guillen

Recife
2019

Catálogo na fonte
Bibliotecária: Valdicéa Alves Silva, CRB4-1260

L732t Lima, Karla Hegeane Vieira de.
Trabalho, cultura e política no matadouro da cabanga: os fressureiros do Recife (1900-1920) / Karla Hegeane Vieira de Lima – 2019.
152 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Isabel Cristina Martins Guillen.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História, Recife, 2019.

Inclui referências, apêndices e anexos.

1. História – Estudo e ensino. 2. Luta pelo fim da escravidão - Mutualismo. 3. protagonismo dos trabalhadores. 4. Cidadania. 5. Carne - Comércio. I. Guillen, Isabel Cristina Martins (Orientadora). II. Título.

907 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2019-249)

KARLA HEGEANE VIEIRA DE LIMA

**TRABALHO, CULTURA E POLÍTICA NO MATADOURO DA CABANGA:
Os fressureiros do Recife (1900-1920)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco), como requisito parcial para obtenção do título de mestre em História.

Área de Concentração: Sociedades, culturas e poderes.

Aprovada em: 12/07/2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Isabel Cristina Martins Guillen (orientador)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^a Dr.^a Suzana Cavani Rosas (examinador interno)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^a Dr.^a Maria Emília Vasconcelos dos Santos (examinador externo)

Univerdidade Federal Rural de Pernambuco

À Mainha Mariana (in Memorian).

AGRADECIMENTOS

Esses quase dois anos e meio de mestrado foram de bastante aprendizado, tanto na esfera acadêmica quanto na parte afetiva. Muitas vezes esses dois caminhos se cruzaram, para o bem e para o mal. Gostaria aqui de sinteticamente agradecer àqueles que de alguma forma me ajudaram a não pirar nesse cruzamento.

Nesse sentido, agradeço à minha família que com seu enorme cuidado e compreensão nos intermináveis dias com os olhos vidrados no computador foi responsável por me fazer seguir o caminho sem questionar a validade das minhas escolhas. Seu Carlos sou eu de calças e as nossas resenhas foram sempre o respiro necessário entre as horas de escrita. Minha mãe, Rejane, e Bezinha são duas mulheres tão diferentes e tão parecidas que chega a parecer mentira o modo como as duas conseguiram me criar. Apesar de nunca terem pisado numa universidade, elas sempre foram minhas principais incentivadoras na busca por uma formação de qualidade e falam com muito orgulho de minhas conquistas para todos que conhecem. É uma grande vitória que eu seja a primeira da família a me formar numa universidade pública, ainda mais chegando tão longe com um mestrado.

Os amigos, tão queridos, também representaram papel de sustentáculo nesse período, a eles meu muito obrigado. Eudes é o amigo mais antigo na minha jornada, unidos pelo desdém e falta de apreço pelo alheio, juramos amor e ódio eternos. Jeka foi uma das grandes incentivadoras nessa empreitada acadêmica e está sempre presente fazendo surpresas e me dizendo o quão incrível e competente sou. Jamerson e Juliane foram os responsáveis por me tirar de casa quando o que eu mais precisava era de uma cerveja.

Os companheiros da turma do mestrado foram incríveis. Yves, Ghita, Chico, Lore, Luquinhas e Dário fizeram do tempo nas aulas, na piscina de Dário e nos bares da universidade ótimas oportunidades para que eu soubesse que os sentimentos em relação à academia eram compartilhados. Arê talvez não saiba, mas nossas conversas nos almoços da Chita e no direct do Instagram sempre me acrescentam muito.

Também gostaria de agradecer a algumas instituições e seus funcionários. À CAPES pela concessão da bolsa de pesquisa. Sem o auxílio financeiro, seria impossível concluir esse texto. Sandra, da secretaria da Pós-graduação, também foi fundamental com seu profissionalismo e presteza. Também aos funcionários dos arquivos pelos quais passei, sempre solícitos e dispostos a ajudar na busca pelos fressureiros, meu muito obrigada. No Arquivo Público Estadual João Emerenciano, seu Hildo e Emerson foram os responsáveis por me

auxiliar na procura de documentos para essa pesquisa tão específica. No Memorial de Justiça, Jamerson com seu cafezinho e biscoitos no fim da tarde.

Às professoras Suzana Cavani e Maria Emília Vasconcelos pela leitura astuta e participação na banca de qualificação. Sem os ajustes propostos e os caminhos apontados não teria chegado tão longe na escrita.

Isabel Guillen, minha orientadora desde a Iniciação Científica, me proporcionou o ambiente para que eu exercesse plenamente minha autonomia intelectual. Ensinar a aprender é para mim uma das grandes lições que podem ser ensinadas por professores e Isabel sempre me guiou nesse sentido. Suas constantes leituras das múltiplas versões desse texto e dos meus e-mails ansiosos com as respostas apontando caminhos foram fundamentais para execução da pesquisa.

Por fim, sem André Carvalho essa dissertação não teria saído do projeto. Amigo íntimo desde a época do intercâmbio, posso dizer que Dedeco escreveu comigo esse texto. Em conversas intermináveis por telefone, leituras e correções quase que semanais, ele participou de cada pequena etapa da pesquisa e da escrita. Entre cervejas, noitadas em Recife, João Pessoa, Buenos Aires, Cachoeira e Salvador, estivemos grudados nos divertindo e trabalhando. Tenho muito orgulho de ser amiga de alguém tão formidável quanto André: historiador rigoroso, insaciável curioso, ser humano generoso e versado nas artes da estética e da beleza. Te amo demais, amigo. A gente ainda voa!!

RESUMO

A dissertação investiga os fressureiros do Recife, categoria de trabalhadores responsável pela venda dos miúdos do boi, entre os anos de 1900 e 1920. A relação entre a constituição de entidades mutualistas e a realização de greves é observada tendo a busca por cidadania, desses homens negros em sua maioria, no pós-abolição como horizonte interpretativo. Para observar esses aspectos, a dissertação percorre os caminhos do Matadouro da Cabanga, o espaço primordial de trabalho dos fressureiros, e suas adjacências; aspectos do cotidiano de trabalho desses homens e suas relações comunitárias a partir da repressão policial costumeiramente sofrida e, por fim, as relações entre as instituições de ajuda mútua da categoria e as greves empreendidas, tendo em vista um contexto mais amplo de participação política e associativa dos trabalhadores na cidade. Com isso, foi possível estabelecer conexões entre as associações de trabalhadores negros no Recife e o movimento operário na cidade; contribuindo assim, para a historiografia que vem pontuando o protagonismo dos trabalhadores negros na constituição do movimento operário.

Palavras-chave: Pós-abolição. Mutualismo. Movimento Operário. Cidadania. Matadouro.

ABSTRACT

This dissertation explores the fressureiros of Recife, group of workers responsible for the sale of offal, between the years of 1900 and 1920. The relation between the constitution of mutual organizations and the making of strikes is observed with the seek for citizenship of these black men, in the majority, in the post-abolition as interpretative horizon. To observe these aspects, the dissertation follows the paths of the Cabanga Slaughterhouse, the main work space of the fressureiros, and their adjacencies; aspects of the daily work of these men and their community relations based on the customary police repression and, finally, the relations between the mutual institutions of the category and the strikes undertaken, with the view of a wider context of political and associative participation of workers in the city. Therewith, it was possible to establish connections between the black workers 'associations in Recife and the workers' movement in the city; thus contributing to the historiography that is punctuating the prominence of the black workers in the constitution of the labor movement.

Keywords: Post-abolition. Mutualism. labor movements. Citizenship. Slaughterhouse.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1-	Cabanga- Matadouro Público- Fragmento da Planta da Cidade do Recife, reduzida dos levantamentos da cidade feitos por Sir Douglas Fox e Sócios & H. Michell Whitley, 1906.....	24
Figura 2-	Matadouro da Cabanga. FUNDAJ. Álbum de Pernambuco, 1913.....	30
Figura 3-	Feira ao ar livre na Madalena. FUNDAJ. Álbum de Pernambuco, 1913.....	68
Quadro 1-	Classificação por cor dos fressureiros nos livros de entrada e saída da Casa de Detenção do Recife.....	77
Quadro 2-	Motivos dos Recolhimentos de Fressureiros à Casa de Detenção do Recife	83

LISTA DE SIGLAS

APEJE	Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano
CDR	Casa de Detenção do Recife
DP	Diário de Pernambuco
FUNDAJ	Fundação Joaquim Nabuco
JR	Jornal do Recife
JP	Jornal Pequeno
MJPE	Memorial de Justiça de Pernambuco
PCR	Prefeitura da Cidade do Recife
SBFP	Sociedade Beneficente dos Fressureiros de Pernambuco
SSP	Secretaria de Segurança Pública
UMDR	União Montepio dos Fressureiros do Recife

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	O MATADOURO DA CABANGA COMO ESPAÇO DE DISPUTAS.....	23
2.1	A dinâmica de trabalho na Cabanga.....	29
2.2	“Piedade para esse pobre povo, que joga o bicho para desafogo de paixões, para espairecer os males e manter a esperança em obter pela sorte os meios difíceis de subsistência”: as questões em torno do preço das carnes verdes.....	36
2.3	Qualidade da carne, higiene e saúde pública.....	51
3	CONTROLE SOCIAL DO COTIDIANO DOS FRESSUREIROS.....	66
3.1	Os ajuntamentos de fressureiros e o ordenamento do mundo do trabalho numa sociedade racializada.....	67
3.2	Controle social nos espaços de trabalho e lazer.....	78
3.3	Questões familiares e religiosas.....	90
3.4	Os fressureiros malungos.....	97
4	SEGURIDADE E RESISTÊNCIA: AS MUTUALISTAS DE FRESSUREIROS E AS PARALISAÇÕES DO TRABALHO.....	103
4.1	“Que se regozije, pois, a classe pobre de nossa capital, com a vitória dos fressureiros”: A criação da Sociedade Beneficente dos Fressureiros de Pernambuco e o enfrentamento da pobreza.....	107
4.2	Ainda sobre o <i>Modus Operandi</i> da Sociedade Beneficente dos Fressureiros de Pernambuco.....	115
4.3	A União Montepio dos Fressureiros do Recife e as greves da década de 1910	125
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
	REFERÊNCIAS.....	136
	APÊNDICE A- Fontes.....	143
	ANEXO A- Fressureiros com passagens na Casa de Detenção do Recife (1900-1920).....	145
	ANEXO B- Diretoria da Sociedade Beneficente dos Fressureiros de Pernambuco.....	150
	ANEXO C- Concelho e comissões da Sociedade Beneficente dos Fressureiros de Pernambuco.....	151
	ANEXO D- Diretoria e Comissões da União Montepio Beneficente dos Fressureiros do Recife.....	152

1 INTRODUÇÃO

Os fressureiros eram os homens¹, geralmente negros, responsáveis por vender as vísceras do gado, tanto nos mercados quando nas ruas do Recife em tabuleiros. São esses homens, enquanto categoria de trabalhadores, os principais atores desse estudo. Não era costume comprar todas as partes comestíveis dos gados bovino, suíno e caprino no mesmo estabelecimento, sendo assim, as carnes verdes eram geralmente vendidas nos talhos (açougues) e as vísceras, coração, língua etc. eram de responsabilidade dos vendedores de fatos. É bom que o leitor já se ambienta com as diversas formas de chamar um fressureiro: miudeiro, fateiro, tripeiro, vendedor de fatos, vendedor de tripas em várias bifurcações dos sinônimos fressuras, fatos, miúdos e tripas. Talvez quem me leia também não esteja muito ciente do que pode ser feito com os miúdos e por quem eles eram geralmente consumidos. De modo bastante geral, as fressuras faziam parte da alimentação das camadas de menor poder aquisitivo já que muitas vezes o preço das carnes verdes impossibilitava seu consumo por quem não pertencesse às classes mais remediadas. Fazer uma panelada com as vísceras do boi poderia ser um ótimo jeito de receber os amigos e alimentá-los sem a necessidade de gastar muito dinheiro, por exemplo, ou mesmo consumir de outras diversas formas os miolos do boi, as tripas do porco e a rabada do bode.

Inseridos nesse universo de trabalho, os fressureiros Pedro Avelino de Souza e Manoel Amaro Cavalcanti se desentenderam na Estrada dos Remédios no dia 20 de outubro de 1905 (JP, 20/10/1905; JR, 20/10/1905; A PROVINCIA, 20/10/1905; DP, 20/10/1905). O primeiro era conhecido como Pedro Fateiro e o outro como Manoel Bruto. As versões da imprensa são conflitantes sobre os motivos e o transcorrer da luta entre eles. Em alguns jornais, o cunhado de Pedro Avelino, Joaquim Avelino, também aparece como participante da contenda. As notícias sobre o caso não foram lá de grande notoriedade dentro do espaço dos jornais, afinal de contas nada mais comum naqueles dias que uma briga entre homens pertencentes às classes mais pobres da cidade. Não fosse a profissão deles dois, também não teria entendido o episódio como necessário de ser anotado no meu caderninho de pesquisa, já que a repetição de tantos casos parecidos por essas folhas deixa no pesquisador a ideia de banalidade de aspectos tão

¹ Imperativo pontuar o gênero dessas pessoas, já que não necessariamente esse ofício foi exercido por homens em todos os locais e temporalidades. Para o Recôncavo Baiano em meados do século XIX, Richard Graham menciona as fateiras, mulheres que vendiam os fatos do boi e que eram reconhecidas enquanto perigosas pelo constante uso de faca. (2013).

singulares das vidas das pessoas do passado.² Foi consenso, entretanto, a informação de que Pedro teria atirado o tabuleiro de fressuras de Manoel ao chão e a subsequente luta corporal entre eles, tendo o segundo sido gravemente ferido no braço por uma faca. Mas o ocorrido antes da desforra é o que me fez entender o caso como passível de maior investigação. Segundo *A Província*, tudo isso ocorreu depois de uma discussão entre os dois sobre a greve dos fressureiros em andamento naqueles dias. Parece que Manoel Bruto continuava a trabalhar e Pedro Fateiro decidira não comercializar os fatos. Estava ele tentando fazer com que Manoel Bruto também aderisse àquela paralisação?

Diligências policiais foram procedidas contra Pedro Avelino nos dias subsequentes ao evento como seria de se esperar, mas ele parece não ter sido preso em função do sucedido³. Em dezembro do mesmo ano esse sujeito foi eleito como adjunto da comissão de sindicância da Sociedade Beneficente dos Fressureiros de Pernambuco. Quando essa instituição deixou de existir em 1910, ele ainda fazia parte da experiência associativa. Também foi um dos membros da diretoria da União Montepio dos Fressureiros do Recife em 1914 como tesoureiro. Deixei de acompanhar os passos de Pedro Fateiro em 1918 quando por ocasião de um mal súbito ele morreu dentro do Matadouro da Cabanga. Por essa época ele era magarefe naquele estabelecimento, teria deixado a vida de fressureiro de lado completamente?

Essa é uma das várias histórias que pretendo contar sobre os fressureiros do Recife nas duas primeiras décadas do século XX, envolvendo seus espaços de trabalho e sociabilidade. Estudando trabalho de rua no Recife do pós-abolição em um projeto de iniciação científica⁴, me deparei com inúmeras categorias de trabalho do universo urbano, mas fui sugada pelo mundo dos fressureiros numa notícia sobre uma greve da categoria em 1903 demandando menores preços para as fressuras dos marchantes. Daí em diante, descobri que alguns meses antes daquela paralisação do trabalho, a mesma categoria havia criado uma associação

² As fontes não são a própria história, elas só falam a partir de um texto historiográfico e este é sempre concebido dentro de determinadas perspectivas teóricas. Koselleck diz que primeiro se estabelece as premissas teóricas e só depois disso é que as fontes começam a falar de si. Sendo assim, uma teoria da história é sempre imprescindível. No entanto, são as fontes que dirão o que é e o que não é possível, elas “têm poder de veto”. (2006, p.188). A crítica das fontes e uma teoria não podem andar separadas, tal qual a necessidade de objetividade e o reconhecimento de que o conhecimento histórico é sempre perspectivo. No caso em questão, o reconhecimento de que fenômenos singulares, como uma disputa entre dois homens nas ruas do Recife, poderiam corresponder ao que Edoardo Grendi chamou de excepcional normal me ajudou a desnaturalizar o que as fontes propunham de forma mais evidente. Observar o que se apresenta na cotidianidade, como esses indivíduos viveram em suas sociedades e em que medida conflitos e alianças dizem de situações particulares e ao mesmo tempo recorrentes foi possível a partir desse pressuposto.

³ Não pude identificar nenhuma entrada de Pedro Avelino de Souza na Casa de Detenção do Recife nos dias que sucederam o ocorrido.

⁴ Trabalho de Iniciação Científica financiado pela FACEPE sob o título Cultura Urbana e Trabalho de Rua no Recife do Pós-abolição (1890- 1920) sob orientação da professora Isabel Cristina Martins Guillen.

mutualista. A vontade de saber das ligações existentes entre a mutualista e aquela greve de 1903 me fizeram adentrar cada vez mais no tema e finalmente desejar escrever uma dissertação sobre esse tipo de conexão.

Nos anos que essa pesquisa cobre, o Matadouro da Cabanga era o principal estabelecimento de matança de gado da cidade⁵, então não é de se estranhar que a maior parte das ações aqui serão narradas tenham se dado entre São José e Afogados, sendo a Cabanga o ponto de interseção por onde eles precisavam passar para adquirir o produto de seu comércio. Entretanto, esses locais não representam apenas seus espaços de trabalho, também são os locais onde muitos deles moravam, se divertiam, amavam, exerciam sua cidadania, enfim, eram sujeitos de forma plena e não apenas trabalhadores estritamente.

Usarei durante essa dissertação a expressão “trabalhadores da carne” para falar de uma profusão de profissionais que estavam ligados ao comércio de carnes verdes e fressuras e ao espaço dos matadouros. Muitas dessas profissões não são conhecidas atualmente, o que faz necessária uma pequena explicação sobre as principais. Os talhadores, ou açougueiros, talvez sejam os mais fáceis de identificar, já que era nos talhos onde a carne verde era comercializada principalmente. Eles geralmente eram pessoas contratadas pelos marchantes para esse comércio, sendo assim, eram empregados que ganhavam um salário. Esses últimos aparecem nesse estudo como os opositores diretos dos fressureiros. Eram eles os detentores da licença municipal para o abate de gado, dispoendo da propriedade dos animais e da cadeia produtiva das carnes de modo geral. Também existiam os magarefes, responsáveis pela matança do gado e pelo preparo das carnes; os estribeiros que cuidavam do gado nos estábulos, os lavadores de fatos, o chefe da matança, os fiscais de carne verde, os administradores do matadouro e os médicos responsáveis pela inspeção do gado em pé e da carne. Algumas outras pessoas também faziam parte desse espaço, mas como aparecem de forma diminuta nas fontes, não necessitam de tanto esclarecimento nessa introdução.

A identificação dos sujeitos nas fontes foi diversas vezes bastante complicada. Alguns deles desempenhavam outras atividades, e nem sempre referiam a si e eram referidos como fressureiros, mas a partir de denominações genéricas como a jornaleiro. Recorri ao método onomástico para tentar lidar com esses problemas e por entender que "as linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido." (GINZBURG, 1989,

⁵ Existiam ainda outros dois matadouros em funcionamento na cidade no período, um no Cordeiro e outro no Arraial.

p.175). Meu trabalho foi o de procurar os indivíduos que de algum modo foram associados ao trabalho com as fressuras para observar os locais ocupados por eles na sociedade, tanto nesses espaços que dizem do mundo do trabalho e crime, quando nos espaços políticos e associativos. Mesmo o nome sendo esse elemento de singularidade primordial, muitos daqueles homens foram identificados nas fontes de diversas maneiras, sendo a mesma pessoa, às vezes mudando o último sobrenome, em outras situações até dois sobrenomes, o que só pôde ser dirimido com o cruzamento de fontes, o que talvez não isente esse trabalho de falhas na identificação dos sujeitos. Como seria de se esperar, minha atenção esteve voltada de forma especial para os fressureiros participantes das mesas diretoras das sociedades mutualistas mencionadas.

Estudando o processo de formação de alguns grupos profissionais em Turim no século XVIII, Simona Cerutti fala como a abordagem micro analítica se conecta à história social. Ao tentar entender como grupos profissionais tiveram um papel específico na estratificação social da cidade, a autora diz dos modos como a perspectiva biográfica pode auxiliar na reconstrução de grupos sociais, já que ela entende esses processos a partir da redefinição constante das identidades profissionais como também a partir da desnaturalização das relações entre racionalidade individual e identidades coletivas nos processos de associação (CERUTTI,1998) (REVEL,1998). A reformulação das questões da história social, deixando de lado a ideia de que um objeto seria relevante na medida em que representasse um todo, foi uma das principais contribuições do projeto micro-histórico para o trabalho em questão. A escala micro foi adotada para entender os indivíduos encontrados que em algum momento da vida se alinharam a designação de fressureiros, entendendo que suas identidades vão muito além dessa identificação profissional, a diferença de escala adotada se apresentou como uma prerrogativa do próprio objeto de investigação tendo em vista a necessidade de percorrer os caminhos das fontes.

Não foram poucos os problemas de documentação enfrentados. Não puderam, por exemplo, ser encontrados documentos das associações beneficentes analisadas, como livro de atas e estatutos. Sendo assim, esse trabalho observa as falas dos fressureiros enquanto categoria de trabalhadores nas diversas vezes em que esses sujeitos publicaram nos jornais diários em situações como comemorações, prestações de contas e eleições das novas diretorias. Também são os jornais utilizados para a visualização de questões pertinentes ao cotidiano desses sujeitos e de outras pessoas que compunham o universo das carnes verdes no Recife.⁶ Para traçar um

⁶ Os jornais usados como fontes foram escolhidos essencialmente em função da aparição de notícias referentes aos fressureiros na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. De forma geral, as notícias referentes a essa categoria de trabalhadores apareceram de maneira muito fragmentada nas pesquisas nos jornais. Sendo assim, fez mais sentido observar as aparições a partir das palavras-chave do que escolher jornais específicos para serem analisados

perfil sociorracial desses sujeitos recorri aos livros de entrada e saída de presos da Casa de Detenção, já que nas pesquisas iniciais várias passagens desses sujeitos naquele espaço puderam ser percebidas. De posse de uma lista inicial de mais ou menos 120 nomes, depois bastante aumentada, procurei os vendedores de fato em uma documentação que diz dos modos como as ações daqueles sujeitos eram entendidas no campo do crime. Ainda no campo da análise dos sujeitos, procurei enriquecer o trabalho com alguns processos crime na tentativa de entender questões cotidianas e de controle social. Para além desses documentos que dizem dos atores do trabalho de forma muito específica, também analisei documentos da Prefeitura do Recife e do Conselho Municipal que versam sobre questões de higiene com as carnes e fressuras, como também relativos aos matadouros e suas receitas. Algumas outras fontes poderão ser notadas ao longo do trabalho, mas de forma geral foi esse o universo documental pesquisado.

Perceber que muitos desses homens talvez fossem oriundos do sistema escravocrata ou que tenham sido descendentes de pessoas escravizadas ajuda a visualizar com maior clareza seu local social no Recife do início do século XX. Também ajuda a pensar como essas pessoas estavam tentando angariar melhores condições de vida através de um exercício de cidadania que foi a luta enquanto trabalhadores. Entender que esses sujeitos eram apreendidos pelos contemporâneos dentro de uma perspectiva racializada contribui efetivamente para a historiografia que tem associado os mundos do trabalho e as lutas trabalhistas a um perfil de trabalhador diverso do imigrante italiano das fábricas paulistas. Espero que a pesquisa aqui empreendida contribua efetivamente para os estudos sobre os trabalhadores nas primeiras décadas do período republicano que coincidem com o pós-abolição, já que as vivências enquanto pessoas negras dos fressureiros dão a tônica de muitas das percepções dos contemporâneos sobre os fressureiros.

Por muito tempo na historiografia brasileira os trabalhadores negros, durante e depois da escravidão, foram vistos como não trabalhadores. Primeiro como escravizados, sendo assim, não trabalhadores em uma perspectiva capitalista onde alguém vende sua força de trabalho em troca de um salário; depois, como sujeitos marginalizados de tal forma do processo produtivo que teria lhes restado uma condição de subalternidade na própria organização dos trabalhadores (CHALHOUB e SILVA, 2009). O “muro de Berlim historiográfico” que separava historiadores da escravidão e do trabalho na República tendeu a apagar a cor dos indivíduos, havendo assim

em função de seu alinhamento político-ideológico. Evidentemente, uma vez analisadas uma notícia ou um grupo de notícias, os posicionamentos adotados pelo jornal e os autores dos textos não foram ignorados.

uma espécie de embranquecimento do movimento operário nacional, invisibilizando desse modo, os sujeitos negros que compuseram e protagonizaram lutas em prol de seus direitos.

Os trabalhos de E. P Thompson fomentaram estudos dos mais diversos sobre a escravidão no Brasil, observando a agência de homens e mulheres escravizados. No entanto, menos foi feito em relação à investigação dos modos como esses homens, mulheres e seus descendentes se organizaram em torno de movimentos sociais nos anos pós-abolição. Emília Vioti da Costa já questionava na década de 1980 o ocultamento dos trabalhadores nacionais negros e mestiços dos estudos sobre a classe operária em São Paulo, já que seus dados demonstravam que em 1920 brasileiros eram 60% dos operários nas indústrias do estado (NASCIMENTO, 2016). Uma historiografia não questionadora dos ideais de trabalhador formados na Europa condicionava os estudos sobre o tema à noção de que os trabalhadores negros, escravizados ou livres, não representariam a formação da classe operária e de sua consciência. Florestan Fernandes e sua noção de inadequação do negro à sociedade de classes está dentro de uma gama de estudos que falavam da exclusão do preto e do mestiço do mercado de trabalho formal e de um ativismo político no pós-abolição (CASTELLUCCI, 2010).

Esses mitos vêm aos poucos sendo quebrados e alguns estudos estão servindo para dissolver a imagem da classe operária combativa do início do século XX como a formada por trabalhadores imigrantes fabris de São Paulo, caso de exceção que durante muito tempo foi entendido enquanto modelo. Também a organização fora do Sudeste tem aparecido como tema necessário, é hora de entender como as experiências de luta e barganha por mais direitos aconteceu em outras partes do país. No caso de estudos sobre o Nordeste, essas investigações têm sido importantes para desmistificar a ideia de classe trabalhadora enquanto branca imigrante que não é válida nesse espaço do país, mas eles têm focado em trabalhadores mais qualificados que pela natureza de seus ofícios estiveram em melhores posições sociais, tendo assim um maior poder de barganha. Esse é o caso de estudos como de Aldrian Castellucci (Op. Cit), Marcelo Marc Cord (2012) e Osvaldo Maciel (2011), por exemplo⁷.

Certamente não foi o caso dos fressureiros do Recife naquelas décadas. Estes desempenhavam um trabalho que não pode ser entendido como inicialmente qualificado e

⁷ Esses estudos são importantes na medida em que pontuam o protagonismo de sujeitos negros na classe operária baiana e pernambucana, respectivamente, mostrando a inserção dessas pessoas em diferentes campos de ação profissional e política. Sendo assim, esses autores ajudam a pensar em trabalhadores, antes e depois da existência da escravidão, que se colocavam politicamente de diversos modos que não correspondem ao modelo por tantos anos apregoado pela historiografia nacional do trabalho. O trabalho de Mac Cord fala dos artífices de Recife ainda ano século XIX e o de Castellucci trabalha com o Centro Operário da Bahia já na época republicana, instituição composta principalmente de artífices.

respeitado socialmente⁸, eram pessoas classificadas enquanto pobres e não tinham patrões diretos. Mas ao mesmo tempo, eram pessoas não brancas em sua maioria e é possível perceber sua busca por cidadania de diferentes formas. Esse tipo de trabalhador tem sido estudado por autores como Marília Cecília Velasco e Cruz (2005; 2010), por exemplo. A autora tem o pós-abolição como horizonte temático e tenta entender como os trabalhadores oriundos da escravidão ou descendentes de escravizados se organizaram em torno de uma sociedade de ganhadores no Rio de Janeiro. Essas pessoas que exerciam funções no ambiente de rua e que não tinham patrões diretos também fizeram parte de experiências singulares de organização da classe trabalhadora, esta não foi exclusiva dos setores mais especializados. Nesse pequeno estudo sobre alguns trabalhadores em Recife espero que isso fique explícito.

Na tese de Felipe Azevedo e Souza (2018) uma profusão de greves no Recife entre os anos 1880 e 1906 é listada, sendo muitas delas de trabalhadores em ofícios subalternos e insalubres, o que aponta para organização da classe operária em nuances muito mais complexas. O ambiente da fábrica enquanto lugar privilegiado da classe operária também vem sendo questionado. A pesquisa de Felipe investiga o modo como a população mais pobre, negra geralmente, se relacionava com a política partidária dentro dos macroprocessos de abolição e passagem para República. Mas não só o sistema representativo é pesquisado, o autor pontua uma cultura política que vai além desse espaço político partidário, mesmo que esse tenha uma centralidade em seu trabalho. Muito do entendimento sobre a organização dos trabalhadores do Recife na primeira década do século XX dessa dissertação passa pelas conclusões de Felipe Azevedo e Souza, principalmente no que tange à gestão de uma cultura política, de uma “identidade de classe e de uma agenda própria dos trabalhadores” (Op cit, p. 24). Além disso, a ideia de que o movimento operário recifense surgiu da remodelação de práticas associativas tradicionais muito ajuda a pensar o modo como os fressureiros se organizaram em torno de sociedades de cunho mutualista, onde a fraternidade e a solidariedade deveriam pautar as relações sociais.

No caso dos vendedores de fressuras de Recife, consegui identificar seis paralisações do trabalho entre os anos de 1903 e 1916. Foram identificadas duas associações mutualistas da categoria, a Sociedade Beneficente dos Fressureiros de Pernambuco e a União Montepio dos Fressureiros do Recife. A Primeira existiu entre 1903 e 1910 e a segunda foi fundada em 1912, ela ainda existia na época da greve de 1916 e sua mesa diretora teve importante papel na

⁸ Ficará explícito durante o texto o desejo de uma parcela da categoria de barrar a entrada de novas pessoas nesse mercado de trabalho, trazendo para si qualificativos de legitimidade na profissão.

condução dos caminhos daquela paralisação, entretanto não consegui apurar sua data de extinção. Também é possível observar as relações dessas mutualistas e seus membros com outras instituições de trabalhadores, como ainda com associações recreativas ou mutuais de bairro, por exemplo. Além disso, as relações dos fressureiros com o movimento operário pernambucano de forma mais geral naquelas décadas, participando de eventos e greves que integraram de modo amplo os trabalhadores pernambucanos, também faz parte das reflexões aqui empreendidas. Esse é o escopo de análise do terceiro capítulo, intitulado *Seguridade e Resistência: as mutualistas e as paralisações de trabalho dos Fressureiros*. O estudo nasceu dessas questões entre a ajuda mútua e a resistência e esse é o principal viés condutor da discussão. Falo sobre as conexões existentes entre as mutualistas dos fressureiros, as greves promovidas por eles e as ligações desses dois universos com o contexto operário recifense daqueles anos. Também tento entender nesse capítulo os modos como essa categoria se projetou politicamente.

Muito dessa ideia de hibridismo entre as sociedades de assistência e resistência podem ser debitadas a Claudio Batalha e seus estudos sobre a classe operária nos primeiros vinte anos do século XX no Rio de Janeiro (1999). Para esse autor, não existiu uma substituição tão marcada das mutualistas pelos sindicatos quanto o dito por uma historiografia que observou essas experiências como uma espécie de pré-história do movimento operário. É possível notar elementos de diversas ordens nas mutualistas, elementos vindos dos sindicatos, das corporações de ofício e das irmandades católicas. Ainda para esse autor, a criação desse tipo de instituição continuou mesmo depois do advento da República, sendo assim, não são elas um fenômeno circunscrito ao século XIX. As mutualistas, em suas diversas possibilidades de existência, podem ser observadas dentro do contexto de formação da sociedade civil (BATALHA e MACCORD, 2014, Introdução). Sendo esta, assim, não uma criação prioritária do Estado, mas a partir das relações daqueles que buscavam se afirmar enquanto cidadãos com este. Essas sociedades representam em suas características mais elementares a busca por direitos sociais, entretanto, quando as observamos nesse viés aglutinador, é possível entendê-las enquanto instituições promotoras da busca por cidadania de forma bem mais ampla.

Outra tendência historiográfica por ser apontada em relação ao estudo das mutualistas. Para Claudia Viscardi (2010), seria consenso que as mutuais não se constituíram enquanto espaços de resistência mesmo que sendo solidárias às causas trabalhistas, já que as de cunho profissional compartilhavam seus quadros com sindicatos. É por esse entendimento que a autora não acredita no benefício do uso do conceito de classe social no estudo dessas organizações, também pensando que as mutuais teriam construído suas identidades em moldes que pouco têm

a ver com essa noção. A hierarquia, o paternalismo, a ajuda mútua e a fraternidade são alguns dos valores que essas instituições teriam reforçado, alguns deles excludentes em certo sentido. Ainda na perspectiva de Viscardi, a ideia de que uma cultura associativa estava sendo projetada também deve ser vista com cuidado, já que existiria nisso uma antecipação de uma cultura política inexistente no período. Obviamente, os interesses da autora giram em torno do fenômeno mutualista de modo mais geral e centrado no viés securitário dessas experiências, sendo assim, as conexões entre as sociedades de socorros mútuos e a resistência dos trabalhadores e a noção de formação de classe ocupam papel secundário em seus estudos.

Para além das ligações com o contexto operário no geral, o grupo de trabalhadores aqui analisado orbitava uma constelação muito particular dentro do Recife: o matadouro da Cabanga e suas adjacências. Era ali que os fressureiros adquiriam o produto que vendiam nas ruas, praças e mercados da cidade. Há uma centralidade daquele espaço no que diz respeito às ligações entre crime, política e trabalho na cidade, como já bem havia observado Israel Ozanam em seu trabalho de mestrado (2013, Epílogo). Não poderia prescindir ao estudo de algumas questões concernentes a esse espaço para o melhor entendimento do ambiente de trabalho dos fressureiros, como também para contribuir de modo mais geral com os estudos que envolvem o abastecimento da cidade, a aplicação dos ideais higienistas aos matadouros e as relações existentes entre os trabalhadores da carne. *O Matadouro da Cabanga como Espaço de Disputas* diversas é o tema do primeiro capítulo. Inclusive, é imperativo pontuar que a escolha pela temporalidade da pesquisa se deu em função da extinção desse espaço, já que “ao estudar uma dada associação ou a trajetória de um indivíduo não podemos nos ater à cronologia que é exclusiva desses objetos específicos, sem levar em conta o contexto mais amplo em que estão situados.” (BATALHA, 2006, p. 92). Em 1919 foi inaugurado um novo matadouro municipal e no ano seguinte as atividades foram finalmente paradas na Cabanga, a partir disso, aquela categoria de trabalhadores deixa de aparecer na documentação circulando pela região de São José, Afogados e Cabanga. A mudança da matança para o novo matadouro foi fundamental para desarticulação de várias relações entre os trabalhadores da carne naquela região do Recife.

O problema do abastecimento de carne era frequente na cidade do Recife. Ao lermos os jornais do início do século XX, não é difícil perceber que volta e meia as carnes verdes apareciam como questão de disputa. Todos os sujeitos envolvidos de alguma forma com esse comércio dizem um pouco de um processo que envolvia alimentação, abastecimento da cidade, saúde pública, política, receita municipal, trabalho e circulação urbana. A maior parte das paralisações do trabalho de fressureiros localizadas estão ligadas ao aumento do preço da arroba das fressuras pelos marchantes. É necessário pontuar que o controle exercido por esses homens

no mercado não se circunscrevia às fressuras, mas a todo mercado de carnes. Várias são as disputas travadas entre esses comerciantes da carne e a municipalidade em questões referentes aos preços dos produtos. Mas não só nesse caso a prefeitura tentava organizar as coisas ao seu modo, a higiene também era um motivo de debates entre esses dois polos. E essa é uma das principais tônicas do primeiro capítulo, a apropriação do espaço do matadouro e da venda das carnes verdes pelo discurso higienista, principalmente na figura do médico veterinário. Além da necessidade de entendimento desse universo, essa problemática surgiu da necessidade de relacionar a questão higiênica a uma das paralisações do trabalho analisada no último capítulo. Os discursos dos marchantes, da municipalidade e da imprensa sobre essas questões abrem a dissertação e o mundo por onde transitavam fressureiros e os outros trabalhadores da carne. Ainda nesse capítulo, dou a saber sobre a jornada de trabalho diária nesse espaço de matança.

O segundo capítulo, intitulado *Controle Social no cotidiano dos fressureiros*, trata de modo mais específico sobre o universo cultural desses homens em espaços que não necessariamente correspondem ao mundo do trabalho e às associações, tendo como horizonte o controle social sofrido por eles numa sociedade que se pretendia “civilizada” e em muitos momentos pronta a extirpar tudo que dissesse de um modo de vida concebido como anterior e atrasado. A intenção é tratar, a partir de alguns processos crime e dos jornais, de meandros da vida dos fressureiros. Isso se fez necessário na medida em que desejava entender esses sujeitos de modo mais completo, já que ao colocar sua profissão como elemento primeiro de suas identidades, vários outros pontos de suas vidas acabam sendo escamoteados. Pela natureza das fontes analisadas, o modo como esses trabalhadores viviam cotidianamente passa pelo viés do controle policial e judiciário, sendo assim suas existências são nesse capítulo observadas a partir dessa lente muito específica, talvez não a ideal, mas a que disponho.

O método artesanal de investigação da micro-história é aqui utilizado para acessar os estratos subalternizados da sociedade, uma história social centrada em aspectos do micro. Nesse ponto do texto, me fundamento principalmente nas análises de Sidney Chalhoub (1986) e Erika Arantes Bastos (2010) no que concerne ao cotidiano dos trabalhadores. Tendo como ponto de partida o ordenamento do mundo do trabalho no panorama da racialização, empreendi uma discussão sobre como esses trabalhadores negros eram vistos na cidade e como suas relações entre si e com outros trabalhadores serviam muitas vezes de justificativa ao modo como usualmente eram reprimidos. Questões familiares, de lazer e religião vêm logo em seguida perfazendo uma narrativa que deseja pontuar as relações daqueles com suas comunidades e família, colocando em perspectiva seus modos de enxergar o mundo em que viviam. Já que as fontes que promoveram o encontro com essas temáticas fizeram parte das esferas repressivas

do Estado, não poderia me furtar da demonstração de que o modo como esses indivíduos lidavam com essas instâncias nunca foi passivo.

De modo geral, esse trabalho se apresenta como uma tentativa de coadunar duas perspectivas distintas, mas nunca excludentes, da história do trabalho: a constituição de entidades de cunho classista e os aspectos das vidas cotidianas desses trabalhadores. Só é possível entender o porquê esses homens do passado julgaram necessária a constituição de instituições mutualistas pensando suas vidas específicas, não apenas colocando em perspectiva o que sabemos sobre a exploração do trabalho numa sociedade capitalista. As tradições e as vivências contemporâneas dos fressureiros foram peculiares, mas fazem parte de um contexto de ordenamento do mundo do trabalho e busca por cidadania mais amplo.

2 O MATADOURO DA CABANGA COMO ESPAÇO DE DISPUTAS

Já era antiga no Recife a discussão sobre a necessidade de transformar o matadouro e o abastecimento de carne de forma geral em uma empresa civilizada, tal qual o próprio Recife deveria ser. A "insuportável pestífera, cravada em local improprio, ...e desprovida dos modernos aparelhos destinados à matança de gado" (JP, 04/03/1905) certamente dizia o contrário. A preocupação com a higiene e a salubridade, lugar comum na historiografia sobre o período, são realmente temas importantes se quisermos entender o funcionamento do comércio de carne naquele início do século XX, como também as formas como a cidade pretendia se preparar para modernidade.

Fazendo um apanhado sobre as organizações higiênicas até 1930, o dr. Octavio de Freitas⁹ debitou a Joaquim Aquino Fonseca a construção do antigo matadouro da Cabanga (FREITAS, 1935). Na época em que escrevia, o matadouro de Peixinhos já havia substituído o empreendimento do século XIX, mas segundo ele o melhoramento inserido por doutor Joaquim Aquino enquanto presidente do Conselho Geral de Salubridade foi um grande serviço prestado à população recifense. Além disso, a escolha da posição do matadouro da Cabanga teria sido uma de suas principais curiosidades, já que era sua situação natural era magnífica. O *Jornal Pequeno* em 1905 via essa posição de outra forma. A localização próxima ao mangue era um dos fatores que informa as péssimas condições do abatedouro. " Um centro populoso como Pernambuco, empório de nosso tráfico exportador" não poderia ter encravado em um de seus bairros mais populosos um empreendimento tão indigno aos olhos das elites, o artigo mencionado aqui sugeria que o matadouro público fosse deslocado para outro sítio.

Localizado na ponta da Cabanga, local onde hoje está um dos extremos da Ponte Paulo Guerra que dá acesso ao bairro do Pina, o Matadouro da Cabanga estava próximo da Estrada de Ferro São Francisco e da rua Imperial, entre os bairros de São José e Afogados. Sua posição tão próxima ao rio facilitava os serviços da matança, principalmente para o descarte dos dejetos e o acesso à água, tão necessária à indústria da carne. Como entreposto entre dois bairros considerados como local de moradia da gente negra da cidade no século XIX, o matadouro aparecia como possibilidade de trabalho interessante para essa população. Assim, a Cabanga

⁹ Conhecido médico sanitário piauiense radicado em Pernambuco, José Octavio de Freitas também foi gestor público na área de saúde pública. Como professor atuou na Faculdades de Farmácia e na Faculdade de Medicina do Recife com especial atenção para temas relacionados à higiene social, à profilaxia e à assistência pública. (VAINSECHER, 2005).

acabou por também ser um local de moradia para essa população, era um espaço que abrigava majoritariamente pescadores e funcionários do matadouro.¹⁰



Figura 1: Cabanga- 1- Matadouro Público. Fragmento da Planta da Cidade do Recife, reduzida dos levantamentos da cidade feitos por Sir Douglas Fox e Sócios & H. Michell Whitley (Membros do Instituto de Engenheiros Civis de Londres), 1906.

A mudança pretendida finalmente se efetivou em 1919 com a inauguração do Matadouro dos Peixinhos, o que simbolizava um deslocamento para longe dos olhares do Recife da matança de gado, como também uma vitória da engenharia e da salubridade em benefício da saúde pública. Mesmo antes de sua inauguração, o abatedouro localizado em Olinda já vinha realizando trabalhos (A PROVINCIA, 20/03/1918).¹¹ Entretanto, é só depois de seu funcionamento total que o matadouro da Cabanga perde sua proeminência enquanto principal

¹⁰ Esses bairros aparecem como local de moradia de pessoas negras na cidade no século XIX, em particular de africanos mina libertos no trabalho de Valéria Gomes Costa (2013). A partir da elaboração do conceito de cartografia negra, que envolve uma rede de sociabilidades e tensões entre africanos e crioulos, escravizados e livres, a autora percebe como eram tecidas as relações mencionadas na cidade oitocentista.

¹¹ Data de 1910 a aprovação do contrato para construção do Matadouro Modelo, o de Peixinhos, sob a Lei Municipal nº 570 de 3 de setembro. O contrato em questão era celebrado entre municipalidade e o engenheiro José Antônio de Almeida Pernambuco.

espaço de abate. Deslocando inclusive os trabalhadores que lidavam diretamente com a carne para região de Peixinhos e atraindo pessoas de outros estados interessadas em possibilidades de ganho econômico. (PAULA, 2009).

Estudando a construção de um novo matadouro em Belém do Pará no início do século XX, Fabrício Herbeth fala sobre a construção de uma rede de alianças políticas e econômicas que alicerçavam a edificação do novo matadouro nos ideais de higiene, saúde pública e progresso. Os hábitos anti-higiênicos do comércio de alimentos deveriam ser combatidos, como também o problema do abastecimento das carnes verdes. Naquele município, a construção de um novo abatedouro era apresentada como possibilidade de resolução de todos os problemas que diziam respeito ao mercado de carnes verde, usado como símbolo político (SILVA, 2015). Estou longe de pretender estudar os discursos sobre o matadouro que aqui teve sua construção iniciada em 1910, mas é necessário o entendimento de que modos eram apresentados os matadouros do Cabanga e o mercado de carne no Recife, suas condições anti-higiênicas e de permanente crise de abastecimento, se ligam a edificação do matadouro de Peixinhos. É possível observar que esses discursos médico-higienistas estavam imbrincados com interesses políticos e econômicos dos que dominavam o mercado das carnes.

O preço da carne também era elemento de disputa. Múltiplos fatores interferiam no preço final das carnes verdes e dos fatos.¹² Tentando regular o mercado, a municipalidade lançava editais para escolher quem por contrato teria o direito de fornecer carne ao município. A questão fluuava entre o monopólio e o livre mercado, mas no final das contas os jornais noticiaram uma quase ininterrupta crise de abastecimento de carne. Quais eram os motivos da falta de carnes verdes ou de seus preços elevados? Esse tipo de questionamento só faz sentido aqui ao pensarmos as batalhas argumentativas sobre essa questão travadas nos periódicos e nas falas dos prefeitos ao Conselho Municipal entre marchantes, jornalistas e municipalidade. O jogo político é o que interessa, já que é bem fácil identificar que a cada grupo dessas disputas caberia uma justificativa diferente sobre a subida regular dos preços. Oscilando entre o

¹² Frederico Toscano em seu estudo sobre o “afrancesamento” das práticas alimentares recifenses, a partir de um debate sobre a introdução do vegetarianismo na cidade, diz o seguinte sobre o assunto: “Os tributos cobrados sobre os criadores, distribuidores e casas de abate, inescapavelmente refletidos no valor do produto final, bem como a falta de regras mais rígidas de controle e fiscalização, técnicas adequadas de conservação e a quase total ausência de uma concorrência pública ou mesmo privada capaz de fazer frente ao arcaico e monopolista modelo de negociação da carne verde no Recife, contribuíram para gerar seguidas discussões e debates, em um tópico considerado do interesse de toda a sociedade recifense, permeando suas diferentes classes. A carestia fazia com que o comércio local buscasse alternativas fora do estado, muitas vezes com resultados semelhantes ou piores do que os conseguidos na capital pernambucana.” (TOSCANO, 2013, p.129).

monopólio e a livre concorrência, o mercado de carnes verdes no Recife esteve em constante debate naqueles primeiros 20 anos do século XX.

A questão das carnes verdes se liga a uma historiografia sobre o abastecimento dos gêneros alimentícios que ainda carece de ser escrita em mais detalhes para o Império e a República, já que os estudos sobre o tema têm se centrado no período colonial, principalmente quando falamos em Recife. Para outras partes do país existem alguns estudos que versam sobre a escassez e o abastecimento de carnes verdes e alguns deles são aqui usados como parâmetro de diálogo historiográfico (CAMPOS, 2007; LOPES, 2009; SILVA, 2011;2015). Necessário pontuar que estudar o abastecimento de carnes verdes é de certa forma estudar a própria história do abastecimento no Brasil

Nenhum outro gênero, porém, provocou mais celeuma na opinião e descontentamento entre as populações consumidoras, também nenhum outro como ele deixou documentação tão rica e abundante nos arquivos brasileiros, a ponto de se poder afirmar, sem grande exagero, que a história do abastecimento no Brasil é, sobretudo, a história da carne verde. (LINHARES, 1979, p. 192 *apud* SILVA, 2011, p. 84).

Rodrigo Freitas Lopes (2009) em estudo sobre o matadouro público de Salvador e o abastecimento de carnes verdes para a cidade entre os anos de 1830 e 1873 debita a oscilação de preço do gênero a fatores estruturais e conjunturais, sem explicar de forma muito precisa o que entende por estrutura e conjuntura. De forma geral, as secas, as más condições das estradas, os processos de atravessamento, a especulação dos marchantes e as dificuldades administrativas entre o presidente da província a câmara municipal foram os elementos listados pelo autor. Muito possivelmente em função de suas fontes, documentos oficiais da Superintendência do Matadouro da Bahia, o autor vai por caminhos bem distintos dos que adoto nesse capítulo; ele não dá aos marchantes a centralidade sobre o controle dos preços da carne verde, mesmo que essas evidências apareçam o tempo todo na história contada por ele.

A figura dos marchantes aqui aparece. Eram eles os que obtinham a licença da municipalidade, através de editais geralmente, para abater as reses e comercializar o produto, sendo assim, controlavam grande parte desse comércio. Intento dizer sobre esses homens e suas relações com a política municipal. Isso se faz necessário na medida em que são eles os opostos diretos dos fressureiros, personagens principais deste trabalho, e em diversos momentos aparecem em desacordo com os agentes municipais, como também em acordo, delineando assim alianças e disputas próprias ao universo das carnes verdes. Também intento dizer que a política de controle do mercado adotada por esses homens aparece em minhas fontes como a principal causa dos altos preços da carne verde, tal qual entende Fabrício Herbech Silva (2015) sobre os marchantes de Belém entre o final do século XIX e início do século XX. Para o autor,

a ideia de escassez das carnes verdes foi usada politicamente para beneficiar determinados grupos de monopolistas da cidade, os que estavam ligados ao intendente municipal Antônio Lemos.

Mas nem só de marchantes e fressureiros o matadouro era feito, o município tinha seus braços ali estendidos na figura do administrador e do médico veterinário principalmente. Mas ainda há uma profusão de outros funcionários, como magarefes, campineiros, o chefe da matança entre outros. Mas ali também poderiam ser encontrados trabalhadores responsáveis por serviços que não estavam tão intimamente ligados ao abate. Essas pessoas se conectavam por relações de trabalho, mas também por outras que extrapolam o universo de suas ocupações e que dizem sobre as formas como viviam cotidianamente e como se relacionavam com esferas do poder político municipal. O funcionamento do abatedouro, seus trabalhadores, o modo como os seus serviços aparecem como cenário de disputas também são preocupações desse capítulo. Pensar como a formulação de uma nova ideologia do trabalho, que se gestava desde o século XIX na desarticulação da escravidão no país, é necessário na medida em que essa problemática também afeta aqueles que cumpriam suas jornadas de trabalho na Cabanga ou que estavam no serviço da carne de modo mais abrangente. O entendimento de que o Matadouro da Cabanga representava um campo de disputas entre essa positivação do trabalho e o controle exercido a partir dessa ideologia fundamenta esse texto.

Muito do que aqui será dito sobre essas pessoas se conecta ao universo do crime, elas apareceram nas colunas policiais dos jornais muitas vezes como desordeiros e delinquentes. Os sujeitos pertencentes ao universo do matadouro aparecem na documentação consultada num espaço que confunde política, trabalho e crime, ou melhor dizendo, um espaço em que esses elementos estão imbricados de forma quase que indissociável. É necessário pontuar que muitas das disputas aqui narradas faziam parte de um sentido cultural profundo daqueles homens no que tange à resolução de conflitos e ao modo correto de se fazer justiça. (CHALHOUB, 1986, capítulo 3). Esse sentido aparece no estudo apresentado de forma transversal e talvez diga mais das fontes consultadas, em que geralmente os sujeitos aparecem em suas relações com a justiça e a polícia, do que necessariamente de suas vivências cotidianas. No entanto, não é possível ignorar os modos como a classe dominante se organizou para defender seus interesses no período, principalmente pensando na necessidade de ajuste das pessoas egressas da escravidão ao mundo do trabalho capitalista. A cunhagem de um sistema jurídico que tinha por finalidade a repressão às chamadas classes perigosas foi fundamental nesse processo. A associação entre pobreza e crime, feita no início do século XIX por essa noção, fomentou práticas repressivas que certamente afetaram os sujeitos presentes nesse estudo.

Entretanto é necessário pensar que as práticas associadas ao mundo do crime também fizeram parte do universo cultural de sujeitos que não eram pobres, que estavam numa situação econômica mais favorável. Os marchantes, nesse capítulo, e suas disputas entre si e com a municipalidade, estão inseridos nesse contexto. Para além disso, a inserção dos marchantes em um universo cultural similar ao de trabalhadores pobres remete a uma circularidade cultural específica do Recife no início da República, onde é possível observar sujeitos de variados estratos sociais partilhando práticas e costumes.¹³

De modo geral, esse capítulo visa situar o leitor no terreno das disputas em torno das carnes verdes, da dinâmica de trabalho e o modo como o discurso higienista perpassa essas últimas questões. As denúncias da imprensa oposicionista quanto ao preço e à qualidade, as tentativas da municipalidade de regulamentação do mercado, estratégias dos marchantes para manutenção de seus privilégios são elementos aqui abordados. Também as dinâmicas de trabalho dentro do matadouro, pensando nas condições de trabalho e nas disputas e solidariedades entre os trabalhadores da carne de forma geral, aparecem como temática.

A intenção de escrever esse capítulo surgiu quase que espontaneamente dos caminhos aos quais fui levada pelas fontes. Estudar os fressureiros enquanto grupo de trabalho, que se articulava em função de demandar de seus opositos melhores condições de trabalho (preços mais baixos do produto ou melhores condições higiênicas), só seria possível a partir do entendimento do universo ao qual aqueles homens estavam ligados. Entendo o matadouro da Cabanga como um espaço de disputas econômico-políticas e de trabalho, espaço esse que acabou por ser encaixado dentro de alguns discursos típicos da época. O modo como a oscilação de preços e as questões higiênicas se ligam às paralisações do trabalho e à vida cotidiana de modo mais geral dos fressureiros só foi possível a partir da investigação do que é apresentado nesse capítulo. A imprensa é a fonte onde puderam ser encontrados os indícios dessas disputas acontecendo de forma mais nítida. O capítulo teve sua narrativa construída principalmente a partir das fontes jornalísticas. Mas também recorro a documentos do Conselho Municipal do Recife e da Prefeitura, são eles principalmente as leis do Conselho Municipal e as Exposições dos Prefeitos. Essa escolha documental me possibilitou ganhos e perdas, entretanto, vasculhar

¹³ O que me remete ao estudo clássico de E.P Thompson sobre as origens da Lei Negra (1987), que instituiu novos crimes com pena capital, na Inglaterra do século XVIII e a noção de que as pessoas prejudicadas pela lei em questão faziam parte de indivíduos de variados lugares da estratificação social que partilhavam determinadas noções em relação ao uso da terra, da propriedade e sobre o que era justo a partir de suas tradições e antigas relações com o Direito. Sendo assim, a lei enquanto prática repressiva ligada ao fortalecimento das relações capitalista nas áreas rurais britânicas, não pode ser vista apenas como elemento da superestrutura.

as refregas dos agentes da municipalidade, magarefes, marchantes não me pareceu algo possível em outro tipo de documentação.

Em algum momento da escrita parecia mais fácil dizer das problemáticas de oscilação dos preços, condições de trabalho e higiene de forma separada, como se o discurso médico-higienista estivesse à parte das flutuações do preço da carne e as disputas em volta dele. Sidney Chalhoub (1996) ao estudar a vacinação e o extermínio dos cortiços no Rio de Janeiro da *belle époque* nos diz sobre o surgimento do discurso da "ideologia da gestão técnica da coisa pública". Trata-se da ideia de que de forma racional a administração poderia conduzir a coisa pública, a partir de preceitos técnico científicos que nada tinham a ver com a condução política das táticas de manutenção das desigualdades sociais. Conectando diversos elementos do universo da carne em Recife, entendo que as constantes preocupações com a higiene e a necessidade de condução racional dos matadouros e da venda dos produtos em questão se ligam a um jogo político que diz da manutenção de privilégios para determinados grupos da cidade. É um pouco dessa história que esse capítulo deseja contar.

2.1 A dinâmica de trabalho na Cabanga

Do boi tudo se aproveita, do couro ao chifre, e são vários os envolvidos na preparação dos produtos e subprodutos derivados desse animal. As carnes verdes, fressuras, sangue, sebo e couro eram os principais resultados da matança no Matadouro da Cabanga e o processo produtivo desses itens envolvia, dentro do abatedouro, desde o cuidado com os animais nos estábulos/currais até a limpeza dos resíduos com a incineração. Aqui, a tarefa é pensar na dinâmica de trabalho nesse espaço, pontuando as singularidades de cada função e as querelas e solidariedades entre os trabalhadores da carne, também atentando para o fato de que o complexo da carne se encerrava na venda dos produtos, sendo assim o trabalho extrapolava as fronteiras do ambiente da matança. Entender essa dinâmica de trabalho é necessário na medida em que o desejo é entender o universo da carne no Recife.

Em 1906, uma reforma daquele abatedouro foi feita e algumas melhorias na edificação foram pontuadas em artigo do *Diario de Pernambuco* (11/07/1908). A descrição do jornal ajuda a entender como se configurava o prédio do matadouro. A frente do Matadouro se parecia com o Mercado de São José, principalmente pela existência de casas ladeando o prédio. Essas casas funcionavam como gabinete da administração e outra para permanência dos caixeiros dos marchantes e dos demais empregados. Ainda no tocante aos melhoramentos produzidos pela reforma, é possível saber que havia canalização para água utilizada no serviço de matança, uma

casa de máquinas e um telheiro para permanência dos fateiros. Também havia pequenos carros que sobre trilhos conduziam os restos do processo até a maré. Ainda sobre o edifício, a sala principal era a da matança, onde os magarefes esartejavam as reses e as limpavam.

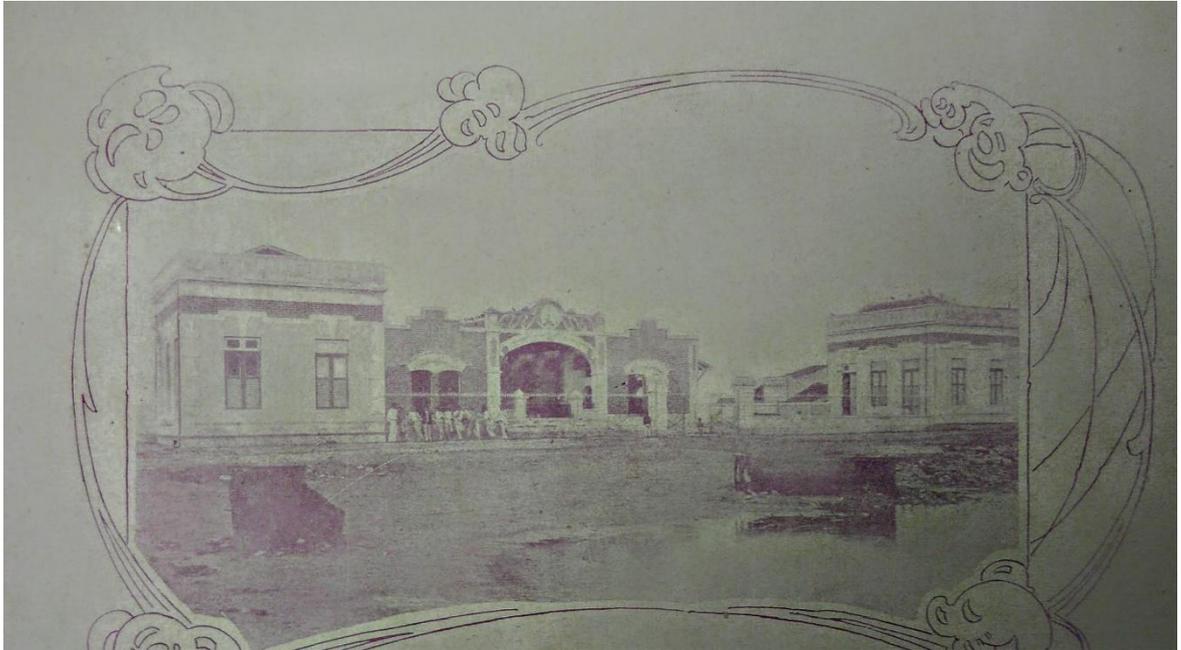


Figura 2- Matadouro da Cabanga. FUNDAJ. Álbum de Pernambuco, 1913.

Os bois chegavam via Estrada de Ferro São Francisco ou majoritariamente eram conduzidos a pé vindos do Sertão, passando pela Rua Imperial, o que era mais comum.¹⁴ Alguns estábulos para os animais existiam no matadouro, mas deveriam ser ocupados por bichos que estivessem já prontos para o abate. O trabalho de matança começava ainda antes do sol nascer e por volta das 6 da manhã os trabalhos transcorriam intensamente, já que a intenção era sempre fornecer carne fresca à população. Antes de serem mortos, os animais deveriam passar pela aprovação do médico veterinário.

Os magarefes eram os principais promotores da matança e do preparo das carnes, junto com seus ajudantes. Na sala da matança, eles davam cabo da vida das reses e já tratavam de esartejá-las e retirar-lhes as vísceras consumíveis. Nesse ponto, essas últimas eram levadas até o Pontal para serem lavadas pelos lavadores de fato e depois finalmente entregues aos fressureiros, os responsáveis por vende-las nos mercados e ruas da cidade. Os principais personagens desse texto, muitas vezes, passavam um tempo considerável dentro do matadouro na intenção de negociar produtos de melhor qualidade, como também no processo de preparo

¹⁴ Não era incomum reclamações sobre as condições dos animais que chegavam por essa rua, já que ali as condições de saúde dos animais podiam ser observadas pelos transeuntes e moradores. (JP, 18/12/1907).

das fressuras utilizando-se da água fervente das caldeiras. Por volta do meio dia não eram muitos os fateiros que poderiam ser encontrados na Cabanga, já estavam eles pelas ruas gritado “o miúdo, o figo”.

Enquanto isso, o trabalho dos magarefes estava longe de acabar, pois eram eles ainda os responsáveis pelo preparo das carnes, cortando-a de forma específica. Nas décadas aqui estudadas, os magarefes eram funcionários da municipalidade, mas nada impedia que um ou outro tivesse relações específicas com os marchantes. É possível dizer que o chefe da matança, espécie de chefe dos magarefes, tinha relações com os donos dos bois, favorecendo-os ou não, escolhendo quais deveriam ser mortos com celeridade e na ausência do médico veterinário quais estavam aptos para o consumo. Esse era um cargo de bastante importante naquele espaço de trabalho. Inclusive, um dos acordos comuns entre marchantes e magarefes era que esses últimos ficassem com o sangue, quando de acordo com os preceitos da higiene, o sangue deveria ser escoado para a maré (DP, 04/01/1920).

Depois de preparada, a carne era mais uma vez inspecionada pelo veterinário, levada para pesagem e finalmente entregue aos carroceiros que as deveriam levar até os talhos dos mercados e os particulares. Em 1909 entrou em vigor uma lei que dizia da regulamentação do serviço de transporte de carnes verdes. Uma empresa seria a arrematante do serviço, mas a responsabilidade desse transporte seria da municipalidade, informando multas para quem ousasse fazer o serviço por conta própria. A instituição desse serviço a partir da prefeitura tinha como intenção pronunciada a garantia de condições de melhores higiene e celeridade (PCR, Lei nº 533, de 24 de agosto de 1909).

Chegando aos talhos particulares e do mercado, a carne passava à responsabilidade dos talhadores. Esses trabalhadores eram o que hoje entendemos como açougueiros, que cortam e vendem os pedaços adequados aos clientes. Necessário pontuar que os talhadores eram funcionários dos marchantes. No geral, cada talho do mercado era alugado a um marchante e o talhador que o ocupava era um empregado. Os particulares, como já fica evidente, eram de propriedade dos próprios marchantes. Já no espaço do mercado de São José, um talhador era escolhido como chefe da capatazia. Este tinha como prerrogativa a coordenação do serviço dos talhadores.

Ainda sobre esse espaço de comércio, o Mercado de São José, a relação entre talhadores e clientes aparece como conflituosa nas páginas dos jornais da cidade. Os problemas eram os mais diversos, desde o descontentamento dos clientes com o aspecto da carne, até questionamentos sobre a prática dos talhadores de fraudar as balanças na intenção de auferir um quinhão da venda para si. A prática de prender um aparelho denominado macaco às balanças

na intenção de fraudar a pesagem da carne foi denunciado em 1907 pelo *Jornal Pequeno*. Um apelo era feito ao prefeito Martins de Barros para que ao invés de suspensos do serviço por 8 dias, quando pegos na prática, os talhadores fossem suspensos definitivamente. Possivelmente a questão não se resolveu assim, ela já era antiga e o problema da fraude das balanças continuará por anos como mais uma problemática do comércio de carnes verdes. Tratando dessa classe profissional entre as décadas de 1870 e 1880, Felipe Azevedo e Souza menciona o modo como esses trabalhadores eram atrelados à marginalidade, sendo a questão da fraude das balanças mais um elemento que contribuía para essa imagem negativa do ofício entre a população (AZEVEDO e SOUZA, 2015, p. 163). Nesse sentido, também são comuns reclamações quanto ao comportamento dos talhadores e seu tratamento com os clientes. Em agosto de 1904, por exemplo, o *Jornal Pequeno* deu conta de uma altercação entre um talhador e um cliente dentro do Mercado de São José (04/08/1904). A questão teria se dado a partir da reclamação do cliente quanto à quantidade de ossos que tinha a carne verde que ele estava levando. Não gostando da fala, o talhador teria dito “frases obscenas” sendo grosseiro com o cliente, coisa que causou bastante espanto ao último e à folha citada. A noção de que a classe dos talhadores era composta por homens grosseiros e ladrões ainda resistia nos anos aqui cobertos.

De volta ao matadouro, os trabalhos ainda davam conta da salga das peles para posterior confecção do couro e o derretimento do sebo. Era nas caldeiras que o sebo era preparado com as partes do gado que não iriam ser consumidas de forma alguma, como cabeças e alguns ossos. Muitas vezes, as carnes e fressuras que se mostravam impróprias para o consumo também eram atiradas às caldeiras. Outras vezes eram os fornos de incineração os responsáveis pela limpeza dos dejetos inúteis do processo. A indústria da carne, ainda hoje, produz muitos resíduos e o constante uso de água e de fornos para liquidação desses resíduos faz parte desse processo.

Não raro, acidentes aconteciam como em novembro de 1906 quando por motivo da explosão de uma das caldeiras, a que esquentava água para limpeza das fressuras, alguns trabalhadores foram feridos. Entre eles o fressureiro Manuel Bananeiras, o mestre das oficinas Joaquim Rodrigues da Silva, o empregado do matadouro José da Costa e o maquinista Heliodoro. Segundo o jornal *A Província*, “a improvidência e o descaso de quem cumpre providenciar deram motivo ao lamentável desastre que ocorreu ontem às 12 e meia horas do dia”. Ainda segundo o periódico, o desastre não teria sido maior porque naquela altura do dia, já era diminuto o número de fressureiros nas dependências do matadouro, o que evitou a existência de mais vítimas. Eles ficavam junto a área daquela caldeira na preparação completa das

fressuras para a venda (A PROVINCIA, 06/11/1906).¹⁵ Necessário pontuar que os empregados do matadouro feridos tiveram assistência médica da prefeitura (DP, 06/11/1906).

Como não seria de se espantar, dentro daquele espaço de trabalho aconteciam momentos de lazer entre os trabalhadores. Entre um serviço e outro, o jogo era uma forma daqueles homens se divertirem e descansarem da rotina de trabalho extenuante. Em 1905, uma local do *Jornal Pequeno* informava sobre uma reclamação relativa à jogatina e à algazarra provocada por ela:

Informa-nos que diariamente no matadouro da Cabanga, alguns empregados daquele estabelecimento, se divertem em jogatina desenfreada, a qual funciona na ocasião do trabalho. Ainda ontem, um cidadão indo ali efetuar um negócio deparou com aquele escândalo, que o privou de efetuar o negócio que tinha em mira. Os empregados dali, segundo nos consta, por ocasião do jogo, estabelecem grande algazarra. Chamamos para o caso a atenção do administrador daquele estabelecimento. (22/08/1905)

Enquanto os fressureiros esperam as fressuras para tratá-las, enquanto os magarefes descansavam ou o pessoal dos currais faziam o mesmo depois de tratados os animais, o lazer aparecia como uma possibilidade legítima àqueles trabalhadores. No entanto, esse modo de ocupar o tempo não era apreciado pelo “cidadão” que ali foi efetuar um negócio, tampouco por quem escreveu a local no periódico mencionado. O modo como esses homens deveriam se portar em seu ambiente de trabalho passava pelo crivo de uma nova ideologia do trabalho que foi se configurando a partir da desarticulação da escravidão no país. A valorização do trabalho enquanto promotor de elevação social e moral dos indivíduos dizia dos modos como a força de trabalho, agora livre, deveria se ajustar ao mundo do trabalho capitalista. A República ao marcar uma oposição entre trabalho e ociosidade, associando essa última ao crime, vislumbrava o afastamento do fantasma da desordem, imaginava que assim transformava o trabalhador nacional em morigerado e amante do valor máximo do trabalho, possibilitando a exploração de sua força de trabalho de forma mais eficaz (CHALHOUB, 1986, cap 1).

A local do *Jornal Pequeno* que pedia a intervenção do administrador do matadouro no jogo realizado por funcionários em horário do trabalho não era fortuita. Dentro daquele espaço de trabalho, o responsável por manter a ordem e o trabalho transcorrendo com segurança e normalidade era o administrador. Nomeado pela prefeitura, esse funcionário dava conta da burocracia da indústria, mas também estava incumbido de coibir as práticas dos trabalhadores da carne. Em caso de algum delito cometido dentro das dependências do matadouro, era o administrador quem encaminhava o responsável para polícia ou a chamava quando havia

¹⁵Também não seriam raros os acidentes com as facas, principais instrumentos de trabalho de magarefes, fressureiros e talhadores. Em dezembro de 1919, já no Matadouro de Peixinhos, o fressureiro Joaquim Rodrigues, enquanto trabalhava, se machucou (DP, 12/12/1919).

necessidade de conter um número maior de pessoas, como poderá ser lido nas páginas que se seguem.

Dentro dessa nova ideologia do trabalho, propagandeada pelas classes dominantes e ressignificada por aqueles que deveriam se enquadrar nesse novo modo de conceber o trabalho, não haveria espaço para desordem no ambiente de trabalho, muito menos para contendas entre os trabalhadores, do mesmo que não haveria espaço para práticas de lazer nas horas de trabalho. Felizmente, a documentação promove o conhecimento de que essas ideias não foram tão facilmente assumidas pelos trabalhadores e que dentro do ambiente do matadouro a lógica de trabalho e resolução de conflitos obedecia, em grande parte, às noções dos próprios trabalhadores sobre o tema, mesmo que sob o controle de instâncias superiores hierarquicamente.

O que ocorrera entre o magarefe João Antonio dos Santos e João Napomucena da Costa¹⁶ em maio de 1907 dentro das dependências do matadouro às duas da tarde é um bom exemplo de como essa lógica era invertida por aqueles homens. João, estando embriagado, levou uma facada do companheiro de trabalho e foi conduzido à presença da autoridade policial pelo ajudante do administrador da Cabanga. Estar embriagado dentro do espaço de trabalho tão cedo certamente não se enquadrava na representação de trabalhador morigerado e ordeiro tão apregoada por essa positivação do trabalho. No caso dos que jogavam no matadouro ou dos talhadores que não se relacionavam com os clientes da forma mais apropriada, é necessário pensar que esses homens tinham modos específicos de guiarem suas dinâmicas de trabalho, que para eles pareciam perfeitamente de acordo com o que deveria ser o trabalho em suas vidas. Os valores veiculados pela classe dominante sobre o que era e como deveria ser feito o trabalho passavam por ressignificações ao atingirem os trabalhadores da carne.

Ainda em relação ao controle exercido pela figura do administrador, às vezes ele poderia aparecer em forma de proteção sobre aqueles trabalhadores. Esse é o caso, por exemplo, da relação entre o magarefe José Avelino e o administrador João Pina narrada durante alguns meses de 1907 nas páginas do *Jornal Pequeno*. Já em março daquele ano, a folha denunciou as “vistas gordas” que o representante da municipalidade deu sobre o ferimento causado por José Avelino em outro trabalhador do matadouro. A proteção dada por João Pina ao magarefe era tanta que quando a polícia foi prendê-lo, o esconderijo mais acertado pareceu o próprio prédio

¹⁶ Esse indivíduo provavelmente aparece nas listas da diretoria da Sociedade Beneficente dos Fressureiros de Pernambuco como membro adjunto da comissão de sindicância. Entretanto, em outros momentos, principalmente na segunda década do século XX, ele apareça prioritariamente como magarefe em diversas fontes. No caso em questão, ele só é identificado pelo jornal como companheiro de trabalho de João Antonio dos Santos.

da Cabanga (JP, 05/03/1907). Em maio daquele ano José Avelino foi visto no Engenho Estância, de propriedade do marchante Liberato de Souza, quando estava foragido da polícia depois de um conflito onde três pessoas ficaram feridas pela lâmina de sua faca (JP, 08/05/1907). Provavelmente, a rede de proteção a qual José Avelino pertencia era encabeçada por homens proeminentes do universo das carnes verdes. Afinal, ter o João Pina e Liberato de Souza acoitando um procurado pela polícia deveria ser para poucos.

O conflito gerador da última fuga de José Avelino tinha se dado entre ele, Prudêncio dos Santos Costa, José Rodrigues e José Valença. A partir de uma desavença de raízes amorosas, os três últimos saíram bastante feridos. José Avelino era conhecido por célebre desordeiro e sua destreza com a faca de ponta podia ser atestada por quem o conhecia, como também a rede de proteção que o acobertava. O conflito que deixara os três feridos tinha se dado na rua da Jangada, logradouro nas proximidades do Matadouro da Cabanga. Numa das reportagens do *Jornal Pequeno* sobre o ocorrido é possível perceber as associações feitas entre o trabalho no matadouro e o mundo da criminalidade.

É bem conhecido do público, o lugar denominado rua da Jangada, no 2º distrito de São José, ponto escolhido pelos arruaceiros e homens de maus instintos que ali fazem campo de suas capoeiragens por ser o menos frequentado pela polícia, impotente esta muitas vezes para os subjugar.

Não se passa uma semana, sem que, naquela rua, se dê um distúrbio ou um assassinato. Apesar de tudo isto não foram tomadas até agora providências enérgicas no sentido de fazer cessar esta continuidade de crimes.

Os moradores da rua da Jangada e imediações, quase todos pescadores e empregados no Matadouro, muitos deles afeitos ao crime, *talvez por verem diariamente escorrer sangue dos animais que matam para a nossa subsistência, não trepidam em fazer vítimas, tornando-se isso até um divertimento para eles.* (06/05/1907) (grifos meus)

Não é surpreendente a associação existente nessa época entre a figura do magarefe e do assassino, como no trecho acima. Muitos dos trabalhadores daquele espaço, poderiam ser incluídos na expressão “classes perigosas”. Afinal de contas, os trabalhadores da carne estavam sempre munidos de facas e eram enquadrados nas fronteiras da pobreza. Cunhada na primeira metade do século XIX, a noção de classes perigosas foi fundamental na articulação de projetos que visavam coibir a vadiagem, por exemplo. No mundo em que já não era possível impelir às pessoas ao trabalho através das medidas coercitivas típicas da escravidão, a formulação das ideias de que alguns eram preliminarmente suspeitos propiciava a coerção ao trabalho dentro de novas práticas de controle social. (CHALHOUB, 1996, p. 24)

A dinâmica de trabalho dentro do Matadouro da Cabanga obedecia a várias etapas e estava controlada em cada uma dessas etapas por instâncias superiores de administração. Ao proteger um magarefe que era conhecido na cidade como “célebre desordeiro”, o administrador João Pina sai do papel que lhe foi atribuído dentro daquele espaço, mas essa quebra de

expectativa em relação a José Avelino pode ainda ser observada em suas relações com outros indivíduos da indústria da carne, os marchantes, como ficará evidente mais à frente. Pensar que a resolução de conflitos de forma violenta era parte exclusiva do universo mental daqueles que estavam numa posição de subalternidade no processo de exploração econômica é não perceber que os valores que guiavam a conduta de homens como José Avelino e João Pina faziam parte de produção e reprodução de seus grupos sociais. A disputa dentro das relações de trabalho, verticais e horizontais, era, portanto, parte integrante da formação daquele ambiente social de trabalho.

2.2 “Piedade para esse pobre povo, que joga o bicho para desafogo de paixões, para espiarescer os males e manter a esperança em obter pela sorte os meios difíceis de subsistência”: as questões em torno do preço das carnes verdes

O título acima era um dos muitos pedidos feitos pelo *Jornal Pequeno* em nome do povo pobre do Recife ao prefeito Manuel dos Santos Moreira (governo de 1899 a 1905) em relação ao preço da carne (12/03/1900). O quilo desse item estava custando 1\$400 réis, o que impossibilitava a compra por aqueles com menor poder aquisitivo. Esse estado de coisas era imputado à ganância dos marchantes. Além do preço muito alto, o quilo não necessariamente correspondia a 1000 gramas, mas variava entre 800 e 900 gramas nos talhos do mercado de São José (Idem, 28/03/1900). Em dezembro daquele mesmo ano o preço da carne chegou a 1\$800, talvez esse quilo de 800 gramas (Idem, 26/12/1900). Segundo a folha aludida, vários talhos se encontravam fechados já que a matança era diminuta. Esse discurso de defesa dos interesses dos mais pobres dará a tônica das reclamações do *Jornal Pequeno* por anos a fio sobre o preço e a qualidade das carnes verdes.¹⁷

Tanto advogava ser a defesa de melhores preços da carne verde uma questão referente ao bem-estar dos mais pobres que o *Jornal Pequeno* pedia auxílio ao Club Popular no enfrentamento do problema. Essa era “uma agremiação formada por membros do partido liberal na década de 1870, que tinha “por fim doutrinar o povo nos princípios políticos e sociais”.” (ESTATUTOS DO CLUB POPULAR DO RECIFE, 1869 *Apud* AZEVEDO e SOUZA, *Op cit*, p. 145). Esse jornal em 1903 estava desejoso da convocação de um *meeting* pelo clube para que o

¹⁷ Mas se eram os mais pobres que jogavam o bicho na esperança de subsistência que estavam em pior situação por conta do aumento do preço da carne em 1900, já não mais eles consumiam carnes verdes em 1907 segundo a mesma folha. Para o jornal, por essa época, os verdadeiros afetados pela alta do preço do gênero eram as classes médias, já que os ricos poderiam consumir de qualquer forma e os pobres de verdade não teria condições de adquirir carne cotidianamente. “Ganância Criminosa” (JP, 10/01/1907).

assunto da carestia das carnes verdes fosse tratado de forma mais ampla com a população (Idem, 08/08/1903). É provável que essa incitação para convocação de um ato público tivesse como justificativa a história da agremiação, pois nos idos de 1881 o Club Popular foi responsável pela convocação de um *meeting* contra a carestia das carnes verdes, tendo José Mariano e o clube reunido cerca de 4000 pessoas na ocasião. (AZEVEDO e SOUZA, 2012, p. 103)

A reunião que deveria ensejar tal evento foi completamente esvaziada e o jornal debitava isso ao afastamento das intenções de proteção das classes pobres da instituição (Idem, 18/08/1903). Se o *meeting* não vingou, pelo menos sua ameaça fez com que naqueles dias de agosto do início do século o quilo da carne fosse de 1000 réis para 700 réis no mercado de São José, quem sabe a partir da memória do medo da aglomeração das classes populares em prol do tema. Para a folha, a questão da carestia afetava primordialmente os mais pobres e o modo como as coisas estavam se dando dizia do modo como a República não conseguia aceitar a coexistência de dois partidos opostos, em clara alusão ao modo como o conselheiro Rosa e Silva ditava os caminhos da política pernambucana, não deixando espaço para atuação das oposições. A partir disso, o que se via era o completo afrouxamento da administração pública. A inércia do Club Popular na questão das carnes verdes era só um exemplo desse estado de coisas, exemplo de enfraquecimento da oposição, que agora só pensava em política e deixava de lado os reais interesses do povo pernambucano. O mesmo tipo de crítica foi feito pelo aludido jornal ao Club em 1905 (Idem, 16/05/1905). Enquanto eles se ocupavam em impelir o povo a votar em *meeting* realizado, nada era dito sobre a carestia das carnes verdes. O jornal mais uma vez buscava a convocação de um *meeting* sobre a questão.

Os diferentes modos de tratar o assunto da oscilação de preços do gênero, batalhas ou acordos entre marchantes e municipalidade, o modo como isso era transmitido e tinha interferência da imprensa é o caminho narrativo que esse tópico pretende percorrer. A instituição de monopólios ou trustes, os contratos entre o município do Recife e os detentores do mercado, e a possibilidade da livre concorrência foram alguns dos caminhos tentados naqueles primeiros vinte anos do século XX para instituição de uma política de preços. Entretanto, esses caminhos dizem de outras coisas que não só o preço propriamente dito da carne. É necessário dizer que a historiografia sobre o abastecimento de carnes verdes no país interpreta de distintas maneiras o problema da escassez e consequente alto preço do gênero, como também as relações entre os marchantes e o poder público para instituição de uma política de valores.

No caso do estudo aqui feito e seus limites, optei por me ater aos diferentes modos como se deram as ligações entre municipalidade e marchantes nos primeiros vinte anos do século XX,

sem necessariamente pontuar a existência ou não da escassez do produto por este ou aquele motivo. Pareceu-me mais pertinente aos meus objetivos, tentar entender os modos como a subida de preços era percebida pela imprensa e municipalidade em suas falas, do que constatar a existência da falta de carne no mercado do Recife. Como já mencionado, Rodrigo Freitas observa a escassez e alto preço do gênero como decorrente de uma série de fatores estruturais e conjunturais na Bahia. Já Fabrício Herbetch percebe a escassez de carne verde como um discurso utilizado pela imprensa paraense com o intuito de beneficiar economicamente o grupo de marchantes que importava carne do Rio da Prata, em detrimento dos criadores da Ilha do Marajó, tendo a figura do intendente Antônio Lemos um papel fundamental nessas relações, já que ele se ligava ao primeiro grupo de empresários. Não foram essas as minhas intenções, já que a partir das fontes consultadas não seria profícuo postular sobre falta de carne em Recife. Entretanto, aqui trabalho com as disputas que esse discurso ensejava, como também as afinidades políticas e econômicas produzidas por ele. E por uma dessas disputas e afinidades que dizia do mundo da carne que continuamos a narrativa.

Durante quase 20 anos, o mencionado conselheiro Francisco Joaquim da Rosa e Silva elegeu os governadores do estado, tendo como base de seu domínio suas alianças com os coronéis do interior, o jornal *Diario de Pernambuco* e a polícia. Ele foi uma das grandes figuras do Partido Republicano Federal no plano nacional. Depois das eleições de 1909 a onda salvacionista se espalhou pelo país, apoiada no Marechal Hermes da Fonseca. O momento foi aproveitado pelas oposições do estado para construção do Partido Republicano Conservador, resultando de uma coalisão de forças que colocou o general Dantas Barreto no governo de Pernambuco. No pleito de 1911 pelo governo do estado, Dantas Barreto enfrentou o próprio Rosa e Silva, tendo ao final de inúmeras disputas (nas urnas e nas ruas) ascendido ao governo. Raimundo Arrais (1988, capítulo 3) dá destaque à participação popular na campanha e nos conflitos que se sucederam ao primeiro resultado da eleição, tendo inclusive a participação dos fresssueiros no levantamento de um dos cortejos em apoio ao general na rua do Imperador no dia 2 de novembro de 1911. Ainda nas pontuações de Arrais, o movimento também se deu a partir da luta acirrada entre o *Diario de Pernambuco*, apoiador da política do conselheiro, e o *Jornal Pequeno*, que foi o divulgador dos festejos em prol de Dantas Barreto. A ascensão do general Emídio Dantas Barreto ao governo do estado proporcionou mudanças em vários setores da administração pública estadual e municipal, além de ter dado fim à hegemonia do conselheiro na política pernambucana.

Tendo vindo do Rio de Janeiro o capitão Antonio Florentino e José do Nascimento, em plena harmonia, há cerca de quatro meses, foi o primeiro pouco tempo depois nomeado administrador do Matadouro da Cabanga.

Designando o capitão Antonio Florentino para auxiliá-lo a José do Nascimento, deu-lhe o lugar de chefe da matança;
 Porque se originasse, por motivo de ordem de serviço, um desacordo entre os dois há cerca de um mês, demitiu-se Nascimento.
 Isto, entretanto, não concorreu para terminar a desavença entre os dois, ficando mais acirrado o ódio, que deu em resultado o facto de ontem. (JR, 25/04/1912)

O capitão honorário do exército Antônio Florentino Abreu do Rego ganhou sua posição a partir dessa mudança, e como o excerto citado dá a saber, também foi responsável por um efeito cascata na nomeação dos funcionários do matadouro, ou talvez tenha mantido funcionários já existentes e trazido novos de sua confiança, o que é mais provável. O administrador e Nascimento Grande faziam parte da coalizão política que promoveu a campanha salvacionista em Pernambuco contra o grupo de Rosa e Silva e obtiveram benesses por conta desse apoio, mas parece que como diziam os rosistas "era impossível imaginar uma administração coesa a partir de tão distintos grupos" tal qual foram os que se congregaram em torno da ascensão de Dantas Barreto. (ARRAIS, Op cit). A disputa, terminada em facadas, tiros e prisão, desses personagens da política na cidade nos informa das cisões entre os que compuseram a aliança defensora da candidatura do general.

No caso em questão, os dois homens se enfrentaram na loja *Myosotis* na rua Cabugá. Tendo sido Nascimento Grande conduzido à Detenção e Antônio Florentino preso em um batalhão da polícia depois de decretada sua prisão preventiva. Dois órgãos de imprensa noticiaram o caso e fica evidente a diferença de tratamento dada àqueles homens em cada um deles (JP, 25/04/1912). O *Jornal do Recife* enfatiza a condição de delinquentes dos dois homens, mas o *Jornal Pequeno* não pronuncia nenhum adjetivo que os desqualifique. Esse último veículo foi o responsável por noticiar as variadas manifestações de apoio a Dantas Barreto, sendo assim, se faz compreensível o tom usado para tratar daquela querela. E sendo o *Jornal do Recife* um veículo ligado à facção destituída do poder com a subida do general Dantas Barreto, o tratamento de Nascimento e Florentino enquanto delinquentes também não é algo estranho.

Para além do escrito nos jornais locais, o caso ficou conhecido até no Rio de Janeiro e foi evocado tempos depois por Joaquim Pimenta. Segundo o comentado por Israel Ozanam (2013, p.284-285), há uma batalha entre os comentaristas posteriores do caso sobre como Antônio Florentino deveria ser mencionado, para uns a alcunha de brabo caberia, para outros não. Como a luta pendeu para o lado de Florentino, ele teria ganho muita respeitabilidade com o caso, afinal não era para qualquer um enfrentar de igual para igual "o maior lutador a cacete,

a punhal ou a pistola, dentre os mais afamados do Recife, senão de todo o Estado”.¹⁸ Esse sujeito terminou seus dias como advogado no Rio de Janeiro. Logo após sua passagem na administração do matadouro, ele aparece na documentação jornalística ocupando o cargo de tabelião de notas (JR, 09/01/1916). De uma forma ou de outra, é necessário dizer que Florentino e Nascimento tinham afinidades políticas já antigas com a facção ligada a José Mariano do Partido Liberal e na coalisão de forças em favor do general Dantas Barreto eles continuaram ligados a esse grupo político.¹⁹ Possivelmente, a antiguidade da amizade entre esses homens da qual fala o *Jornal do Recife* na matéria citada possa ser levada em consideração.

Durante o tempo que permaneceu afastado por ocasião de sua prisão, o capitão honorário do exército foi substituído por Manoel José Soares Guimarães (JP, 01/05/1912), mas em junho do mesmo ano já o vemos ocupando novamente o cargo e tomando decisões junto ao prefeito Eudoro Correia, que entrou no governo municipal por nomeação do novo governador Dantas Barreto e geriu a cidade entre 1911 e 1915, sobre o preço das carnes verdes, inaugurando uma espécie de trégua entre marchantes e municipalidade. Trégua essa efêmera, já que no ano seguinte lá estavam novamente prefeito e administrador tentando tomar providências contra os preços impostos pelos marchantes. Durante os anos de governo municipal de Eudoro Correia e administração do matadouro por Antônio Florentino, algumas medidas importantes foram tomadas em relação ao comércio de carnes verdes. Já no início de sua gestão, o matadouro do Arraial foi extinto e seus funcionários e maquinário passaram para responsabilidade do capitão Antônio Florentino em acúmulo com suas funções de administrador do abatedouro da Cabanga. Segundo o prefeito investido por Dantas Barreto, em fala ao Conselho Municipal, essa medida foi necessária pois o estabelecimento do Arraial onerava os cofres públicos e possuía péssimas condições de higiene (JR. 16/03/1912),

Não eram novas as reclamações sobre as condições da carne abatida naquele matadouro. Em maio de 1906, André Torres Coelho escrevia no jornal *A Província* que "a obstinação de certos interessados na manutenção do matadouro do Arraial está produzindo os seus maus efeitos para a população dos arrabaldes" (04/05/1906). Segundo ele, os agentes municipais não tinham interesse em fazer cumprir as posturas municipais, o que estava obrigando a população a consumir carne de "procedência duvidosa". Essa falta de decoro com a coisa pública fomentava a não obtenção das rendas que aquele espaço poderia fornecer à prefeitura, já que

¹⁸ Há uma associação de Nascimento Grande à memória da capoeira no Recife. Este sujeito teria sido alguém com relações controversas entre a polícia e a política na cidade e que muitas vezes foi representado como bandido, mas que também teve uma atuação junto a nomes importantes da política no estado. (OZANAM, Op Cit, p. 10).

¹⁹ Em 1902, Antônio Florentino pertencia ao referido Club Popular. Mais um indício de suas filiações políticas à facção liberal ligada a José Mariano (A Província. 13/12/1902).

ali as reses não eram conferidas pelo veterinário. O autor da queixa insinua que os bois rejeitados no matadouro da Cabanga eram levados para o Arraial para serem abatidos. É sobre esse tipo de ineficiência e falta de condições higiênicas das quais fala Eudoro Correia em uma de suas primeiras falas ao Conselho Municipal? André Torres Coelho parece ter sido um pseudônimo usado por alguém para se queixar das condições do matadouro do Arraial, já que, segundo outro escritor nas publicações solicitadas n’*A Província*, “o gado abatido no matadouro do Arraial está ali às vistas do público, pode ser diariamente examinado e é tão bom como o que é morto na Cabanga” (06/05/1906). Para este opositor de quem se escondia sob o pseudônimo, a intenção do “missivista” era deslegitimar o caráter do administrador daquele abatedouro e auferir mais lucros para si ao desmerecer a qualidade da carne do Arraial. Infelizmente, não consegui descobrir a identidade de André Torres Coelho, mas terá ele ficado satisfeito com o fechamento daquela casa de abate anos mais tarde no governo de Eduardo Correia?

Também vemos denúncias de transferências de reses com intenções de fugir dos olhos da fiscalização, tal que dizia existir o falso André Torres Coelho. Em suas “Considerações”, O *Jornal Pequeno* diz em junho de 1900 que reses doentes eram transferidas do matadouro da Cabanga para os abatedouros do Arraial e do Cordeiro para ali serem abatidas e depois vendidas normalmente no Recife (08/06/1900). Transferir as reses de um matadouro para o outro por múltiplas razões parece ter sido prática recorrente entre os marchantes do Recife. O administrador do matadouro do Arraial em setembro de 1898, Henrique Ladisláu da Silva Araújo, veio a público esclarecer uma dessas transferências de reses (Idem, 24/09/1898). Segundo ele, por ocasião da demissão de um magarefe e a tentativa de imposição de sua presença pelos marchantes daquele matadouro uma questão se deu entre esses últimos e ele, o administrador. Na impossibilidade de fazer suas demandas atendidas, os marchantes daquele local transferiram os animais para a Cabanga. Interessante notar na fala do funcionário o quanto ele dizia estar respeitando as regras impostas pela lei e os melhoramentos higiênicos do abatedouro. Não era surpresa o *Jornal Pequeno* denunciar a parada da matança por conta da má administração de Henrique Ladisláu:

O administrador substituiu há dias o pessoal antigo por um outro que nada entende do serviço e isto deu lugar a que os marchantes, prejudicados oferecessem, pessoal conhecedor do trabalho sem prejuízo ao Matadouro.
Isto não foi aceito e os proprietários de reses procuraram o Matadouro do Cordeiro. Ali sem razões justas o administrador proibiu-lhes abater o gado e os marchantes vieram para o Recife, onde esperam poder continuar no seu negócio.
E o público que fique prejudicado com a falta de carne. (21/09/1898)

A volta da publicação do movimento da matança no matadouro da Cabanga foi outra das providências tomadas pela gestão de Eudoro Correia. Não publicar o movimento seria uma prática que corroborava com os interesses dos marchantes desejosos de abater menos gado e assim promover um aumento no preço final do quilo da carne. Em 1905 era essa uma das críticas feitas ao prefeito Martins de Barros pelo *Jornal Pequeno* (11/05/1905). O movimento de março de 1912 dava conta do número de reses abatidas, reses preparadas, rejeitadas, importância dos impostos de abatimentos e preparos, importância do imposto de sebo, total de reses abatidas para Santa Casa, totais dos impostos dispensados e o total da arrecadação diária (Idem, 04/03/1912). Mas era o matadouro importante economicamente para o município ou só interessavam as flutuações de preço das carnes para a população do Recife? Em Exposição do prefeito Eudoro Correia para o Conselho Municipal em agosto de 1914, é possível perceber que o matadouro da Cabanga é a fonte de receita que sozinha auferia as maiores rendas ao município. Nas listas de movimento de caixa da prefeitura é possível perceber isso mês a mês.²⁰

Mas saindo dessas digressões sobre o abatedouro do Arraial, a publicação do movimento das reses e a receita auferida por aquele espaço de matança de gado, desejo falar sobre a relação que o prefeito Eudoro Correia e seu fiel escudeiro do matadouro, Antônio Florentino, tentaram estabelecer com os marchantes sobre a política de preços adotada. No *Jornal Pequeno*, órgão que praticamente virou diário oficial nesse período, são três as ocasiões em que o prefeito tentou ajustar as coisas com os marchantes através de reuniões. De antemão é possível dizer que as reuniões de 1912 representam quase um casamento entre os dois polos, a lua de mel sendo as comemorações de aniversário do prefeito naquela instituição e o divórcio o pedido dos marchantes de abatimento dos impostos sobre a matança.

Como mencionado, Eudoro Correia estava obstinado a resolver a questão das carnes verdes de acordo com o *Jornal Pequeno*. E em reunião realizada pouco depois da volta de Florentino à administração do matadouro, ficou acordado um preço 800 réis pelo quilo da carne nos talhos da cidade (03/06/1912). Cerca de 10 meses após esse encontro, a carne verde estava sendo vendida a 1\$200 e novamente Antônio Florentino e o prefeito tentavam o estabelecimento de um preço mais razoável.

Declarou-nos o estimável funcionário que à Prefeitura impossível se torna fazer qualquer concessão aos srs. marchantes relativamente à diminuição de impostos, visto como só existe o imposto de matança, {ilegível} ou 12 mil e pouco por cabeça de

²⁰ APEJE. Fundo PCR- Exposições de Prefeitos- Caixa 2. Exposição do prefeito Dr. Eudoro Correa. 10 de agosto de 1914. Naquele mês a receita foi de 27:390\$0650. A receita do Matadouro da Cabanga no ano de 1917, por exemplo, teria sido de 328:245\$260. APEJE. Fundo PCR- Exposições de prefeitos- Acervo Impresso- PCR- Caixa 02. Exposição do prefeito Manoel Antonio de Moraes em 1º sessão do conselho municipal. 16 de fevereiro de 1918.

gado abatido, que é cobrado pelo município, e este o Prefeito só por si não o pode diminuir os extinguir. Seria preciso autorização do Conselho.
 Antes da extinção do imposto interestadual, que o estado mantinha sobre o gado paraibano, acrescentou-nos ele, a carne era retalhada a \$800, e hoje, acabado aquele ônus, o preço elava-se a 1\$200, sem uma razão seria, que justifique tão grande subida. (JP, 02/04/1913.)

Eudoro Correia havia sido capaz de fazer concessões anteriores aos marchantes, retirando os impostos que incidiam sobre o gado vindo de fora do estado, mas agora Antônio Florentino declarava ser impossível para o prefeito uma nova retirada de impostos. No ano anterior, o tom das conferências entre municipalidade e marchantes tinha sido outro, o sentido era muito mais amigável. Tanto foi assim que o preço pôde ser tabelado em 800 réis, antes estava em 10 mil réis. É provável que essa subida de preços em 1913 fosse mais uma artimanha dos marchantes para manutenção dos lucros elevados da empresa. É nítido que depois disso os ânimos azedaram entre o capitão Antônio Florentino e os marchantes do matadouro da Cabanga. Em julho e outubro daquele ano, o “zeloso administrador” dizia não estar deixando passar nenhum animal condenado para o abate, qualquer tentativa dos marchantes nesse sentido seria infrutífera (Idem, 21/07/1913; 17/10/1913). Segundo o exposto no *Almanach de Pernambuco* daquele ano (21/01/1913), em janeiro os marchantes haviam organizado um truste e resolveram não abater mais reses.²¹ As providências tomadas por Eudoro Correia foram no sentido de suspender a licença de alguns marchantes, inclusive cassando a de um deles, Abdon de Azevedo, figura controversa com várias passagens pela polícia em anos anteriores (CDR, livro 4.3/65)²², e organizar um acordo com o marchante José Garcia para que naqueles dias de parada dos marchantes não faltassem as carnes verdes na cidade. O ano de 1913 foi assim de intensas disputas entre municipalidade e marchantes.

Se nesses anos da segunda década do século XX, o prefeito dizia tentar resolver a questão a partir do abatimento de impostos e apelando ao bom senso dos marchantes, as gestões de Esmeraldino Torres Correia e Manuel Santos Moreira foram por outros caminhos. Durante seu curto governo, o primeiro lançou um edital para contratação do abastecimento de carnes verdes (JP, 24/01/1899). Esse tipo de prática visava controlar o mercado instituindo contratos. A tentativa parece não ter sido frutífera já que nenhum dos concorrentes atendia ao demandado na lei que versava sobre o assunto. A solução então encontrada pelo prefeito foi comprar gado diretamente do sertão para aplacar a crise de abastecimento daqueles dias e para isso pedia um

²¹ Um truste é uma coligação econômica entre um conjunto de empresas com o fim de monopolizar determinada mercadoria. No caso em questão, os marchantes podem ser entendidos enquanto empresas e sua coligação se dava com o fim de acordar um preço para as carnes e assim monopolizar o produto e sua venda.

²² Preso por ferimentos em outubro de 1902. Israel Ozanam (Op. Cit, p. 204) menciona a possível associação desse homem com Santos Moreira enquanto chefe de polícia em 1907, sendo ele alguém ligado aos maxixes da cidade.

crédito ao Conselho Municipal para fazer a empreitada possível. Não consegui apurar se o Conselho foi favorável a esta ideia, mas se uma publicação do *Jornal Pequeno* sobre o tema estiver no caminho certo é provável que não, já que era intenção dos conselheiros barrar as ações do prefeito Esmeraldino (09/08/1900).²³ Comprar as reses diretamente do sertão seria uma forma de combater possíveis técnicas de atravessamento. Os marchantes compravam o gado nas feiras do interior, dominando assim grande parte do mercado, já que assim poderiam dizer que os preços eram fruto de seus altos custos de transporte dos animais. No caso da Bahia, Rodrigo Freitas Lopes (Op cit, p.33) fala que os negociantes de gado tinham fazendas na região das feiras e compravam o gado antes dele ser registrado. Esses comerciantes eram conhecidos como donos das invernadas ou marchantes. Isso era vantajoso para eles na medida em que compravam a boiada magra dos atravessadores, engordavam o gado por algumas semanas e assim conseguiam um melhor preço na hora do registro. Esse tipo de negociação foi motivo de inúmeras controvérsias. É possível que ao desejar buscar diretamente o gado no sertão, o prefeito Esmeraldino desejasse quebrar com essa prática dos marchantes do Recife. Mas em nome de quem? A quem beneficiaria tirar das mãos dos marchantes as práticas de atravessamento? De todo modo, o Conselho Municipal não estava em consonância com o prefeito e desejava barrar sua interferência em alguns setores do mercado de carnes verdes.

No ano seguinte acontecia situação similar, um edital para contrato de abastecimento foi novamente não firmado pela prefeitura não aceitar as propostas dos marchantes concorrentes. Em dezembro daquele ano, o *Jornal Pequeno* dá a saber de um aumento de preços das carnes e insinua que a subida foi fruto do edital lançado alguns meses antes (24/12/1900). Cerca de um mês antes, as empresas de marchantaria e/ ou marchantes avulsos Chaves & C., Monteiro Irmãos, Manoel Candico & C., Antonio Cruz, Liberato de Souza & C., Bernardino Vieira, Antonio Pedro da Costa, Manoel de Mello Andrade, Antonio Martins da Silva, Manoel Joaquim Carneiro Monteiro e Silvino Mendes de Azevedo deram uma nota no jornal *A Provincia* se desculpando pela diminuição da matança de reses, que segundo eles se devia ao elevado preço do gado nas feiras do interior (03/11/1900). Não era surpresa a elevação dos preços, já que à época do lançamento da concorrência o *Jornal Pequeno* satirizava o modo como os editais acabam por prejudicar o consumidor final.

- E os marchante teimam em não fazer contrato com a intendência...
- Teimam.
- Mas, por quê?
- Dizem que marchante é quem pago o pato.

²³ O artigo se refere ao fato de a lei que divergências nas leis usadas pelo novo e pelo antigo prefeito. No caso uma nova lei seria necessária, já que a anterior teria sido criada para barrar as pretensões de Esmeraldino. Agora seria desejável que pessoas fora do contrato também abatessem reses, o que não era permitido pela lei em vigor.

-Não, que eles sabem que marchante é o povo, que além de pato paga o boi.
(06/08/1900)

Na gestão de Martins de Barros, entre 1905 e 1908, outros possíveis modos de regular o mercado por parte dos marchantes podem ser observados, ou pelo menos outras tentativas. Em publicação solicitada no *Diario de Pernambuco*, o administrador do mercado de São José, Antônio Pacheco Soares Silva, vinha a público contradizer o que *A Provincia* tinha dito dias antes sobre possível conchavo feito entre ele e alguns marchantes acerca do aluguel dos talhos do mercado (10/06/1905). Segundo o sugerido n'*A Provincia*, o administrador teria alugado todos os talhos vazios aos marchantes, mesmo que eles não tivessem intenção de abri-los em uma flagrante prática de controle das vendas da carne. De acordo com a versão do administrador a questão dizia na verdade sobre disputas entre os marchantes do matadouro da Cabanga. O marchante Francisco Lemos teria ficado de fora das transações efetuadas e agora nem uma sublocação de talhos conseguia, essa seria a razão de fundo da denúncia n'*A Provincia* de uma prática completamente regular.

Segundo o *Pequeno*, durante muito tempo o prefeito Martins de Barros vinha fazendo ouvido de mercador para as numerosas críticas recebidas, mas com a reprimenda do *Jornal do Recife* as providências deveriam estar por vir, já que o órgão estava sob domínio de Sigismundo Gonçalves, correligionário político daquele prefeito que na época estava em seu segundo mandato como governador do estado (JP, 11/05/1905).²⁴ Como já entendido pelo leitor, esse monopólio se dava pela diminuição do número dos abates para conseqüente aumento dos preços nos talhos da cidade, o arrendamento de todos os talhos do mercado e o controle dos animais vindos do interior. Para o *Jornal Pequeno*, a conivência de Martins de Barros podia ser percebida por sua decisão de não publicar o movimento do matadouro nos órgãos de imprensa. Se funcionou ou não a reprimenda do *Jornal do Recife*, o certo é que em maio daquele ano o prefeito Martins de Barros se reuniria com o governador Sigismundo Gonçalves para tratar da questão (Idem, 22/05/1905), o prefeito parecia disposto a resolver o problema finalmente (Idem, 16/05/1905). E foi justamente depois dessa tentativa de resolução do problema que a questão se agravou ainda mais e vemos Antônio Pacheco se defendendo das acusações de conluio com os marchantes. É possível que a questão de fundo do problema fosse a notícia de renovação do arrendamento do mercado ao dr. José Pernambuco (Idem, 07/06/1905).

²⁴ Também é necessário pontuar que o *Jornal do Recife* e o *Diario de Pernambuco* nessa época representavam interesses do grupo político ligado ao governo em exercício, o de Sigismundo Gonçalves, e em nível macro a liderança exercida pelo conselheiro Rosa e Silva. No plano municipal Martins de Barros pertencia a essa coligação política. Entre 1904 e 1905 o *Jornal Pequeno* e *A provincia* censuravam o governo estabelecido nos níveis estadual e municipal. (NASCIMENTO, 1966, p.134).

Os marchantes diziam nestes anos que estavam adquirindo o gado a preço muito elevado nas feiras do interior, acrescido a isso, os custos com o transporte deixariam tudo tão oneroso ao ponto de os preços do gênero nos talhos da cidade serem quase que inacessíveis para uma parcela da população (Idem, 15/01/1907). Mas para o *Jornal Pequeno* tudo isso não passava de artimanhas da ganância daqueles homens, já que eles impunham baixos preços para os bois nas feiras de Vitória e Itabaiana, além de quase não terem custos com o transporte das reses, já que em sua maioria o gado chegava a pé ao Recife.

A querela entre marchantes mencionada por Antônio Pacheco, administrador do Mercado de São José, naquele junho de 1905 realmente parece ter feito parte daquela complexidade de problemas que concorreriam para a denúncia de conluio com os marchantes que ele tinha recebido. Parece ter havido naqueles dias uma rivalidade entre marchantes que estavam vendendo o quilo da carne a 700 réis e outros que insistiam no preço de 1\$000 (Idem, 12/06/1905). Rivalidade essa que precisou da interferência da polícia para que os preços fossem ajustados e o clima beligerante cessasse no matadouro. De acordo com a fala de Antônio Pacheco, Francisco Lemos era opositor daqueles que alugaram os talhos do mercado.

Algumas das desavenças entre marchantes encontradas na documentação dizem respeito à disputa por locais de venda. Os marchantes, além de abaterem as reses, eram os donos dos arrendamentos dos talhos no mercado de São José e pela cidade afora. Em 1909, Antonio Martins e Liberato de Souza parecem ter disputado o mercado de carne na freguesia do Poço, daí resultando algumas cenas que necessitaram da intervenção policial. Entre julho e agosto daquele ano, Liberato iniciou suas tentativas de inserir seu produto por aquelas paragens, enfrentando alguns obstáculos. De início, o marchante mandava um de seus funcionários vender carne com o tabuleiro na cabeça (Idem, 16/07/1909) e numa dessas incursões teve o produto apreendido pelo fiscal da freguesia Orestes Miranda. A carne apreendida foi doada à Casa dos Expostos. Segundo publicação solicitava, muitos fregueses do senhor Liberato não ficaram felizes com a interferência do fiscal na questão (Idem, 28/07/1909). Ao oferecer um quilo de carne que efetivamente correspondia a 1000 gramas, algo bem diferente do usual haja vista o caso do quilo de 800 gramas aludido umas páginas atrás²⁵ e a mencionada prática dos talhadores de fraudar as balanças, o senhor Liberato teria desagradado “os antigos monopolizadores do gênero” e por isso a apreensão teria se dado numa circunstância que nada desrespeitava das leis municipais.

²⁵ A prática de fraudar a balança não foi exclusiva dos talhadores do Recife no início do século XX. Fabrício Herbech Teixeira Silva menciona caso similar em Belém (op. Cit. p. 191) como também cita a existência da mesma prática no Rio de Janeiro do século XIX a partir do trabalho de Pedro Henrique Pedreira Campos.

O sr. Liberato parecia obstinado a atender os seus clientes da freguesia do Poço e por isso comprou prédio destinado a funcionar como talho na rua Real da Torre (Idem, 27/08/1909). Estava instalada a refrega com o sr. Antônio Martins. O prédio em questão teria sido anos arrendado a este último marchante, sendo assim o proprietário não poderia vendê-lo ou pelo menos deveria garantir a continuidade do arrendamento. Segundo o noticiado pelo *Jornal Pequeno*, Antônio Martins mandara seus empregados destruírem os utensílios do prédio destinados ao funcionamento como talho, os mosaicos e mármore, e a retirada dos outros antes que Liberato começasse a ocupar o espaço. Ainda no momento em que ocorria a ação, Liberato chegou ao prédio e a partir da violência tomou as chaves que estavam com os funcionários de Antônio Lemos. Depois desse envio de recado dos dois lados, um conflito armado precisou ser evitado no dia seguinte pelo chefe de polícia. Já que era eminente as cenas de violência, Antônio Martins e homens seus armados aguardavam a passagem de Liberato para o prédio motivo da disputa (Idem, 28 /08/1909). Armas e facas foram apreendidas dos dois lados e assim dissolvida uma cena que acabou não chegando as vias de fato. Parece que agora aqueles homens iam resolver a disputa nos meios legais.

"Ao que parece, a perder de vista o matadouro da Cabanga, assim como a Alfândega, representará um canal de expressão política de talhadores, capatazes e outros "profissionais" sucessivamente definidos entre o mundo do trabalho e do crime". (OZANAM, Israel. Op cit. p.285) E as disputas entre os braços da municipalidade e os marchantes naquele espaço são mais uma expressão desse universo político. Em junho de 1907, o *Jornal Pequeno* dá conta do clima beligerante envolvendo marchantes e demais empregados que tinha tomado conta daquele espaço (06/06/1907). O envolvimento de Santos Moreira (Idem, 05/06/1907), chefe de polícia, foi requerido por aquele órgão para que novas cenas de violência fossem evitadas. No dia anterior houvera um conflito entre Lino de Tal, empregado do marchante Francisco Lemos, o marchante José Vieira e um empregado do marchante Walfrido Monteiro. Não pude apurar bem, mas esse caso nos remete ao modo como os envolvidos no universo do matadouro se imbricavam de forma corriqueira entre os universos do crime e do trabalho, ao menos na narrativa dos jornais, já que Lino de Tal é aqui apresentado como desordeiro conhecido do segundo distrito de São José. Nos dias seguintes ao conflito inicial os ânimos parecerem ainda acirrados a ponto de mais brigas serem vistas no local (Idem, 06/06/1907). Desta vez envolvendo Antonio Maximiano e Cara Preta e a continuidade do incômodo ao "moço distinto e morigerado" José Vieira.

O certo é que cerca de seis meses depois dessas controvérsias no matadouro, o clima de enfrentamento ainda permanecia e as longas falas do administrador da Cabanga, João Pina, e

seu cunhado o marchante Francisco Lemos nos dão algumas pistas sobre as razões daquelas disputas (DP, 24/01/1908; 28/01/1908). Este último, rebatendo o que João Pina havia dito em ofício ao prefeito sobre uma espécie de “rebelião” de marchantes dias antes, fala da perseguição que estava sofrendo por parte deste que era o “Pina do tempo do Capim e Pina das tripas e dos fatos” em alusão a vantagens que o administrador tiraria de sua condição. É possível entender que alguns marchantes se insurgiram contra as ordens do médico veterinário e do administrador do matadouro em relação à condenação de reses doentes e ao horário que os animais deveriam dar entrada no matadouro. Os envolvidos parecem ter sido Liberato de Souza, Walfrido Monteiro, Soares Raposo, o próprio Francisco Lemos e Abdon de Azevedo, este último teria sido referido como capanga de Lemos no ofício mencionado. Francisco quase foi preso no matadouro por ocasião dessa insurgência, mas foi aconselhado pelos seus pares a deixar aquele espaço, conseguindo assim se livrar da ordem de prisão. Segundo ele, não poderia aceitar regras de quem quer que fosse caso estas fossem injustas e as regras do administrador eram bastante. Ele prometia fazer uma devassa na vida de seu cunhado e apontar a sua má administração.

Dias depois João Pina deu sua versão dos fatos e se defendeu das acusações sugeridas pela publicação de Francisco Lemos. De acordo com o administrador, por muito tempo ele fora defensor desse seu cunhado por respeito às questões familiares envolvidas, tendo inclusive o defendido da prisão diversas vezes e emprestado dinheiro, mas depois que o funcionário de Lemos, chamado Heleno, ter ferido o marchante José Vieira sendo preso dentro do matadouro pelo administrador, o clima teria azedado entre os cunhados. Provavelmente essa é uma referência aos acontecimentos de junho de ano anterior. Além disso, João Pina se defende das acusações de que estaria ganhando com o fornecimento de capim e a venda de fatos. Segundo ele, todo o capim fornecido aos estábulos daquele estabelecimento era de responsabilidade do doutor Almeida Pernambuco. Os conchavos sobre a venda dos fatos teriam sido de responsabilidade do próprio Francisco Lemos, que agora lhe imputava uma culpa inexistente. É necessário notar que as acusações feitas pelo administrador àquele marchante associam este último a vários crimes e enriquecimento ilícito, inclusive com a impressão de notas falsas. De acordo com João Pina, Lemos era um “nome conhecido nos anais da polícia e da justiça”, sendo vários os seus crimes na capital e no interior. As controvérsias daqueles dias teriam se dado, na perspectiva do funcionário municipal, na incitação de greve feita por Francisco Lemos aos seus companheiros. Essa era a referida rebelião mencionada no parágrafo anterior. Tudo giraria em torno da incapacidade do marchante de aceitar as determinações dos braços da municipalidade no matadouro, administrador e médico.

Tentando resolver a questão mais uma vez, Moraes Rego lançava edital de concorrência para o fornecimento de carnes verdes em março daquele ano (JP, 20/03/1918). O processo é tão imbricado nesse caso, que temos uma possível falta de coesão entre os próprios agentes da municipalidade. Para *A Provincia*, o administrador do matadouro à época, Manoel Chagas, estava do lado dos marchantes na questão, proporcionando assim um impedimento para diminuição do preço da carne (19/03/1918). De uma forma ou de outra, é importante perceber que eram variadas as estratégias dos marchantes para ditarem as regras quando o jogo se referia aos preços das carnes verdes. Para eles não era interessante o regime de contrato e talvez por isso fosse tão difícil a tentativa de instituição de um nas duas primeiras décadas do século XX. Na mesma matéria em que dava notícia sobre a abertura da concorrência, o jornalista explica em que termos se davam essas disputas econômicas:

Todas as vezes que se trata desse assunto vem à discussão uma porção de ideias sobre liberdade de comércio e as vantagens da matança livre. Mas a verdade única é que, com o regime da matança livre a carne sobe sempre de preço, o que não se dá com o regime do contrato.

O regime da matança livre presta-se a combinações criminosas, a monopólios de factos, a contubérnios imorais, a transações ilícitas, em que só a população vae de emburlo.

No regime do contrato, só a população vem a ganhar com o preço máximo porque há de comprar a carne nos açougues, preço que, no momento atual, regula, em todos os estados, de 9000, como no Rio, 1200 réis, como no Amazonas, em que tudo é mais caro do que em qualquer parte. O Recife tem tido os dois regimes.

Num (sic) tem tido carne barata; noutra tem tido a carne cara.

É só escolher. (A PROVINCIA, 20/03/1918).

Os conchavos entre membros da municipalidade e marchantes, como já mencionado, eram recorrentes. De acordo com os grupos políticos no poder, esses empresários da carne poderiam ter ou não suas demandas atendidas. Ou melhor, existiam grupos que poderiam se beneficiar dessa ou daquela gestão. Infelizmente, para as dimensões desse trabalho o entendimento de como se compunham facções de marchantes não foi possível, principalmente pensando que elas poderiam mudar muito rapidamente.²⁶ Mas é importante atentar para o fato de que quando suas demandas não eram aceitas, eles poderiam simplesmente parar de abater o gado e talvez arcar com as consequências desse tipo de ato. Foi o que ocorreu em março de

²⁶ Consegui identificar a formação de duas firmas para o abatimento de gado no ano de 1901 formada pelos marchantes da cidade. “De Luiz Gomes de Mello Lula e Antonio Soares Raposo, sob a firma Luiz Gomes & C para o abatimento de gado em pé e abatido no estabelecimento no estabelecimento denominado "talho do commercio", ao largo da Penha n2, desta cidade, com o capital de 100:000\$000, sendo a sociedade de capital e industria. De Luiz Gomes & C., Walfrido Monteiro Liberato Feliz de Souza, Antonio Tertuliano da Cruz, Antonio Quirino da Silva, Manoel Candido de Albuquerque, Bernardino Vieira, Antonio Pedro da Costa, Manoel Domicio Mergulhão, Possidonio Fiuza Lima, Manoel Vicente, Manoel de Mello Andrade, Manoel Joaquim Carneiro Monteiro, Antonio Martins da Silva, José Garcia e Mamede Paulo de Albuquerque, sob a firma Monteiro, Cruz & C., para o commercio de carnes verdes, n'esta cidade, com o capital de 99:800\$000, sendo a sociedade em nome coletivo.” “Junta Comercial “ (A Provincia. 12/11/1901). Entretanto, não pude aferir em que medida a formação desse tipo de coligação comercial interferia nas associações políticas desses indivíduos e suas relações com a municipalidade.

1918 quando temos notícia de uma greve de marchantes (JP, 12/01/1918). O prefeito Moraes Rego havia determinado um preço máximo para o quilo da carne e a reação foi quase que imediata. Mais ou menos o mesmo processo que vimos ocorrer em 1913 na gestão Eudoro Correia.

O que era visto como algo ruim para os interesses da população em 1918 no excerto acima, o livre comércio, é justamente o que poderia salvar a população da carestia segundo o *Jornal Pequeno* em 1900. Os diferentes modos como o liberalismo econômico era interpretado naqueles dias diz sobre essas perspectivas separadas por quase vinte anos. A ação dos marchantes era promotora do monopólio, como espero ter ficado explicitado. Ao dominarem o comércio de carne desde a compra das reses até a venda carne, esses empresários articulavam-se entre si na intenção de ajustarem a oferta de carne no mercado e seus preços. As tentativas do governo municipal de instituir um contrato e assim assegurar uma remessa de carne predeterminada era sempre infrutífera, pois o discurso de que o mercado deveria se regular sozinho aparecia como contraposição à intervenção municipal. A formação de trustes pelos marchantes no arrendamento dos talhos do mercado, ou a especulação sobre o preço da carne, são um demonstrativo de como o mercado de carnes verdes se regulava. Fatores como secas e problemas de atravessamento também podem ser colocados na conta dos problemas de abastecimento, entretanto a especulação existente desempenhava papel preponderante nesse jogo.

Também foi em torno do liberalismo econômico que se deu um motim contra a carestia na Bahia em 1858. João José Reis e Márcia Gabriel D. de Jaguar (1996) nos informam sobre uma revolta que esteve ligada ao possível aumento do preço da farinha de mandioca advindo das decisões do presidente daquela província. Segundo os autores, o alinhamento do presidente Sinumbu ao liberalismo econômico não se ajustava às pretensões da câmara municipal e aos anseios da população. Para ele, deixar o mercado se ajustar era a melhor opção para obtenção de melhores preços como o apregoado pelo liberalismo clássico. Os autores do artigo em questão bebem da ideia de economia moral de E.P. Thompson (1971) para dizer do quanto a revolta em torno da “carne sem osso e farinha sem caroço” estava conectada com valores que fizeram possível o motim, valores que geravam indignação com a obtenção de lucro a partir das emergências, situações que poderiam gerar a morte dos mais pobres.

Agora em 1858, a disputa contrastava, de um lado, uma visão mais intervencionista do mercado e mais paternalista nas relações entre governo e povo, a noção de que as autoridades deviam proteger os cidadãos contra os especuladores e estabelecer o preço "justo" dos alimentos; do outro lado, o liberalismo de mercado, a doutrina do *laissez-faire*, a noção de que no final a lei da oferta e demanda por si só regularia os preços e beneficiaria os consumidores. (JOSÉ REIS; DE AGUIAR, Op cit, p. 137).

O modo como *A Provincia* denunciava a ação dos marchantes naquele ano de 1918 estava ligada a noção de que era dever do Estado ser mais intervencionista nas questões referentes à alimentação. Quando o *Jornal Pequeno* incitava o Club Popular a fomentar *meetings* para tratar da questão da carestia das carnes verdes, o que vemos é a noção de que uma questão tão séria quanto à alimentação não deveria ficar a cargo das oscilações do mercado. A constatação de que o mercado livre de carnes verdes era sempre produtor de monopólios, que do modo como as coisas se davam os marchantes estavam quase sempre interessados em ajustarem os preços com seus pares, estava dentro da noção de que era dever dos governantes a manutenção de uma oferta barata de alimentos. Em suma, as reclamações referentes à ação dos marchantes e a constante pressão para que o poder público desse uma solução ao problema da carestia das carnes verdes se liga a um valor profundo de que a vida das pessoas não podia ficar à sorte da especulação dos empresários da carne.

2.3 Qualidade da carne, higiene e saúde pública

O matadouro do Arraial é constituído atualmente por uma pequena casa, tendo na frente um alpendre onde as rezes são abatidas e preparadas e alguns quartos onde a carne é depositada.

Todo o serviço de preparo das fressuras, salgadeiras é feito ao ar livre e de modo imperfeitíssimo.

Não há um deposito d'agua, não há escoadouro, os resíduos intestinaes e o sangue são enterrados em fossas pouco profundas e as águas de lavagem ficam espalhadas na superfície da terra à mercê de uma evaporação mais ou menos demoradas. (DP, 26/05/1906).

Essas foram as condições traçadas pelo inspetor de higiene e enviadas ao prefeito da cidade do Recife sobre o matadouro existente no Arraial. Por ocasião de um pedido feito pelo coronel Antonio Martins da Silva, aquele conhecido marchante que dominava o comércio de carne no Poço, para reforma daquele abatedouro em detrimento do decreto que previa o fechamento do edifício em junho de 1906, e com a possibilidade de o prefeito Martins de Barros acatar o pedido do marchante, o inspetor recomendava algumas medidas emergenciais para o prolongamento da vida útil do Arraial. Também nessa oportunidade, os doutores da higiene trataram de recordar ao prefeito o plano de unificação da matança no matadouro da Cabanga. Parecia ser o objetivo fechar definitivamente os matadouros do Arraial e do Cordeiro e fazer todo o serviço no abatedouro da Cabanga. Para isso, aquele espaço construído na metade do século XIX também deveria ser reformado e as diretrizes dessa reforma visando a unificação da matança também fazem parte do relatório enviado ao prefeito pela Inspeção de Higiene

naquela ocasião. Os problemas referentes aos matadouros dos subúrbios não eram recentes e já há muito os jornais da cidade denunciavam as péssimas condições de higiene daqueles espaços.

O estabelecimento com o título acima [matadouro do Cordeiro] é um dos que mais sério perigo oferecem à saúde pública, sendo necessário, urgente mesmo, que a inspetoria de higiene e na prefeitura lancem suas vistas sobre ele, procurando velar pela saúde publica.

Conforme o testemunho de um respeitável clinico, pessoa chegada ao governo, por isso mesmo insuspeita de intrigas políticas e que afirmou-nos o que acima declaramos, o local da matança, ali, é um verdadeiro pântano de podridões, por que o sangue das rezes abatidas é diariamente enterrado no terreno em roda, terreno que constitui assim, principalmente nos tempos de chuva, um verdadeiro charco.

Além disso a falta de escrúpulo no serviço do abatimento de gado chega a constituir um crime.

[...]

A saúde publica reclama uma reforma completa ou o fechamento do matadouro do Cordeiro.

É disto que devem cogitar a inspetoria de higiene e o conselho municipal. (JP, 03/12/1901).

A necessidade de práticas de serviço mais higiênicas dá o tom não apenas da reclamação acima, mas de muitas discussões que envolveram a matança de gado e a venda de carnes verdes e fressuras no Recife no início do século XX. Como já mencionado, o caminho da pesquisa me levou ao imperativo de tratar das questões de salubridade que envolviam esse universo. Não seria possível entender determinadas ações dos sujeitos aqui tratados sem pelo menos molharmos o pé no mar do discurso higienista e nas apropriações políticas que esse discurso teve na cidade. Entendo que muitas decisões em relação ao funcionamento dos espaços municipais de matança de gado estiveram ligadas a associação entre esse discurso e as necessidades político-econômicas dos grupos que dominavam o comércio de carnes verdes na cidade. A ideia de que era preciso higienizar os espaços de produção e venda de carnes para promoção do bem-estar e saúde da população fomentou a reforma e construção de matadouros, o que foi benéfico para aqueles que conseguiram as concessões municipais para os empreendimentos.

As discussões na imprensa referentes ao matadouro do Cordeiro em 1901 remetem a um “verdadeiro pântano de podridões”, como também dizem da morte de um magarefe que teve contato com um boi carbúnculo²⁷ e sobre a intervenção de um influente político na não extinção daquele abatedouro (A PROVINCIA, 27/11/1901), que agora funcionava sem a presença de um médico. Não consegui apurar a data de extinção do matadouro do Cordeiro com precisão, entretanto lá pelo ano de 1906 ele já não mais existia, mesmo ano em que prefeitura e Inspetoria

²⁷ O magarefe Antonio Santiago morreu em função da infecção por carbúnculo cerca de dois dias depois de ter contato com o boi contaminado. Segundo a matéria citada do Jornal Pequeno, o atestado de óbito de Santiago dava conta de a causa da morte ter sido essa doença. Carbúnculo é outro nome para Antraz, doença causada por bactérias que nos humanos se desenvolve na forma de úlceras na pele.

de Higiene desejavam unificar a matança de gado na cidade. A intenção aqui não é dizer se aqueles espaços de matança de gado estavam ou não em consonância com os preceitos de higiene e saúde pública, pensando que essas construções discursivas são na verdade um alicerce para promoção de novos modos de relacionamento com odores e doenças, a partir de ideias de civilidade e modernidade. Mas sim, entender como essas construções fomentaram disputas e alianças entre os polos que compunham o universo das carnes verdes.

A extinção do matadouro do Arraial feita na gestão de Eudoro Correia é um dos exemplos de como essas ideias tinham ainda reverberação na sociedade pernambucana na segunda década do século XX, como também foi o caso das disputas aludidas em relação ao matadouro do Cordeiro. Se bem lembra o leitor, o prefeito em 1912 dizia ter fechado o abatedouro porque ele tinha problemas higiênicos e onerava os cofres do município. Entre janeiro e fevereiro daquele ano algumas publicações solicitadas no *Jornal Pequeno* dão conta dessas preocupações.

O abaixo assignado vem pedir a v. ex. que lance as suas vistas e se compadeça dos habitantes do Arraial pois não podem mais suportar os miasmas e fedentinas que desprendem do matadouro no Arraial.

O gado abatido é de péssima qualidade sendo aproveitado até os bois que morreram de má triste, sendo sangrados e aproveitados a sua carne para os açougues do marchante Antonio Martins, de comum acordo com o administrador do mesmo.

O matadouro não possui higiene nem despejos para os sangues, e estes ficam expostos ao sol ocasionando assim um odor abominável: isto exc. Sr. Dr. Prefeito é a expressão pura da verdade, é mais um grito de desespero dos que sofrem e pedem justiça. V. ex. mande sindicatar que encontrará a verdade do que afirmo.

Arraial. 9 de janeiro de 1912.

José Policarpo. (09/01/1902)

Entretanto, o chefe da matança daquele matadouro também usou o *Jornal Pequeno* para defender as condições de higiene ali existentes. Segundo Aladim Wanderley, a carta publicada alguns dias antes reclamando das condições do Arraial era questionável. Os melhoramentos empregados pelo marchante Antônio Martins naquele espaço teriam colocado o estabelecimento em ótimas condições, sendo assim, improcedentes as denúncias. Podemos inferir que o prefeito Martins de Barros teria cedido à proposta desse marchante em 1906 e que era ele um dos principais interessados na continuidade do funcionamento do abatedouro do Arraial, provavelmente em função de sua clientela estar prioritariamente localizada na freguesia do Poço. Era ele quem dominava a matança de gado nas freguesias da zona norte do Recife. De todo modo, é necessário pontuar que em vários momentos dessas contendas envolvendo a higiene dos espaços de matança de reses e venda de carnes, há um discurso contrário afirmando que as denúncias contra as condições de salubridade são uma desculpa para interferência nos ganhos de algum marchante.

Como no parágrafo acima, os administradores dos matadouros aparecem como cúmplices dos marchantes, interessados dessa forma em manter práticas e empreendimentos que talvez não estivessem em consonância com os preceitos higiênicos pelos quais deveriam zelar. Como dito anteriormente no tocante às disputas sobre o preço das carnes, o modo como esses agentes municipais estavam ligados aos marchantes e aos grupos políticos no poder parecem dizer muito mais sobre seus interesses do que efetivamente sua condição de administradores que em tese deveriam zelar pelas condições de higiene do ambiente e do produto ali feito, ou pelo menos de acordo com a “ideologia da gestão técnica da coisa pública”, tal qual acontecia em 1904 quando o *Jornal Pequeno* denunciava que o administrador do matadouro do Cabanga havia escondido reses doentes na ocasião da inspeção do dr. Coelho Leite (21/05/1904).

No mesmo ano dessas discussões sobre o estado de higiene do matadouro do Cordeiro, o *Jornal Pequeno* dá conta de um cerco feito pelo prefeito Manuel Santos Moreira e a polícia contra o marchante Bernardino Vieira (27/05/1901). O problema parece ter sido o abate de gado fora do matadouro, neste caso no Giquiá (imediações de Afogados). O jornal defende Bernardino, já que, segundo o código de posturas municipais, reses poderiam ser abatidas fora dos matadouros desde que com autorização. Assim, o decreto²⁸ baixado pelo prefeito proibindo a prática não poderia ser levado em consideração dada a sua ilegalidade. Por ocasião desse evento, o prefeito teria se apropriado das carnes já abatidas, tendo sido essas vendidas no mercado de São José como paga pelas multas aplicadas àquele marchante. O ferimento da legislação que proibia a prática de abate fora dos matadouros era apresentado como o problema aqui, legislação essa que visava a arrecadação de impostos de forma mais efetiva, como também assegurar as condições de higiene das carnes abatidas. Esse é um dos vários casos de disputas envolvendo municipalidade e marchantes que tinha a preocupação com a higiene como um dos motivos. Alguns desses casos são aqui analisados com vistas ao entendimento do modo como a higiene e a saúde pública serviram de mote para conflitos entre esses polos. Não era só o preço da carne que gerava discórdias entre esses polos, mas também a qualidade dela.

Em 1905 várias críticas recaíram sobre a qualidade da carne produzida pelo marchante Liberato de Souza, o mesmo que umas páginas atrás disputava o comércio de carnes verdes na freguesia do Poço com Antônio Martins. Entre setembro e outubro daquele ano, várias foram

²⁸ “Prefeitura. Prefeitura Municipal do Recife, em 25 de maio de 1901”. (DP, 26/05/1901). Portaria n 915- “O prefeito do município, atendendo a dificuldade de fiscalizar a arrecadação dos impostos referentes á matança do gado, feita em matadouros particulares, resolve determinar que nenhum gado seja abatido fora dos matadouros municipais. (Assinado) Manoel dos Santos Moreira.”

as denúncias contra ele, inclusive uma dessas está intimamente ligada com uma paralisação do trabalho por parte dos fressureriros, personagens principais desse estudo. A esta altura, o leitor já entendeu que os marchantes não eram apenas os responsáveis pelo corte das reses, mas sim dominavam o mercado desde a compra dos bois nas feiras do interior até a venda do produto final nos talhos do mercado de São José e nos particulares. Na denúncia assinada por Um Popular no jornal *A Província*, a reclamação feita refere-se ao horário de funcionamento dos talhos de Liberato na rua das Florentinas e no Largo da Estação Central (*A Província*. 01/09/1905). Segundo o autor da reclamação, aqueles talhos ficavam abertos até às oito horas da noite, quando o normal, como no mercado de São José, era que os produtos só ficassem expostos até às quatro da tarde. Há aí um apelo para que providências fossem tomadas pelo prefeito na intenção de os mais pobres não serem prejudicados pela falta de condições higiênicas causadas por aquele horário estendido.

Necessário notar que esses talhos, aos quais a reclamação publicada n'*A Província* se refere, tinham sido inaugurados há pouco tempo e haviam sido logo apresentados como um empreendimento onde era garantida a qualidade e preço baixo das carnes verdes (17/06/1905). A loja da rua das Florentinas era chamada de *O Vitello Hereford*. Na solenidade de abertura da loja, um copo de cerveja foi servido aos presentes e o quilo da carne estava sendo vendido a 800 réis, o que era um preço baixo (JP, 17/06/1905). Por essa época, Liberato de Souza parece ter andado a expandir seus negócios abrindo talhos particulares pela cidade. Em agosto do mesmo ano o *Jornal Pequeno* dá conta de que mais dois talhos haviam sido abertos, na rua do Pires e na rua D Maria Cezar, e que mais um estava para ser inaugurado, um dos alvos da reclamação no mês posterior em matéria d'*A Província*, situado no largo da Estação Central (28/08/1905).

Nova reclamação era feita contra os produtos de Liberato, dessa vez em matéria publicada no *Jornal Pequeno* (09/10/1905). Segundo a folha, um boi tuberculoso pertencente a esse marchante tinha sido abatido e sua carne estava sendo vendida. Dias depois, o mesmo jornal dá conta de que por ocasião do abatimento desse tipo de carne, os fressureiros estavam se recusando a tirar os fatos do matadouro. É claro que Liberato não deixaria de dar sua justificativa ao caso. Para ele o boato que havia circulado no *Jornal Pequeno* sobre as carnes contaminadas nada mais eram do que uma desculpa inventada pelos fressureiros por ocasião de uma greve (JR, 18/05/1905). Greve ou excesso de cuidado com a saúde dos mais pobres? Questão praticamente impossível de responder, mas foi entre esses dois polos discursivos que girou mais uma disputa sobre a qualidade da carne abatida. Tentado dar fim a todas as denúncias que vinha recebendo naqueles meses, Liberato de Souza se defende de publicações do *Jornal*

Pequeno e do *Correio do Recife*, quanto à matança de boi contaminado e ao desrespeito da Lei nº 4 no que tange ao horário de funcionamento dos talhos, respectivamente (A PROVINCIA, 29/10/1905). Para o marchante tudo não passava de inveja de seus competidores, já que os talhos que ele vinha abrindo na cidade eram mais modernos do que qualquer outro.

“Até o início dos anos 20, a ação governamental em saúde estivera dirigida preferencialmente às doenças de caráter epidêmico, como a varíola, a peste e a febre amarela, cujo impacto sobre a população ameaçava as políticas de incentivo à migração e ao desenvolvimento agrário.” (ANTUNES; WADMAN, 2000, p.369). O que não significa que não houvesse preocupação com a tuberculose. A Liga Contra a Tuberculose é um exemplo de ação no plano da filantropia que diz do modo como a moléstia era encarada. Em 1900 foi criada em Pernambuco uma congênere da liga por iniciativa do dr. Octavio de Freitas e seus pares da Sociedade Pernambucana de Medicina. A instituição tinha como objetivo angariar donativos, instruir a população e promover a adoção de medidas pelo governo no combate à doença (JR, 20/07/1900).²⁹ De todo modo, a preocupação em relação ao consumo de boi tuberculoso fazia bastante sentido no período, é possível perceber uma associação entre as condições da carne e a propagação da tuberculose nas falas dos contemporâneos,

A Comissão Inglesa contra desenvolvimento da tuberculose, afirmou que o consumo das carnes tuberculosas é uma das causas principais da propagação da tísica no homem.

E em Pernambuco a tuberculose está grassando pavorosamente! Não será uma das causas a carne verde consumida?

O governo do estado precisa providenciar sobre o assumpto. Urge que seja feita, como se fez em todos os países civilizados, a inspeção dos gados, isto é, que o animal levado ao matadouro já tenha sido separado por previa escolha do médico que, conforme os sintomas observados, exclui os que lhe parecem enfermos. Deveis disto, ainda novo exame nas carnes. (JP, 30/03/1903).

Em 1907, o já citado dr. Octavio de Freitas publicou alguns boletins sobre a proliferação da tuberculose no Recife. Entre as várias medidas que deveriam ser tomadas no tocante à higiene, o controle do transporte das carnes verdes para os açougues e a exposição dessas nos talhos deveriam ser motivos de preocupação (Idem, 27/04/1907). Pelo menos no matadouro, o sanitarista dá conta de que um bom trabalho estava sendo feito pelo médico do matadouro Amâncio Sampaio de Andrade (Idem, 14/03/1907).³⁰

Mas não apenas em suas denúncias referentes às relações entre a tuberculose e as carnes verdes o dr. Octavio de Freitas aparece nessa história. Em 1904 o *Jornal Pequeno* dá conta de

²⁹ Importante salientar que o mesmo artigo dá conta da inspiração que a filantrópica pernambucana teve em suas congêneres do Rio de Janeiro e Buenos Aires.

³⁰ Este mesmo médico teria sido injuriado cerca de um mês antes em um bonde por ter proibido o abate de um boi do marchante José Bernardino. Por essa conduta, o marchante sua licença cassada.

algumas reuniões da Sociedade de Medicina que trataram de discutir uma epidemia de disenteria na cidade. Desde o início daquele ano o jornal citado dava conta do problema:

Nos últimos dias tem sido notável a preocupação dos clínicos, lutando a toda hora com os muitos e muitos casos de gripe intestinal reinando, pode-se dizer, epidemicamente no Recife.

Não nos consta que hajam sido tomadas medidas oficiais no sentido de modificar-se a intensidade da moléstia: e entretanto não é para desprezar, em ocasiões tais, já que não se pôde fazer isso sempre, a investigação minuciosa das condições dos gêneros alimentícios.

Principalmente a carne verde que entre nós é abatida e retalhada com uns tantos cuidados de inspeção muitos falhos e ligeiros: principalmente a carne verde precisa ser muito e muito bem examinada pelos profissionais encarregados oficialmente de fazê-lo. (26/01/1904)

As causas do problema pareciam muitas nas matérias publicadas pelo Pequeno, mas há uma centralidade no que se refere à falta de qualidade das carnes verdes em algumas. Além da suspeita em relação à carne, o lixo acumulado na cidade, o crematório e a água talvez contaminada por chumbo fornecida pela Companhia do Beberibe aparecem como possíveis causas para a epidemia que estava elevando o seu número de mortos, tendo ido de 73 para 88 em março daquele ano (15/03/1904).

Mas não eram apenas os jornalistas do *Jornal Pequeno* os confusos sobre aquela epidemia, os doutores da Sociedade de Medicina também pareciam estar se digladiando sobre suas causas, como também sobre como deveria ser sua atuação na questão. Em duas reuniões realizadas em março daquele ano, os doutores Octavio de Freitas, Raul Azevedo, João Paulo, João Rangel e Coelho Leite discutiram sobre a epidemia de disenteria (24/03/1904; 28/03/1904). No encontro do dia 24, o dr. Octavio de Freitas falou sobre as formas de contágio. Moscas nos lugares Pombal e Coelhos eram motivos de preocupação. Além disso, o médico critica o cuidado com os gêneros alimentícios, entre eles a carne. Assim critica o método usado pelos magarefes no preparo das carnes e sugere fiscalização mais rígida do matadouro e mudança no horário de abate. Já o dr. Coelho Leite não dá tanta importância ao papel das carnes na epidemia, apesar de fazer críticas ao método de transporte entre o matadouro e os talhos. Esse último médico era o responsável pela fiscalização das reses no matadouro da Cabanga por essa época.

Na reunião seguinte fica ainda mais evidente as discordâncias entre Coelho Leite e os demais doutores da sociedade. Para ele nos anos anteriores a disenteria era tratada por variados nomes, sendo assim só agora que estavam a tratando como epidemia quando na verdade já era um problema antigo. Para ele, a água não tinha muito a ver com o caso, o lixo era muito mais preponderante na propagação da doença. Além disso, ele reclama de lhe ser atribuída incompetência na inspeção das carnes verdes, o que os outros dizem não existir, mas que não

era algo incomum na cidade, já que os médicos do matadouro aparecem como alvos de crítica por suas atuações não tão competentes.

Essa figura era responsável por fiscalizar as reses vivas, determinando se elas estavam aptas ou não ao consumo. A criação do cargo data de 1906 (PCR, Lei, nº 424, de 06 de fevereiro de 1906), mas antes disso já se podia ver a atuação de médicos no estabelecimento da Cabanga. Acredito que os médicos anteriores geralmente eram médicos comuns, mas a lei agora dá conta a existência de médicos veterinários, inclusive pensando que as primeiras escolas de medicina veterinária só foram criadas no Brasil na segunda década do século XX. (GERMINIANI, 1998). O primeiro médico com especialização veterinária parece ter sido o dr. Amancio de Sampaio Andrade contratado em 1905 pelo inspetor de higiene a pedido do prefeito Martins de Barros. Ele viera de Lisboa especialmente para ocupar o cargo (JR, 09/12/1905). Mas esse espaço já estava há muito apropriado pelo saber científico do médico higienista. (SILVA, 2015). É notório como a presença de um médico veterinário no recinto não acaba com os problemas referentes à qualidade da carne, ou pelo menos com as denúncias de carne contaminada nos jornais da cidade.

No ano seguinte à criação da lei mencionada, o *Jornal Pequeno* deu notícia sobre a morte de dois animais domésticos mortos depois de consumirem carne comprada em um talho do mercado de São José pertencente ao marchante José Bernardino, o mesmo que teve sua carne abatida no Giquiá embargada, e cuidado pelo talhador José Gatinho (06/09/1907). Por essa época, o médico do matadouro era o dr. Zeferino Velloso que estava substituindo Sampaio de Andrade por ocasião de uma licença deste último. Necessário pontuar que alguns anos antes José Zeferino Ferreira Velloso já havia ocupado a posição de médico do município em acúmulo com o cargo de conselheiro municipal no governo de Esmeraldino Olympio De Torres (Idem, 17/03/1900). Inclusive tendo enfrentado acusações de que nessa primeira ocupação do cargo de médico do matadouro, não estaria fazendo o melhor trabalho possível, já que reses doentes estariam sendo abatidas (A PROVINCIA, 31/05/1900). Além dessa fiscalização realizada pelos médicos, havia a produzida pelos fiscais de carne verde, pessoas responsáveis pela proibição de venda nos mercados de carnes que não apresentassem um bom aspecto para o consumo (JP, 17/04/1900). Entretanto, os limites entre as funções parece intercambiável, ou pelo menos essa é uma das variadas reclamações dos colunistas do *Jornal Pequeno* sobre o assunto, para o órgão esses agentes da municipalidade não poderiam exercer “atribuições superiores à habilitação reclamada para o exercício de tais cargos”.

No mesmo ano que o dr. Octávio de Freitas publicara os boletins aqui citados, duas novas leis foram editadas pelo Conselho Municipal sobre essas questões higiênicas (PCR, Lei

nº 465, de 10 de abril de 1907; Lei nº 471, de 29 de maio de 1907). As leis 465 e 471 versaram sobre a regulação dos talhos de carne e as condições dos animais nos estábulos. Os talhos deveriam obedecer a várias regras em relação ao espaço físico, regras que claramente intentavam deixar o ambiente livre de contaminações, como, por exemplo, as linhas “b” e “f” do artigo primeiro dessa lei que diziam o seguinte: “o pavimento lajeado com lousa, mármore, ou mosaico de modo a ficar perfeitamente impermeável e com ligeiro declive para canalização provida de válvula, que vá à galeria de esgoto, onde houver, ou à cisterna convenientemente construída”; e “o interior dos talhos deve ser protegido por meio de empanadas contra a ação direta do sol e principalmente da poeira, em ruas não calçadas”.

A lei seguinte dizia sobre como os animais deveriam ser tratados e como suas condições deveriam ser fiscalizadas pelo médico veterinário, instituindo, inclusive, uma gratificação a este por esse acúmulo de funções. Segundo a legislação, a cada quinze dias pelo menos o médico veterinário visitaria todos os estábulos para examinar as vacas destinadas a produzir leite, verificando o estado de saúde dos bichos e tomando providências caso estivessem acometidos por alguma doença. A tuberculose aparece aí mais uma vez como uma preocupação, em caso de alguma vaca estar com essa moléstia deveria ser imediatamente sacrificada e seu leite inutilizado.

Uma lei sobre o transporte das carnes verdes foi editada em agosto de 1908 (PCR, Lei nº 533, de agosto de 1908). Mais uma das preocupações do dr. Octavio de Freitas era atendida com essa regulamentação. Agora o transporte de carnes verdes dos matadouros para os mercados públicos deveria ser feito pela municipalidade através da contratação de quem oferecesse as melhores condições para o serviço por prazo não superior a dez anos. Novamente a preocupação com a higiene do serviço aparece como uma das principais pautas dessa legislação. Não bastava transportar a carne de um sítio a outro, isso deveria ser feito com o maior respeito possível às condições sanitárias.

O abate de porcos, cabras e ovelhas fora do matadouro também passou a ser proibido a partir dessas preocupações com higiene e saúde pública (PCR, Lei nº 526, de junho de 1908). A lei parece ainda não ter surtido todos os seus efeitos, já que no ano seguinte um abatedouro na rua Imperial era denunciado em publicação solicitada no *Jornal Pequeno* como perigo à higiene pública (13/03/1909). Se bem notou o leitor, todas as leis aqui mencionadas, como também a reforma do matadouro do Cordeiro e a Reforma do matadouro da Cabanga, que fizeram parte de preocupação médico-sanitárias foram promulgadas nos governos de prefeitos do Partido Republicano Pernambucano, Martins de Barros e Arquimedes de Oliveira, nos períodos de 1905 a 1908 e de 1908 a 1911 respectivamente. Ainda no governo desse último foi

aprovada o contrato de construção do matadouro modelo dos Peixinhos arrematado por José Antônio de Almeida Pernambuco (PCR, Lei nº 570, de 3 de setembro de 1910), o mesmo que já era arrendatário do mercado de São José e que também foi responsável por obras de melhoramento da Cabanga (JP, 20/12/1907). A obra que deveria simbolizar a transformação definitiva das condições de higiene do comércio de carne do Recife.

A culpa em relação à má qualidade da carne poderia ser dividida entre marchantes e médicos veterinários nas falas da imprensa. Pouco tempo antes da matança de gado no matadouro de Peixinhos sobrepujar o seu antecedente, *A Província* fez várias denúncias sobre a qualidade da carne que estava sendo adquirida pelos consumidores nos açougues da cidade (02/02/1919). O desleixo do médico incumbido do serviço era o que poderia explicar o fato de a população estar comendo “carne podre”, já que nenhum açougueiro se atreveria a expor carne de má qualidade se não fosse a certeza da falta de fiscalização. O autor da matéria diz que se dentro no perímetro urbano onde havia uma repartição de higiene e um médico para o serviço as condições eram as piores, imagine como poderiam ser nos bairros mais afastados. No final daquele mesmo ano, com a intenção de denunciar as condições do matadouro da Cabanga, repórteres do jornal visitaram aquele prédio e fizeram uma narrativa do que ali dizem ter visto bem estilo reportagem policial investigativa, estilo esse tão caro ao período. A anarquia e falta de higiene reinavam no recinto e segundo a folha isso era fruto da ausência do médico e do administrador no horário da matança dos bois, já que esses só chegavam ao matadouro depois das oito da manhã.

Essa não seria a última visita d’*A Província* a um matadouro. Em 1920, seria o matadouro modelo de Peixinhos a ser visitado por ocasião do convite do arrendatário daquele estabelecimento, André Bezerra (21/11/1920). Se em 1919, o matadouro da Cabanga era taxado a partir de suas péssimas condições, o matadouro de Olinda era agora elogiado nesse sentido. “Todo o estabelecimento demonstrava muito asseio e higiene, principalmente a sala da matança”. O jornal dizia que o dr. André Bezerra estava fazendo todo o possível para honrar as regras do contrato de arrendamento. Necessário pontuar que em 1918, o mesmo órgão não parecia favorável a ideia de arrendamento dos Peixinhos, devendo ser a Cabanga o matadouro arrendado, já que teria melhores condições para o transporte das carnes para a cidade, além de já operar completamente (20/03/1918). Também é necessário pontuar que no ano a essa visita dos redatores d’*A Província*, a firma André Bezerra & C precisaria responder a um processo administrativo na prefeitura por ilicitudes no contrato de arrendamento do matadouro (JP, 18/03/1921).

O matadouro de Peixinhos aparece nessa história como a possível resolução dos problemas de abastecimento e higiene do mercado de carnes verdes no Recife. A aprovação do contrato de construção do novo abatedouro data de 1910 (PCR, Lei nº570, de 3 de setembro de 1910), mas ele só passou a operar propriamente em 1919. Terá efetivamente sido a salvação para a questão das carnes verdes? De acordo com publicações d'A *Provincia* em 1919 o empreendimento era na verdade um elefante branco (10/12/1919). As técnicas mais avançadas de preparação da carne teriam inclusive sido abandonadas e o transporte das carnes para o Recife era precário, o que favorecia a falta da carne na cidade. O arrendamento do abatedouro dos Peixinhos por André Bezerra teria sido o responsável por essa mudança de posição d'A *Provincia* sobre aquele espaço de matança de gado entre os anos de 1919 e 1921? Alguns anos mais tarde, o prefeito Antônio de Goes Cavalcanti, político do Partido Republicano Pernambucano que governou a cidade do Recife entre 1922 e 1925, tentaria explicar ao Conselho Municipal os motivos pelos quais mesmo com a extinção do exclusivo comercial o número de reses abatidas não aumentava (Conselho Municipal do Recife, Livro 36, 15/1/1923). De todo modo, nos primeiros anos da década de 1920, até onde essa pesquisa teve fôlego para investigar as condições dos matadouros, o estabelecimento dos Peixinhos enfrentava problemas similares aos sofridos na Cabanga, como denúncias da desordem promovida pelos magarefes com anuências do administrador (DP, 04/01/1920), como também a possibilidade de matança de gado doente (JP, 04/08/1920).

Os discursos associados a higiene e a necessidade de melhora do abastecimento foram fundamentais para construção do matadouro de Peixinhos. As reformas empreendidas em 1906 dão conta da necessidade de unificação da matança de gado na cidade e naquele relatório enviado pela Inspeção de Higiene ao prefeito Martins de Barros, o matadouro da Cabanga ainda é viável para cidade na fala do inspetor. Entre 1909 e 1910, ano de assinatura do contrato para construção do matadouro modelo dos Peixinhos, algumas visitas foram feitas pelos engenheiros Saturnino de Britto³¹ e Oliveira Pentead; além do administrador da Cabanga coronel João Pina; o prefeito Archimedes de Oliveira e o governador do estado, Herculano Bandeira, àquele estabelecimento com fins “de tomar em consideração diversas medidas indispensáveis à completa realização do saneamento da cidade” (JP, 17/09/1909; 03/08/1910). Terá sido nessa última visita o momento de a prefeitura bater o martelo sobre a construção de

³¹ Engenheiro sanitarista que realizou projetos de saneamento e urbanismo em várias cidades brasileiras. No Recife, foi convidado em 1909 pelo então governador do estado Herculano Bandeira para realizar um projeto de saneamento para cidade (FARIA, 2015, p.120). Possivelmente a visita citada se vincula aos estudos para execução desse plano de saneamento para cidade.

Peixinhos. O certo é que no mês seguinte o contrato com o dr. Pernambuco foi finalmente assinado. Mas desde 1905 o *Jornal Pequeno* já pontuava a necessidade de mudança de local do matadouro por conta de preocupações com a salubridade.

O que ali se vê, não passa de uma sentida insuportável pestífera, encravada em local improprio, como são os mangues, desprovida dos modernos aparelhos destinados à matança do gado e nos quais o asseio, a rapidez no serviço e todas as cautelas preventivas da mais rigorosa higiene são garantidas seguras de bom êxito e confiança. Entretanto, a primeira condição de um bom estabelecimento d'essa espécie é a sua situação em local apropriado e suficientemente afastado dos grandes centros populosos.

Sabemos que o município não está em condições de oferecer-nos algum famoso matadouro no gosto "Stock Jardins", o colossal "império da morte", fundado em Chicago por Armour & C^a.

Mas bem poderia o sr. prefeito remover do coração da cidade para um dos municípios vizinhos a vergonha desse matadouro da Cabanga, entrando em acordo para tal fim com algum dos prefeitos respectivos, afim de ser feita a instalação do novo estabelecimento por quem ofereça vantagens, e se obrigue a construir edifícios necessários de conformidade com as prescrições estatuídas pela prefeitura do Recife. (04/03/1905).

As preocupações apresentadas nesse tópico estão intimamente ligadas à ideologia higienista que ganhou espaço no Brasil a partir do século XIX, tendo perdurado até o século XX. Essa ideologia fomentou práticas de controle social dos pobres, como também mudanças na arquitetura das cidades brasileiras na tentativa de promover ideais de civilização importados da Europa. (SOARES, 2013). Alguns espaços foram alvos mais visados dessas estratégias de controle social a partir de ideias higiênicas e de saúde pública. É impossível não relacionar as preocupações com a qualidade da carne vendida nos talhos e mercados da cidade, sem que esses ideais de civilização versus atraso não sejam postos em evidência. Na denúncia do *Jornal Pequeno* com vistas à promoção da mudança do matadouro da Cabanga de lugar citada logo acima, podemos observar esse discurso de preocupação com a higiene como justificativa para mudança de local do matadouro. Uma cidade que se pretendia civilizada não poderia conviver com um local como aquele encravado em suas áreas principais. Talvez em duas dimensões a existência do matadouro da Cabanga fosse inaceitável, o da necessidade de ordenamento do espaço que produzia carne para o público; como também o da necessidade de controle das pessoas que trabalhavam naquele espaço, que tinham a carne como seu ganha pão, como mencionado no primeiro tópico desse capítulo.

Segundo a teoria miasmática, miasmas espalhados pelo ar seriam os responsáveis pela propagação de doenças e para evita-los os lugares de onde eles se desprendiam deveriam ser reformados ou afastados dos centros populacionais. Cemitérios, matadouros, pântanos e habitações populares foram alguns dos espaços que sofreram com o controle empreendido a partir dessa concepção de propagação das doenças. Fazendo uma aproximação entre os

pensamentos de Alain Corbin e Nobert Elias, Marcio Claiton da Silva (2012) nos ajuda a entender como no século XVIII na Europa uma crítica aos cheiros vai ganhando espaço nas questões de higiene, já que eles diziam desses miasmas emanados de alguns espaços.

Ao ser constituída de forma mais concreta a ideia dos malefícios dos miasmas, aliada à repugnância sobre determinados odores, muitas formas de comportamento se colocaram sob os olhares vigilantes do discurso científico. Desodorizar tornou-se regra. Desodorizando de forma geral a sociedade, não haveria impregnação de miasmas; desodorizando individualmente, poderia haver um maior controle dos odores. (SILVA, Op cit, p. 14)

Muito dessa crítica aos odores foi inserida no contexto dos matadouros. Eles eram entendidos como um desses locais emanadores de miasmas (MIRANDA, 2012) e, sendo assim, práticas de controle daquele espaço deveriam ser adotadas pelo poder público. Civilização e luta contra odores e miasmas estão dentro de um mesmo processo. Processo que também repercutiu em políticas públicas que fomentaram a expulsão dos mais pobres, dos que eram considerados classe perigosa, dos centros das principais cidades brasileiras. Não era só necessário higienizar os prédios, os pântanos, os charcos, mas as pessoas também. E na impossibilidade de lidar com a visão do que representava o atraso, muito do discurso higienista foi utilizado na promoção de práticas que visaram à apropriação dos espaços centrais pelas elites. Esse é o processo narrado por Sidney Chalhoub em *Cidade Febril* (1996), por exemplo. Os cortiços do centro do Rio de Janeiro foram demolidos para dar lugar a construções mais alinhadas aos ideais de civilidade, a apropriação da ideologia da higiene e saúde pública pelo capital imobiliário. O caminho para alcançar a prosperidade dos países mais cultos passava pela resolução dos nossos problemas sanitários. Há uma ligação entre "caminho para civilização" e higiene. O caminho seria único, o trilhado pelos "países cultos". A "ideologia da higiene" fomentou um ambiente intelectual que oferece suporte para obra sanitária de médicos e engenheiros, principalmente com o advento da República.

A extinção dos matadouros do Arraial e Cordeiro, depois a mudança do matadouro municipal para Peixinhos tem a ver com um processo que dizia da necessidade de expulsão de alguns espaços da cidade daquele tipo de estabelecimento, como também das pessoas inseridas naquele contexto. Em 1898 por época das querelas entre o administrador do matadouro do Arraial, Henrique Ladisláo, e os marchantes que abatiam gado naquele matadouro, várias denúncias sobre as condições higiênicas do recinto foram feitas pelo *Jornal Pequeno*. Essas denúncias iam desde maus tratos aos animais na hora do abate pelos magarefes, o que representava uma prática "atrasada e selvagem", ao modo como as fressuras eram lavadas contaminando um riacho da localidade (22/08/1898; 31/08/1898). As condições insalubres daquele espaço diziam de seu atraso, de sua falta de respeito aos preceitos da civilização.

Em trabalho de doutorado sobre a tipologia arquitetônica adotada pelos matadouros e mercados públicos no Sudeste do país entre os séculos XIX e XX, Douglas Murilha (2011) nos ajuda a entender como a construção desses novos espaços esteve ligada à necessidade de desodorizar a cidade e promover ideias de modernidade. Fruto da teoria miasmática, os trabalhos de Vicq Azir dizem sobre os locais mais adequados para implantação dos prédios que exalavam odores. Estes deveriam estar afastados da cidade para que as doenças não fossem propagadas pelo ar. Com as recomendações arquitetônico-higiênicas de Louis Cloques, “um tipo universal de projetos de grandes matadouros públicos passou a ser estabelecido em algumas cidades europeias, tendo este tipo sido aplicado também nos projetos destes equipamentos em uma série de países, inclusive no Brasil.” (Op cit, p. 240).

O matadouro de La Vilette em Paris foi o modelo imitado, segundo Murilha. E foi sobre esse estabelecimento que o médico Octavio de Freitas escrevera para o *Diario de Pernambuco* durante sua estadia na cidade luz. Narrando sua visita àquele espaço, o higienista brasileiro dizia sobre a grandiosidade do estabelecimento, como também sobre o avanço das técnicas de matança ali adotadas, como também as de sangria que possibilitariam uma dilatação do tempo para consumo (29/08/1906). Tal como ele diria naquele artigo da década de 1930 que abre esse capítulo, o doutor afirmava a superioridade topográfica do matadouro da Cabanga em Recife frente ao gigante parisiense. A sua localização seria sua melhor característica. Entretanto, o que foi dito por Octavio de Freitas sobre as técnicas de matança naquele estabelecimento não deixou de ser questionado pelo veterinário português da prefeitura, dr. Amancio Sampaio de Andrade (DP, 31/08/1906). Para ele, as técnicas de sangria em Recife usadas eram as mais avançadas no mundo, nada devendo ao que era feito em Paris. Além disso, o português criticava o uso de algumas técnicas de matança narradas por Octavio de Freitas dizendo que apenas o matadouro de La Vilette as utilizava, tendo sido rejeitadas nos outros avançados matadouros no mundo. De todo modo, aqueles que iriam decidir sobre a construção do novo matadouro teriam em mente esses estabelecimentos tão caros aos preceitos da higiene.

Funcionando agora em Olinda, o matadouro municipal estava finalmente longe do centro do Recife. Os miasmas tão nefastos foram finalmente afastados. Mas com o afastamento da matança, também as pessoas empregadas diretamente naquele processo não mais fariam parte dos bairros mais centrais do Recife, ou pelo menos isso pode ter sido umas das intenções com a mudança para Olinda. Aqueles associados ao trabalho e ao crime também deixariam de estar no campo de visão da cidade civilizada. Os limites desse trabalho não dão conta de uma associação mais pormenorizada entre a necessidade de mudança do local do matadouro municipal e a intenção das elites de repressão de determinadas práticas populares, entretanto é

nítido que agora não mais faria sentido para os magarefes, por exemplo, estarem tão presentes nas adjacências de São José, Cabanga e Afogados. Deslocar o matadouro também diz sobre o deslocamento de determinadas experiências sociais, formas de viver a cidade que não caberiam naqueles espaços tão centrais. Essa leitura tem um caráter completamente hipotético e caberá, provavelmente, a outros historiadores a tarefa de entender o deslocamento populacional dos trabalhadores da carne para a região de Peixinhos. A construção desse bairro está ligada a construção do matadouro ali.

Adentrar o mundo das carnes verdes é certamente um desafio pela profusão de sujeitos e questões que permeavam essas histórias. Como também, pelas possibilidades deixadas de lado quanto ao uso de fontes e enfoques escolhidos, já que o abastecimento de carne abarca questões diversas. Aqui, os caminhos percorridos me levaram a buscar uma narrativa ligada aos modos como marchantes, municipalidade e imprensa se articularam ou se digladiaram sobre a questão das carnes verdes. A apropriação do discurso higienista com fins político-econômicos no começo do século XX por esses agentes também espero que tenha ficado minimamente explicitado.

Mas essa história é dos fressureiros. E depois dessa exposição sobre o universo das carnes verdes, é preciso entregá-la a eles tal qual os magarefes entregavam-lhes os fatos depois da primeira lavagem.

O gado depois de morto é esquartejado, retirando-se o fato para ser lavado.

Pois sabem o público como é feito esse processo?

Os magarefes o conduzem arrastando pelo chão até o Pontal, local escolhido para primeira lavagem.

De volta, o levam para dois tanques do estabelecimento.

Daí então, o entregam aos fressureiros. (A PROVINCIA, 06/11/1919).

3 CONTROLE SOCIAL NO COTIDIANO DOS FRESSUREIROS

Dar a saber sobre aspectos das vidas cotidianas de homens que aparecem nas fontes como fressureiros é a intenção prioritária desse capítulo e essa investigação caminhou em paralelo com as práticas de controle policial e judiciário sofridas pelos atores sociais tematizados. Desse modo, o texto aqui apresentado se concentra em nuances do cotidiano dos fressureiros a partir de uma lente específica - o controle social. Isso se justifica na medida em que essas práticas visavam a adequação desses trabalhadores sem padrões diretos, em sua maioria, a um mundo do trabalho que se ordenava a partir das noções de bom e mau trabalhador; como também tinham o objetivo de apagar as práticas culturais relacionadas às pessoas negras, como determinados modos de diversão e culto.³²

Frente às tentativas de ordenamento social, como vivia esse grupo de trabalhadores que habitava no Recife nas duas primeiras do século XX? Quais as nuances de suas jornadas laborais? Onde circulavam na cidade? O que faziam além do trabalho? Como eram suas famílias? Quais espaços de lazer e culto frequentavam? Como eram suas relações pessoais? E de forma prioritária, como as experiências cotidianas dos fressureiros podem ser demonstrativas ou não da busca por direitos e cidadania? A essas questões tentei oferecer respostas minimamente amparadas nas fontes, mesmo entendendo que as subjetividades individuais acabam suprimidas por esse tipo de análise generalizante.

A documentação trabalhada mais detidamente foram alguns processos-crime disponíveis no Memorial de Justiça de Pernambuco, os livros de entrada e saída na Casa de Detenção do Recife, documentos da Secretaria de Segurança Pública e textos das colunas policiais dos jornais da cidade. A análise dessa documentação se deu principalmente a partir do método onomástico de pesquisa: o nome de um fressureiro nos livros da CDR poderia levar à procura do caso em questão nas demais fontes, ou o caminho poderia ser o inverso. De todo modo, a malha da pesquisa foi constituída através desse elemento de caracterização primordial dos sujeitos, o nome. Foram seus nomes que puxaram os fios da narrativa aqui apresentada (GINZBURG, 1989. p. 173).

³² Uma grande inspiração para essa “carta de intenções” é o texto *Negros do Porto: trabalho, cultura e repressão policial no Rio de Janeiro, 1900-1910*. (ARANTES, 2010). Nessa ocasião, Erika Arantes busca investigar questões semelhantes para os trabalhadores do porto do Rio de Janeiro. De modo geral, observo algumas similaridades entre os portuários do Rio e os fressureiros de Recife: inexistência de relações patronais fixas, a circulação constante e o grande número de homens negros. Desta feita, corroboro com Erika no que tange à influência de Thompson no entendimento do universo dos trabalhadores, indo além das relações de trabalho e organização, pensando no conjunto de suas relações sociais e suas experiências: “a classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição.” (THOMPSON, 1987, p.12).

Portanto, o contato com os documentos sobre fressureiros se deu através de instâncias policiais e judiciárias prioritariamente, sendo assim o meu olhar acabou por ser destinado ao controle exercido sobre eles: como eram vistos na cidade, em que tipo de querela se envolviam, como eram usualmente presos ou processados. Se essa abordagem é limitante em certo sentido, em outro ela é fundamental para que algumas problemáticas caras à historiografia possam ser tematizadas a partir desse grupo de trabalhadores. Como já dito, o cotidiano é aqui visto a partir do controle policial.

3.1 Os ajuntamentos de fressureiros e o ordenamento do mundo do trabalho numa sociedade racializada

Está à mercê as vistas do poder competente o ajuntamento de fressureiros que se observa no passeio da Praça da República.

Se as calçadas são destinadas ao trânsito público, como tolerar que eles se reúnam em diversos pontos, chegando mesmo a atrapalhar o percurso ali?

Sobre este inconveniente junte-se ainda o desenrolar de frases obscenas, inerente a educação dessa camada baixa, dessa escoria da sociedade.

Como se vê pois, é justo que se dê cobro a essas irregularidades, mesmo porque por ali passam, diariamente, diversas moças para o Liceu de Artes e Ofícios. (JP, 30/05/1912). (grifos meus).

A praça da República era palco para reunião de fressureiros que vendiam os miúdos e os bofes. Possivelmente ali também deveriam aproveitar um momento de menor movimento para uma jogatina ou para tomar aguardente. Não era a primeira vez que o ajuntamento de fressureiros naquelas imediações era questionado por jornais da cidade. Já no ano de 1889, o *Jornal do Recife* informava sobre uma feira na ponte Santa Isabel, a poucos metros da praça mencionada (18/08/1898). A mesma matéria explicava que depois das 18 horas aqueles trabalhadores se mudavam para calçada do Teatro de Santa Isabel a fim de aproveitar as luzes dos lampiões existentes. Nesse caso, para a folha, o inconveniente era óbvio, não cabendo o detalhamento do que se passava. Ao fiscal da freguesia e às autoridades sanitárias eram pedidas providências sobre o caso.

Esses ajuntamentos eram variados na cidade, sendo inclusive não apenas de fressureiros. Muitas vezes juntavam-se a eles vendedores de outros gêneros, constituindo assim uma espécie de feira ao ar livre, muito embora as leis municipais vedassem esse tipo de prática. No entanto, é possível perceber que o incômodo com esse tipo de comércio era mais sentido nos casos em que tomava as áreas de maior prestígio, locais onde circulavam as pessoas mais gabaritadas da cidade. Na citação acima, por exemplo, não passa despercebido que o problema não era apenas higiênico, as condutas dos fressureiros eram colocadas em xeque, o comportamento daqueles trabalhadores era a principal preocupação.

Na imagem subsequente, é possível observar uma feira nos mesmos moldes aqui tratados, só que na região da Madalena. Meninos e rapazes muito jovens se destacam no primeiro plano, muitos deles descalços e carregando nas costas produtos que parecem ser frutas e verduras. Também salta aos olhos a quantidade de pessoas de pele escura nesse ajuntamento de trabalhadores. As vestimentas típicas do início do século XX, com o uso dos casacos e chapéus também é um elemento observável. Não é difícil imaginar que os ajuntamentos de fressureiros nas regiões do centro do Recife se parecerem com a imagem observada, tanto no que tange à cor, à idade e a apresentação dos trabalhadores.

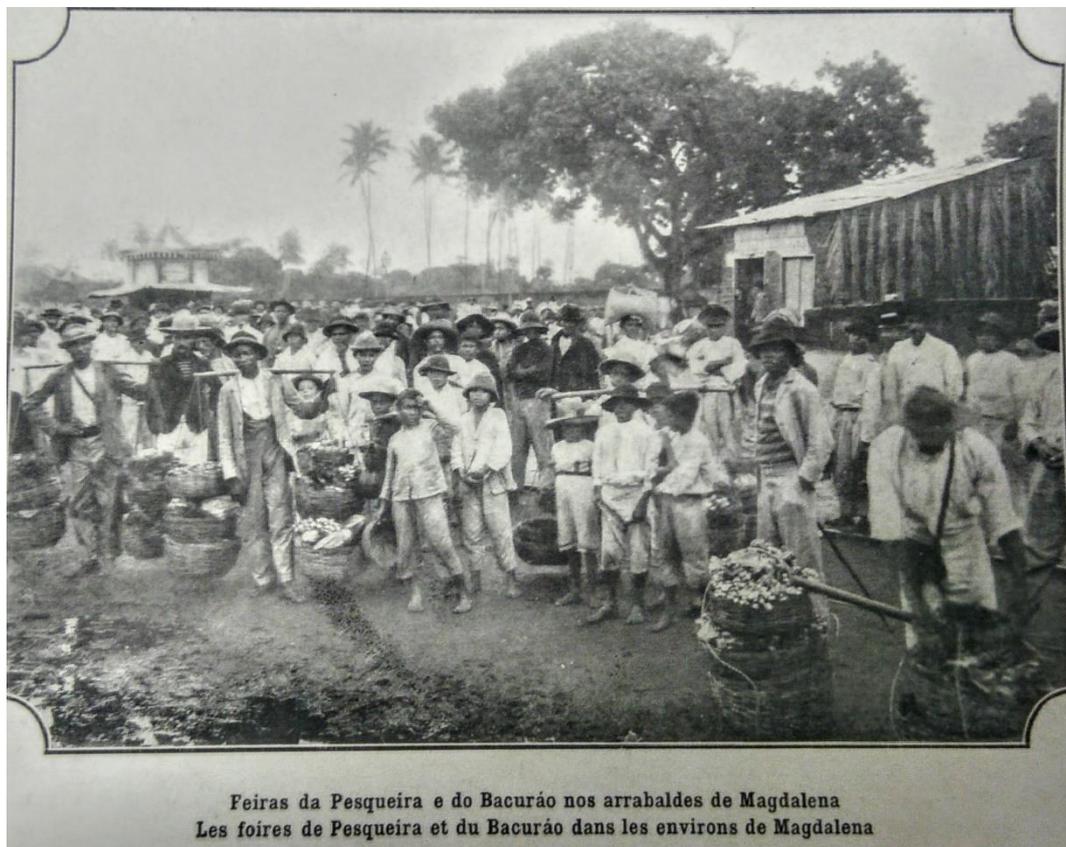


Figura 3: Feira ao ar livre na Madalena. FUNDAJ. Álbum de Pernambuco, 1913.

Voltando ao ajuntamento da Praça da República, ele parece ter finalmente cessado, pelo menos por algum tempo, com a ordem do prefeito Eudoro Correia em 1912. O problema é que sem demora os trabalhadores encontraram um outro sítio ainda em Santo Antônio para vender seus produtos: a hoje extinta Praça Barão de Lucena. Não só os vendedores de fatos, mas também peixeiros e vendedores de frutas se aglomeravam na praça, criando uma nova feira num dos perímetros mais respeitadas da cidade. Os reclamos são novamente feitos pelo *Jornal do Recife* e as providências pedidas ao chefe do executivo municipal mais uma vez

(22/09/1902). Tanto nesse momento, quanto nos anos anteriores em outros ajuntamentos é possível perceber que a preocupação com aquelas reuniões refere-se aos comportamentos dos trabalhadores, as falas dos jornais giram em torno da necessidade de evitar as discussões que eram travadas nesses ambientes, como também um comportamento indecoroso: “os referidos indivíduos fazem uma algazarra tremenda e proferem obscenidades, escandalizando as famílias da vizinhança” (A PROVINCIA, 31/05/1902).

No sentido de pensar a instituição de um ordenamento às práticas dos trabalhadores que tinham as ruas como principal espaço de trabalho, é necessário colocar na balança o que Sidney Chalhoub (1896) chama de nova ideologia do trabalho com as já relativamente antigas práticas de controle social exercidas sobre os escravos e pobres livres no Recife (MAIA, 2007). Os dois autores coincidem no que tange à formulação de aparatos de controle social sobre a população pobre, imigrante e negra, no Rio de Janeiro na passagem do século XIX para o XX e livre pobre e escrava no Recife oitocentista, respectivamente.

Entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX, momento de desagregação do escravismo no Brasil, a redefinição do conceito de trabalho a partir de sua positivação dentro dos valores de ordem e progresso forjou um maior controle da classe trabalhadora em formação, ou pelo menos a tentativa de controle. Aqueles que tinham as ruas como seu espaço primordial de trabalho acabavam assim ainda mais suscetíveis ao controle social exercido pelos agentes do Estado, como também por agentes civis que se viam no afã de “civilizar” os costumes “dessa escória da sociedade”.

Clarissa Nunes Maia (2007, p.106), tratando das posturas municipais que intentavam impedir os ajuntamentos de escravos e livres pobres no Recife oitocentista, tanto nas tavernas quanto nos batuques, atenta para o quanto esses ajuntamentos de negros envolviam questões de moral pública e segurança de Estado desde o Código Penal de 1830. Temia-se que rebeliões surgissem desses encontros, eles aparecem na visão dos contemporâneos como uma ameaça à ordem social vigente. Tratando do início do século XX, é possível dizer que a tentativa de impedir que vários vendedores se reunissem em locais valorizados da cidade também se liga à ideia de ordenamento, mesmo que o fantasma da rebelião escrava não estivesse mais presente. Nesse caso, um ordenamento do mundo do trabalho, espaço que não comportaria momentos de lazer com linguagem pouco respeitosa.

No que tange ao incômodo gerado essencialmente quando os trabalhadores tomavam espaços melhor qualificados na cidade, sendo não mencionado na documentação em relação a espaços de menor prestígio social, é possível pensar a partir de um processo de gentrificação racializada das cidades nos países nascentes da colonização, sinalizando que se já não residiam

na região de Santo Antônio os fressureiros, também ali não deveriam estar de outro modo. Aquele espaço do Recife não comportava os indivíduos que tinham no corpo as marcas da ascendência africana. Sobre isso, Valter Silvério sinalizada o seguinte:

O termo gentrificação (gentrification) designa um processo de enobrecimento de um determinado espaço da cidade, marcado pela valorização imobiliária, atração da população residente e usuárias de maior renda e expulsão da população de baixa renda. O termo tem sido definido com base em processos relativos às classes sociais. Paralelamente ao entendimento classista, na maioria dos países há uma forte relação entre raça-classe-gentrificação. As cidades latino-americanas formadas ou atravessadas pelo processo colonial, em sua fase escravista, foram desde o início e sobretudo racialmente estruturadas, o que significa que o desenvolvimento social e as interações delas derivadas foram racializadas, caracterizando a própria distribuição populacional no espaço urbano. (2019, p.28).

Também é necessário balizar a inexistência, ou pelo menos a não aparição na documentação, de mulheres nesse ofício com a anterior existência delas em serviços semelhantes. A lida com as fressuras não foi um trabalho tipicamente masculino até pelo menos a metade do século XIX. Clara Farias de Araújo, por exemplo, menciona a existência de uma corporação de fressureiras na cidade do Recife ainda no século XVIII (2009, p. 73). Segundo a autora, esse tipo de agrupamento de trabalhadores se assemelhava aos cantos dos ganhadores existentes em Salvador no século XIX que foram estudados por João José Reis (2000). Ainda em meados do século XIX, era comum ver o ofício de fressureira nos jornais, ora como uma qualidade exaltada por aqueles que desejavam alugar mulheres escravizadas que desempenhavam tal serviço, ora em momentos de reclamação frente ao serviço ou à falta de higiene daquelas trabalhadoras.³³

No espaço da rua o conflito era comum. Os roubos, as brigas e os estupros eram situações costumeiras para os negros e negras que tinham a rua como local de trabalho, o que acabaria demandando dessas mulheres fressureiras comportamentos que não se coadunavam com os apregoados pelos códigos do patriarcado. Por exemplo, já em 1898, o *Jornal do Recife* noticiou sob o título Ferimento o espancamento sofrido pela parda Antonia vendedora de fressuras em Olinda. O crime teria sido praticado por uma praça de polícia (19/04/1898). Com o processo emancipatório em curso durante o século XIX, a profissão parece ter aos poucos

³³ Como em (Vendas, DP, 17/06/1843) “vende-se uma preta de meia idade, cozinha e é fateira e marisqueira: na rua do Caldeireiro, n 56”. E como (Atenção, DP, 22/02/1856) quando se rogava à Câmara Municipal a retirada do comercio das fateiras do Forte das Cinco Pontas, “pois não se pode mais suportar o pestilento e terrível fétido que dos mesmos deitam diariamente...”.

passado para as mãos masculina, e isso pode ser explicado pensando que esse também foi um momento de uma tentativa de civilizar os costumes da população egressa do cativeiro, um controle mais forte sobre as mulheres negras seria assim necessário³⁴.

Thomas Holt, tratando do processo de incorporação dos ex-escravizados à sociedade livre na Jamaica, argumenta uma espécie de aburguesamento das relações que foi responsável por voltar as mulheres ao espaço da casa, ou pelo menos a tentativa da implantação desse novo tipo de relação familiar. Isso se devia a uma revolução ideológica que se instalava relativa às conexões entre trabalho, gênero e domesticidade. Nesse novo modo de interpretar a estrutura social e os papéis de gênero, era necessário adocicar possíveis elementos rebeldes e nesse sentido foram as mulheres as maiores vítimas do trabalho com vistas à domesticação nesse período.

Setores sociais diferentes e estratos de classe burgueses encontraram terreno comum numa ideologia de domesticidade que definia esferas separadas mas interdependentes para os homens e as mulheres, ditava os atributos da masculinidade e da feminilidade e tornava o vínculo entre a vida doméstica e o aparelho de Estado indispensável para a ordem política e social, assim como para a ordem econômica. (HOLT, 2005, p. 99).

Como verdadeiro para as mulheres, também era para os homens que nos espaços de ajuntamento não era incomum a existência de discussões entre fressureiros e outros trabalhadores. Em julho de 1908, por exemplo, Izidoro do Carmo Dornellas e Antonio Pereira da Silva, ambos vendedores de fressuras, travaram uma discussão na tão disputada Praça da República da qual o primeiro saiu com ferimento no abdômen (DP, 05/07/1908). O largo da Estação Central era outro desses pontos de aglomeração de vendedores ambulantes e no ano anterior foi palco de uma luta entre Pedro de Tal e o alcunhado de Pé Frio.

ambos moradores do 2º distrito de São José.
Ontem, à tarde, por acaso, saíram ambos ao mesmo tempo para suas residências.
Ao chegarem na rua da Detenção, próximo ao Passo da Pátria, ***após violenta troca de palavras foram às vias de facto, como bons fateiros que são.*** (JP, 12/10/1907) (grifos meus).

Não é a primeira vez que uma das fontes aparece fazendo essa associação entre um ofício e o uso da violência na resolução dos conflitos. O trabalho com as carnes era associado volta e meia à falta de sensibilidade com a vida como mencionado no capítulo 1, sendo assim inerente ao ofício de fressureiro a característica de violento. Necessário lembrar que a maioria dessas

³⁴ Também é possível pensar como hipótese para essa saída das mulheres do trabalho com as fressuras a partir de uma possível elevação de status da profissão a partir de um maior interesse dos homens por este serviço. Ensejando a perda da hegemonia feminina no ofício. Essa tentativa é identificável no caso das greves no próximo capítulo analisadas. De modo geral, tal como aponta Zamparoni (1999), é possível dizer que mudanças na divisão sexual do trabalho podem atender a prerrogativas que dizem do próprio entendimento dos trabalhadores sobre o que lhes é mais proveitoso, tanto em relação aos ganhos pecuniários quanto à preservação sexual das mulheres.

querelas que chegava à agressão física tinha a faca como principal arma utilizada. De acordo com as associações feitas pela imprensa, seja pelo uso constante da faca no trabalho, seja por uma relação entre a matança dos animais e matança de gente, os trabalhadores da carne eram entendidos como inerentemente violentos.

Caberia a indagação, no entanto, se dentro dessa nova lógica de ordenamento social os fressureiros do Recife realmente eram entendidos como sujeitos sobre quem deveria recair a vigilância requerida pela imprensa, se o modo como se portavam estava dentro do que deveria ser extirpado das vistas dos espaços públicos mais concorridos da cidade. Era no matadouro da Cabanga e imediações que muitos casos de conflitos entre fressureiros e demais práticas incompatíveis com o que deveria ser uma jornada de trabalho ordeira acontecia; aí não cabia o pedido de dissolução do ajuntamento, já que era primordialmente o local de trabalho daqueles homens tidos como violentos. Não era incomum, no entanto, que a imprensa reclamasse da algazarra naquele estabelecimento por ocasião da prática de jogos.

A questão é que não apenas aglomerados nesses espaços de ajuntamento os fressureiros eram tidos como incômodos. Quando decidiam anunciar seus produtos de porta em porta também eram vistos a partir de uma ótica que rejeitava a necessidade de seus serviços em detrimento do mal causado pelos seus gritos de venda. Uma local d'A *Provincia* mencionava o costume dos vendedores de fressuras de circularem com seus tabuleiros pelos passeios públicos como algo indesejado. Numa ocasião em específico um desses trabalhadores teria se altercado com uma senhora que reclamava daquela prática (24/12/1901).

Foi, no entanto, em colunas de cunho humorístico que esse incômodo pôde ser verificado de maneira sobressaltada. Uma dessas sátiras foi publicada n'O *Besouro* na coluna de nome bastante sugestivo *De haut en bas (De alto a baixo)* (O BESOURO, 06/06/1902). O articulista narrou como se deu uma discussão entre ele e um vendedor de fressuras que passava em sua janela gritando “o miúdo, o figo”. A perturbação gerada pelos gritos teria irritado em demasia aquele que escrevia, tendo-o feito perder o controle e partir para briga com o fressureiro. Pelo menos, este último acabou abandonando alguns miúdos que serviram de regalo ao *Bulldog* do colunista.

Nas Pastilhas de Ambrósio publicadas pelo *Jornal Pequeno* esse incômodo também se fez presente em 1910:

Pode haver coisa mais repugnante à vista do que esses tabuleiros de fressuras mal veladas por um pano sangrento?

E coisa mais inconveniente, haver pode, do que esses crioulos em marche-marche pelos passeios, gritando a plenos pulmões o "miúdo-figo" de seus reclamos?

Não pode! Não pode! (10/10/1910). (grifos meus)

Como as fontes citadas sugerem variadas vezes, o incômodo com a venda de fressuras se dava por diversos fatores: 1) os ajuntamentos em feiras era impróprio pela falta de higiene, pela algazarra e pelas possíveis brigas, em suma pelo comportamento entendido como típico da “escória” da sociedade; 2) o trabalho com as carnes evidenciava esse comportamento violento, que deveria ser afastado; 3) a venda de porta em porta era inadequada na medida em que impunha uma perturbação do silêncio, além de demonstrar a falta de apreço desses trabalhadores com o acondicionamento de seus produtos. Apesar das sutilezas usadas, esses fatores levam a pensar nas características associadas às pessoas negras entre o século XIX e o início do século XX, como a astúcia ou a falta de acuidade deixou passar a fala de Ambrósio no trecho logo acima.

E mesmo que as fontes disponíveis para esse grupo de trabalhadores não apontem epítetos de raça e cor de forma pejorativa comumente, é perceptível que a racialização desempenhou papel importante no modo como eles eram vistos no Recife do início do século XX. Os jogos discursivos que escamotearam a raça do problema nacional, fazendo determinados estigmas serem associados à população negra sem a necessidade de pronúncia de epítetos de conotação obviamente racial, fazem parte do racismo à brasileira até hoje, um racismo heterofóbico.³⁵

Afinal de contas, não foi a adoção das teorias raciais em terras brasileiras responsável por associar pessoas negras a maior propensão ao crime? Não foram essas mesmas teorias que observavam os indivíduos negros como menos capazes intelectualmente, inerentemente fadados a uma parca educação? Não eram esses mesmos sujeitos observados mais próximos dos animais, incapazes de dominar suas próprias paixões, sendo assim dados a obscenidades?³⁶ É necessário perceber como as teorias raciais criaram todo um arcabouço semântico para setores não necessariamente criadores de ciência que permitiu falar de um grupo de seres humanos, dando-lhes características essenciais, sem que fosse preciso dizer de que grupo estava se

³⁵ Antônio Sérgio Alfredo Guimarães argumenta que o racismo brasileiro, tendo em vista o processo de formação da nação brasileira, é um racismo que nega as diferenças, argumentando uma unidade cultural e a inexistência de reais distinções entre as pessoas (2009, p. 52).

³⁶ Apesar da existência de diversas interpretações e adaptações das teorias raciais importadas da Europa, tenho como horizonte argumentativo o proposto por intelectuais que entre o final do século XIX e início do século XX apregoavam a distinção entre negros e brancos e a mistura desses dois grupos humanos no Brasil como um fator de degeneração; sendo, portanto, à nação, impossível escapar ao destino nefasto impelido pela miscigenação. Por exemplo, os intelectuais médicos da Bahia no início do século XX tiveram a medicina legal como um de seus principais estudos, sendo o italiano Cesare Lombroso e a escola criminológica italiana algumas das suas principais influências. Com suas investigações, esse grupo de intelectuais procurou evidenciar a correlação entre criminalidade e degeneração da raça a partir da miscigenação. Nina Rodrigues aparece nesse espaço como cabeça de um movimento que reivindicava a relevância da medicina sobre o crime. Casos de embriaguez, alienação, violência e imoralidade eram exemplos da degeneração advinda do cruzamento dos grupos humanos. (SCHWARCZ, 1993, p. 209-2015).

falando. A identificação racial era muitas vezes suprimida e a relação era feita com outros elementos que acabam por racializar esses sujeitos negativamente, como a propensão a embriaguez costumeira, à loucura, à violência e à imoralidade.

Wlamyra Albuquerque (2009) denomina de *Jogo da Dissimulação* o modo como no final do século XIX práticas baseadas na ideia de raça estiveram presentes nas mais diversas frentes no debate nacional, geralmente de forma velada, forjando uma República que se apregoava isenta dos ódios raciais, mas que organizou o Estado a partir de noções racistas, onde a cidadania das pessoas de cor foi colocada em xeque. Tendo esse conhecimento como ponto de partida, é possível entender como os discursos sobre os fressureiros, e de forma mais ampla sobre as camadas populares da cidade do Recife, continham um sentido racial mesmo que nem sempre as cores dos indivíduos ou suas ascendências fossem trazidas à baila.

Para citar um exemplo regional, os escritos de Lilia Schwarcz sobre a recepção e as apropriações das teorias raciais na Faculdade de Direito do Recife apontam para a existência de um debate no século XIX que tinha a escola criminológica italiana como principal referência. Nesse sentido, os intelectuais do Recife observavam o Brasil como uma nação mestiça, amálgama de elementos raciais inferiores, e por isso fadada ao fracasso (Op. Cit, p. 143-172). O crime, a loucura e a destemperança estavam na essência do país, o determinismo biológico ditava nosso destino enquanto nação.

Frente a esse discurso determinista, no entanto, na década de 1920 já era possível observar uma mudança de tom no que se refere às possibilidades do Brasil no discurso dos intelectuais da Faculdade de Direito do Recife. Questões relativas à higiene, saúde e educação passaram a figurar no debate do centro de ensino mencionado como primordiais para superação de nossa degeneração, retirando assim a exclusividade da miscigenação como impossibilidade da nação. Higienizar o país era a tarefa necessária, mas é impossível não observar as conotações ainda racistas dessa higienização. A relação com a pobreza aparece nesse sentido como uma das principais faces da questão social. Não eram os homens e mulheres negros que compunham principalmente essa população empobrecida necessitada de ser higienizada e educada?

A doutrina liberal do século XIX, segundo a qual eram pobres porque eram inferiores, encontrava, no Brasil, sua aparência de legitimidade no aniquilamento cultural dos costumes africanos e na condição de pobreza e de exclusão política, social e cultural da grande massa de pretos e mestiços, assim como, anteriormente, a condição servil dos escravos, era tomada como marca de inferioridade. (GUIMARÃES, Op. Cit, p. 49).

Retomando a historiadora Wlamyra Albuquerque no que tange à restrição da cidadania à população negra depois da abolição da escravatura é possível pensar no controle social sofrido

por homens como os fressureiros a partir do prisma da tutela. A população de cor, agora livre, dentro da perspectiva adotada por variadas instâncias do Estado brasileiro não tinha como governar-se, deveria ser impelida à ordem e ao trabalho pela ingerência de organismos de controle social (2010, p.7). O liberalismo puro não era suficiente para os antigos senhores, o medo de que a ordem social se esfacelasse falou mais alto e o desejo de continuidade do exercício da autoridade e da tutela sobre os novos cidadãos, ou quase cidadãos, fez-se imperiosa para o primeiro grupo. É indissociável, portanto, a formação de um mercado de trabalho dentro dos moldes capitalistas e a formulação de interditos baseados na ideia de raça para uma parcela da sociedade. Nesse sentido, a noção de uma nova ideologia do trabalho e a repressão aos ajuntamentos de trabalhadores se faz ainda mais compreensível. A criação de um homem morigerado, dedicado aos valores de trabalho, não suscetível aos vícios e à vadiagem se fez em contraposição a noção de que os escravos, e agora a população negra pobre de modo geral, tinha características opostas, não encaixáveis numa sociedade civilizada.

Ana Maria Rios e Hebe Maria Mattos (1995), em artigo clássico sobre o pós-abolição como problema histórico, demonstram a dificuldade de perceber as cores dos indivíduos nos arquivos, fazendo-as recorrer aos depoimentos orais como forma de acesso às expectativas dos libertos. Essa dificuldade também pode ser verificada nas fontes jornalísticas consultadas para confecção deste trabalho, uma vez que dificilmente a cor de um fressureiro era determinada quando ele aparecia num caso de briga por exemplo. Mas se é verdade esse ocultamento da cor nas fontes, as características que naquele momento eram associadas à população negra estão presentes. Características que ajudam a entender o porquê a violência é vista como inerente àqueles trabalhadores, o porquê seu local social aparece tão facilmente determinado quando a profissão é mencionada ou é dito que alguém mora nas imediações da Cabanga, São José ou Afogados.

Durante o processo de pesquisa, a impossibilidade de contato com documentos provenientes das instituições mutualistas organizadas pelos fressureiros, que serão tematizadas no capítulo subsequente, me fez recorrer à pesquisa dos nomes dos sujeitos que eram identificados enquanto fressureiros nos jornais, como também nos livros de entrada e saída da Casa de Detenção do Recife para tentar traçar um perfil sociorracial do grupo. Isso se fez necessário na medida em que eram recorrentes nos jornais essas falas que os relacionavam aos estigmas associados às pessoas negras no pós-abolição, sendo preciso assegurar se essas relações se baseavam efetivamente no perfil sociorracial daquela categoria. Integrando isso ao conhecimento da existência de uma lacuna historiográfica no que tange ao estudo da organização dos trabalhadores negros no Recife do pós-abolição, recorrer ao fundo documental

em questão foi imperativo. Era necessário saber de onde vinham os fressureiros. Eram todos trabalhadores nacionais ou havia estrangeiros entre o grupo? Eram jovens nascidos já no período republicano ou foram pessoas que tiveram um contato maior com um mundo onde existia escravidão? Não poderia ficar com a noção de que esses sujeitos eram percebidos socialmente de forma racializada a partir dos relatos dos jornais apenas, necessitava dizer de suas cores a partir de outras fontes.

Conseguí identificar num período que vai de 1900 até 1920 um total de 177 pessoas que trabalharam na venda de fressuras nos livros de entrada e saída da CDR e nos jornais diários. Desse número, disponho de dados relativamente pormenorizados sobre cor, origem e idade para 108 homens, além dos crimes nos quais foram enquadrados.³⁷ Como esses detalhes referem-se aos que passaram pela Casa de Detenção do Recife, o perfil traçado aqui refere-se principalmente a eles.³⁸ Dos 108 detentos, 94 eram oriundos do próprio estado de Pernambuco³⁹. 13 fressureiros vinham de outros estados, principalmente os vizinhos: 6 da Paraíba, 4 de Alagoas; dos estados da Bahia, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul, 1 de cada. Estrangeiro apenas Joaquim Rodrigues de Moura e Pires, português. A maior parte havia nascido entre as décadas de 1870 e 1890, 2 deles nasceram na década de 1860 e apenas 1 aparenta ter nascido entre 1847 e 1853 (há divergência nos dados sobre sua idade nas diversas passagens pela polícia). Sendo assim, os fressureiros tinham idades que variam mais ou menos entre os 15 e 65 anos, sendo mais comum encontrar aqueles que tinham entre 20 e 25 anos.⁴⁰

Quadro 1

Classificação por cor dos fressureiros nos livros de entrada e saída da Casa de Detenção do Recife

³⁷ O termo fressureiro começou a aparecer os livros de Entrada e Saída da Casa de Detenção do Recife somente a partir de 1904 (do livro 4.3/64 em diante), nos anos anteriores analisados os sujeitos que trabalhavam com as fressuras eram apresentados naquela documentação como fateiros, vendedores de fato ou simplesmente jornaleiros, designação essa muito genérica que poderia ser usada para uma profusão de serviços desempenhados por jornada. O reforço do termo fressureiro na documentação acontece em um momento para o qual já existe uma instituição de cunho mutualista para o grupo, talvez essa constatação se ligue a um possível fortalecimento de uma identidade grupal para os que praticavam aquele ofício. Também é possível entender o fortalecimento do nome fressureiros a partir da ideia de que agora aqueles trabalhadores se observavam enquanto categoria de trabalho especializada de algum modo, o nome genérico jornaleiro não caberia àqueles que se organizavam coletivamente e reclamavam a legitimidade no trabalho com as fressuras para si.

³⁸ Para o levantamento pormenorizado desses indivíduos, ver anexo I em que estão condensadas informações de nome, origem, cor, estado civil e endereço dos que passaram pela CDR.

³⁹ A identificação da Casa de Detenção muitas vezes era genérica e usava apenas a menção ao estado de origem, em outras dizia o município de onde o detento era originário.

⁴⁰ Alguns indivíduos foram observados na primeira década do século XX como fressureiros e na segunda década como magarefes. O amadurecimento e a experiência de trabalho elevaram esses trabalhadores no mercado das carnes verdes, o que talvez demonstre um perfil de passagem no ofício. Algo feito tendo como horizonte um futuro em que a subida de posto no matadouro fosse possível e desejada.

Cor	Total	%)
Branca	24	22,2
Cabocla	2	1,8
Parda	59	54,2
Preta	23	21,29
Total	108	

Fonte: APEJE. Fundo Casa de Detenção do Recife. Vol.4.3/60 ao vol. 4.3/87 (1900-1920). Valores arredondados nas porcentagens.

No quesito cor, como é possível observar na tabela acima, brancos correspondem a 22,2 % da amostra, o total de pretos é pouco inferior, 21,2%. Os pardos representam a maioria e dizem de 54,6% da amostra (59). Apenas dois fressureiros foram identificados enquanto caboclos, o que corresponde a apenas 1,8% do total.⁴¹ Sendo assim, não-brancos correspondem a cerca de 78% da amostra, o que é mais do que suficiente para dizer de uma categoria de trabalhadores que era majoritariamente formada por indivíduos brasileiros pretos e pardos, tendo como perspectiva a ideia de que a amostra é representativa da categoria de modo mais geral⁴². Também se forem levados em consideração os dados do Censo de 1890, é possível dizer que a categoria era realmente constituída por uma grande quantidade de homens negros. Naquele ano a população pernambucana aparece como sendo composta por 56% de pessoas de cor, tendo o grupo arrolado uma taxa muito superior de homens não-brancos.

Esses indivíduos identificados fenotipicamente pelos escrivães como pardos talvez fossem pretos. Durante o pós-abolição, conforme demonstrou Hebe Mattos e Ana Maria Rios (Op. Cit) a noção de cor não estava ligada propriamente a pigmentação da pele, mas à condição social dos indivíduos analisados. Alguns fressureiros da amostra tiveram diversas passagens pela Casa de Detenção, e não foi incomum que em cada momento suas cores fossem diferentes na visão de quem os identificava. Assim, temos sujeitos que ora aparecem como pardos, ora como pardos escuros. Outros são pretos ou pretos fulos ao sabor do observador. Também os

⁴¹ Algumas estratégias foram usadas nessa compilação de dados para que o trabalho fosse facilitado, o que não isenta as opções de problemas. Agrupei todos os sujeitos identificados como pardos, pardos claros e pardos escuros (39, 9 e 10 sujeitos, respectivamente) enquanto pardos. O mesmo com os pretos e os pretos fulo (18 e 5, respectivamente), todos aparecem aqui enquanto pretos. Também é necessário dizer que um sujeito foi excluído da amostra, pois na dúvida entre caboclo e pardo escuro optei por deixá-lo de fora.

⁴² Analisando a composição de cor dos membros do Centro Operário da Bahia, Aldrian Castellucci chegou ao seguinte percentual: “De nossa amostra de 1.176 associados, identificamos a cor de 133 deles, isto é, 11,3% dos filiados. [...], encontramos 32 (24,1%) brancos, 40 (30,1%) pretos, 20 (15,0%) pardos e 41 (30,8%) mestiços. Se acreditarmos que esta amostra é representativa do conjunto da entidade, temos 75,9% dos filiados pertencentes ao grupo dos não brancos. Portanto, podemos dizer que o Centro Operário da Bahia foi formado majoritariamente por brasileiros negro-mestiços.” (2010, p.116-117).

brancos poderiam ser pardos claros. A estratégia adotada foi verificar a cor que aparecia com mais frequência para cada um desses indivíduos com diversas passagens.

Além da verificação a partir das fontes do aparelho repressivo do Estado, é possível entender os trabalhadores da carne numa jornada mais antiga de ligação com o mundo da escravidão, o que aponta para a continuidade de pessoas negras nesses ofícios. Já entre as décadas de 1870 e 1880, Felipe Azevedo e Souza identifica o ofício de talhador com os que vivenciaram a escravidão ou com os que ainda a vivenciam (2018, p.82). Os libertos talhadores do mercado de São José, a partir de sua ação coletiva na Sociedade de Amor e Beneficência das Carnes Verdes, aparecem nas fontes do historiador reclamando dos castigos e abusos dos administradores e fiscais do mercado, práticas corretivas que remetiam a já passada escravidão sendo reabilitadas. É razoável dizer que tanto o trabalho com a venda das carnes verdes, quanto o de venda das fressuras, estivessem dentro das estruturas coloniais e imperiais em Pernambuco ligados a indivíduos escravizados e posteriormente aos descendentes desses indivíduos. Afinal de contas, quem lidava com as carnes deveria ser alguém possível de trabalhar em ambientes insalubres, serviço típico para os que estavam no extremo mais baixo da hierarquia social.

Foram, portanto, elencados três elementos designativos da condição racial dos fressureiros: as falas racializadas da imprensa, a quantificação das cores nos livros da CDR e a já antiga participação da população negra nos trabalhos ligados ao universo das carnes. A tentativa de ordenação do mundo do trabalho sofrida por essa categoria de trabalhadores nos espaços de ajuntamento e nas ruas fez parte do modo como a jovem República vislumbrou acomodar o processo produtivo, ao mesmo tempo que impunha restrições à cidadania aos egressos da escravidão e seus descendentes. A história dos fressureiros do Recife é uma seção da história dos trabalhadores no pós-abolição e do modo como lidaram com essa sociedade racializada.

3.2. Controle social nos espaços de trabalho e lazer

Como noções do que era um bom trabalhador nesse período tiveram um papel na vida dos fressureiros? Tendo em vista as já mencionadas novas relações sociais que estavam sendo tecidas a partir do completo fim da escravidão legal, sendo a positividade do conceito de trabalho uma característica no universo laboral nesse momento; a ideia é tratar aqui das querelas que envolviam os fressureiros nos espaços de trabalho e lazer considerando o quanto essas duas esferas não tinham uma separação estrita no cotidiano daqueles homens e estavam sujeitas ao olhar ordenador da polícia e da imprensa.

Num processo correcional de 1911 em que a cronologia dos fatos e o seu desenrolar parecem bastante subvertidos pelas partes envolvidas, é possível observar alguns aspectos do cotidiano dos fressureiros, mais especificamente do momento em que o trabalho findava e eles voltavam às suas casas. No depoimento do fressureiro Francisco Manoel da Silva, conhecido como Brasa Viva e que nesse processo servia de testemunha, ele comenta como uma de suas facas de cortar fressuras foi a arma responsável por ferir o jornaleiro João Alves da Saúde e o agricultor Manoel Francisco da Silva. Em seu depoimento na subdelegacia do distrito policial da Várzea, Brasa Viva diz o seguinte:

que no sábado oito do corrente mês às seis e meia horas da noite ele respondente encontrou os indivíduos Manuel Francisco de Aquino vulgo Manuel Retirante e José Caetano do Nascimento em uma venda no Zumbi, pertencente ao Sr. Carneiro, que estes mesmos indivíduos insistiram para que ele respondente e outras pessoas que achavam na venda bebessem com eles, e as pessoas que se recusaram beber eles jogavam em cima a bebida, que depois ele respondente tomou o trem que ia para a Várzea e para Zumbi às seis horas e quarenta e cinco minutos, dirigia-se então ele respondente para sua residência, [...], digo estação do Cordeiro, ele respondente saltou com suas facas de cortar fressuras, em baixo (sic) do braço, que momentos depois ele respondente sentiu alguém tirar uma das ditas facas que ele respondente trazia; que em vista de lhe ter acontecido isto ele respondente parou e olhando para trás viu um chapéu no chão, que indagando, quem lhe tinha tirado uma faca soube que tinha sido o indivíduo Manoel Retirante, o que constatou este fato o aparecimento no chão do chapéu pertencente a este indivíduo; que ele respondente ouviu dizer em sua casa de residência que Manoel Retirante [...] que tinha dado umas facadas em um carvoeiro, que ele respondente conhece os indivíduos Manoel Francisco de Aquino e José Caetano do Nascimento, como pessoas de má conduta. (MJPE, cx 412, Recife, 1911).

Nesse primeiro depoimento na subdelegacia da Várzea, o fressureiro deixou de fora o modo como foi informado em sua casa sobre o desfecho dos fatos no trem da Caxangá: Retirante e Gallo foram a sua casa na intenção de devolver a faca de fressuras utilizada na luta e buscar o chapéu do primeiro depois de serem “convidados” a se retirar do trem. De modo geral, essa versão dos fatos dada por Brasa Viva foi corroborada pelos seus empregados Olympio Marcos de Souza e Severino Francisco de Sant’Anna, também fressureiros, e pelos acusados no processo.

Esses homens teriam tomado o trem na Estação do Zumbi depois de uma bicada na Venda do Sal, perímetro onde se juntavam vários fressureiros vendendo seus produtos, um ajuntamento. A luta teria se iniciado propriamente depois da Estação do Cordeiro para a imensa maioria dos depoentes; as vítimas, no entanto, afirmavam que já depois da Estação da Madalena a alteração teve início. Também a versão apresentada pela imprensa dá a saber do início do imbróglio muito antes da Estação do Zumbi (JP, 10/04/1911). Nas falas de acusados e vítimas, a contenda teria acontecido por assento no vagão ou por um “pisão” no pé de João Alves da Saúde. O certo, no entanto, é que Manoel Retirante e José Gallo foram enquadrados no artigo

303⁴³ do Código Penal de 1890. Não consegui apurar se eles efetivamente cumpriram pena por esse crime.

Retirante e Brasa Viva mantinham uma relação dúbia; ora aparecem como aliados na documentação, ora em desavenças, como a informação de que os processados foram à casa do segundo e a insistência deste e dos vendedores de fressuras ao seu serviço de que Gallo e Retirante eram homens de má conduta, “turbulentos, bebedores e jogadores”, dá a saber. Manoel Retirante também era um fressureiro que tinha empregados ao seu serviço⁴⁴, é possível que algumas das querelas entre esses dois homens se liguem a alguma espécie de concorrência no mercado de fressuras nas ruas da cidade. Quem sabe disputam mão-de-obra e locais de venda. No segundo depoimento durante o processo correcional, Brasa Viva afirmou que não possuía relações de amizade com os acusados, se não de amizade pelo menos de desafeto ele deveria ter. Em 1906 as ranhuras entre ele e Retirante já apareciam nos jornais:

Às 6 horas da tarde de anteontem travaram luta no arrabalde Cordeiro do distrito da Torre, os indivíduos Manoel Francisco de Aquino e Francisco Manoel da Silva, ambos conhecidos desordeiros.

A luta foi motivada por uma questão sem importância, tendo saído ferido o primeiro com uma facada.

O subdelegado da Torre, conseguiu prender os dois criminosos, fazendo-lhe recolher à Casa de Detenção, onde foram vistoriados. (JR, 06/06/1906).

Manoel Francisco de Aquino, Manoel Retirante, tinha 23 anos na época da briga que ensejou o processo correcional citado. Ele era analfabeto, pernambucano do interior e branco. Francisco Manoel da Silva, Brasa Viva, era mais velho, tinha 32 anos. Também era branco, mas natural da Bahia e sabia ler e escrever. Os dois tinham outra coisa além da profissão, da condição de patrão e da cor da pele como semelhança, eram bem conhecidos nas páginas policiais.

Para se ter uma ideia da celebridade de um desses homens basta dizer que em 1929 o *Jornal Pequeno* rememorou os “célebres desordeiros” da cidade que entre o final do século XIX e início do século XX tinham aparecido constantemente nas páginas policiais dos jornais da cidade e dado muito trabalho à polícia (19/03/1929). Entre os nomes apresentados, o de “Brasa Viva miudeiro” aparece como atuante nas freguesias do Poço, Caxangá e Várzea. Em 1907 ele

⁴³ Art. 303. Ofender fisicamente alguém, produzindo-lhe dor ou alguma lesão no corpo, embora sem derramamento de sangue: Pena - de prisão celular por três meses a um ano. Brasil. Código Penal dos Estados Unidos do Brasil, decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890.

⁴⁴ Essa é uma inferência feita com base numa notícia do Diário de Pernambuco que deu a saber de um ferimento feito no fressureiro Eduardo Ferreira do Nascimento por Manoel Retirante. Ao que tudo indica Eduardo trabalhava para Retirante e por conta de uma prestação de contas controversa acabaram indo às vias de fato. “Em Apipucos. Ferimentos graves” (27/12/1914). Também a informação de Retirante no processo citado de que ia à Bomba Grande tratar com uma freguesa sobre o comércio de “trinchinhas” sinaliza nesse sentido, talvez ele repassasse os miúdos para uma comerciante daquela localidade.

foi apresentado da seguinte forma pelo mesmo jornal num episódio no qual teria tentado esbordoar um morador do Zumbi com um manguá⁴⁵, sendo impedido pela polícia:

Não é um ilustre desconhecido fuão Brasa Viva, desordeiro de nota, residente na Torre.

Em mais de uma local nos havemos referido a este camaradão da desordem, verdadeiro amigo dos noticiários dos jornais.

Mas entremos no assunto e contemos uma nova façanha deste herói de pulsos alentados e forte no manejo do manguá. (JP, 07/02/1907).

Retirante não ficava atrás no quesito aparições na imprensa como desordeiro. Em 1918, por exemplo, *A Província* noticiou mais uma de suas facetas (29/10/1918). Numa venda na Iputinga, ele e o vendedor ambulante José Baptista de Oliveira insultavam-se enquanto bebiam. Os dois homens tinham uma rixa já antiga por conta do roubo de uma galinha de José Baptista por Retirante. A troca de insultos levou a desforra naquele dia e o vendedor ambulante acabou por levar a pior, Manoel Francisco de Aquino deferiu-lhe uma facada na coxa direita. Não seria a primeira nem a última vez que uma venda onde bebiam fressureiros servia de palco para desfechos violentos de disputas.

A pecha de desordeiro conhecido perseguia outros fressureiros e guiou o modo como muitas vezes eram tratados pela força policial.

Ontem às 8 horas da noite o fressureiro Felix José de Souza passava na estrada da Cabanga, junto à linha férrea de S. Francisco, em direção à sua casa defronte à fábrica de sabão d'ali.

Uma patrulha de polícia o encontrou e, tomando-lhe a faca que Felix usa em seu serviço o subdelegado sr. Ramos mandou tocar-lhe o facão.

Vimos hoje o corpo do pobre homem cheio de ferimentos, contusões e manchas.

Felix, que esteve em nosso escritório disse-nos ter sido levado para o xadrez na rua Imperial, onde sofreu mais duas surras de rebenque e dois banhos, seguindo depois para a cadeia. (JP, 20/10/1902).

Essa prisão de Felix José de Souza acima mencionada foi registrada nos livros de entrada e saída da casa de detenção pela epígrafe de “célebre desordeiro” (CDR, livro de entrada e saída 4.3/62). Sendo reconhecido pela polícia, o caboclo natural de Buíque; com cerca de 49 anos em 1902, foi preso e espancado. Ele estava no serviço com as fressuras há bastante tempo, já em 1886 foi possível identificá-lo como morador da Cabanga com relações com o matadouro num caso em que teria matado o também vendedor de fressuras Pedro Fellipe Santiago (DP, 07/07/1886). Se os policiais foram capazes de reconhecê-lo e enquadrá-lo, Félix foi muito astuto ao procurar o *Jornal Pequeno* para denunciar o que ele julgou uma violência. A relação estabelecida entre esses homens e a polícia estava longe de ser passiva.

⁴⁵ Instrumento de madeira usado, normalmente, para debulhar cereais.

Outro desses casos em que a ação policial contra fressureiros aparece como desmedida na interpretação do *Jornal Pequeno* refere-se ao tiro dado por agentes da polícia em Manoel Miguel dos Anjos, Manoel Pau D'Alho (26/08/1899). Tudo teria se iniciado numa venda da rua Imperial quando o sargento Azevedo Campos tentava fazer com que um vendedor de fressuras de nome incógnito se retirasse, sendo impedido nessa ação pelo dono do estabelecimento. Algum tempo depois, o mesmo sargento junto com duas praças de polícia voltou à venda e, não encontrando o primeiro fressureiro, acabou se altercando com Manoel Pau D'Alho. Este último teria sido levado pelos policiais, sendo espancado e baleado na perna.

A respeito deste fato, diz a parte da chefatura policial que ficou também ferido uma das praças, havendo entre elas e Manoel Pau D'Alho um conflito.

Consta-nos que isso não passa de uma manobra para inocentar-se de alguma forma, os nossos Javerts.

A verdade, porém, há de ser feita e os protetores do sargento Azevedo não conseguirão tapar a luz do sol com uma peneira.

O caso, com grande cobertura da imprensa, aparentemente não ficou por isso mesmo. Diligências policiais foram realizadas na intenção de elucidar o episódio. Depois de feito o corpo de delito em Manoel Pau D'Alho e nas praças que também teriam ficado feridas, o caso foi remetido ao juiz municipal do 3º distrito criminal. Os policiais já estavam presos por essa época, mas também o fressureiro aparecia como provável criminoso pois estaria portando armas sem a devida licença durante o evento (SSP, V. 434, Delegacia do 1º distrito, 05/09/1899).

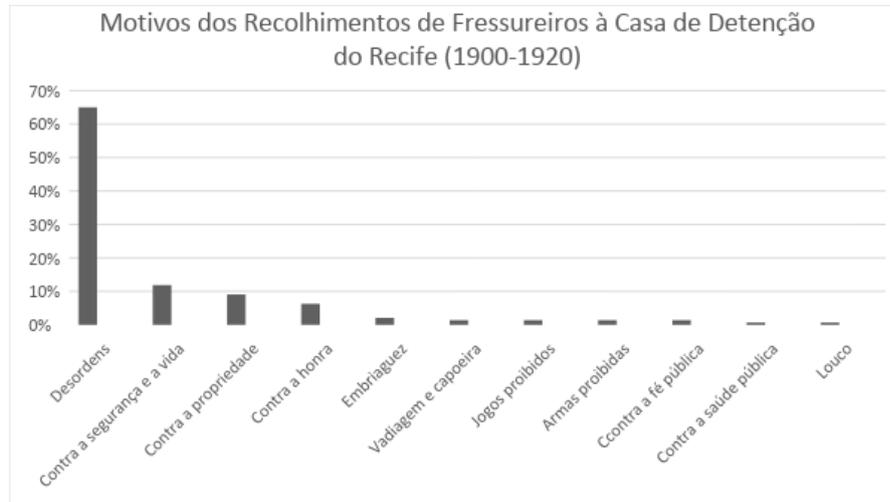
Como as prisões de Félix José e Manoel Pau D'Alho evidenciam, a repressão policial recaía muitas vezes sobre aqueles homens no intuito de prevenir possíveis crimes. A suspeição generalizada também afetava a vida dos fressureiros, já que a necessidade de os compelir a determinado ideal de trabalhador passava pela inibição de determinadas práticas. Pelo já pontuado até aqui, é possível perceber que os fressureiros se encaixavam dentro da noção de classes perigosas, como também os trabalhadores da carne de forma geral. Nesse sentido, os personagens desse trabalho estavam sendo constantemente observados, pois eram entendidos como potenciais promotores de desordens e vários âmbitos de suas vidas passam a ser controlados.

O mundo das “classes perigosas” estava repleto de sobrevivências culturais que precisavam ser erradicadas para abrir caminho ao progresso e à civilização- havia hábitos condenáveis nas formas de morar, de vestir, de trabalhar, de se vestir, de se divertir, de curar etc., muitos deles mais abomináveis ainda porque manifestações das raízes culturais negras disseminadas nas classes populares. (CHALHOUB, 1996, p.181).

Na tentativa de entender mais detalhadamente o modo como essa potencial periculosidade era coibida pelo aparato policial, tomei a liberdade de agrupar as passagens deles

pela Casa de Detenção do Recife de forma a pontuar os motivos pelos quais eram presos. E falo motivos, pois nem sempre as condutas pelas quais eram recolhidos coincidem com crimes assim qualificados pelo Código Penal de 1890.

Quadro 2



Fonte: APEJE. Fundo Casa de Detenção do Recife. Vol.4.3/60 ao vol. 4.3/87 (1900-1920). Valores arredondados nas porcentagens.

O quadro acima demonstra uma esmagadora maioria de prisões correcionais, sendo as desordens o principal motivo pelos quais essa categoria de trabalhadores acabava parando na CDR. Em muitos casos já mencionados ao longo desse capítulo, os fressureiros foram presos como desordeiros. Esse tipo de prisão poderia dizer de uma briga num ambiente de trabalho, por exemplo, ou apenas de práticas que às vistas da polícia soavam não condizentes com a vida civilizada. Eles ainda podiam ser presos como desordeiros num empreendimento grevista, como será ressaltado no capítulo subsequente, mesmo que existissem artigos do Código Penal em vigor que dariam conta desse tipo de conduta⁴⁶. Sendo assim, a predominância dessas prisões aponta para o afã normatizador da República, o desejo de domesticação das classes populares.

É comum que a historiografia sobre o período aponte os crimes de vadiagem, capoeira e a prática de jogos proibidos como as clássicas ilegalidades populares (MAIA, 2001, cap. 3), sendo exemplos de práticas opostas à disciplina do trabalho que se impunha. No caso dos dados levantados aqui, essas contravenções correspondem a um percentual ínfimo do conjunto das prisões. Balizando os percentuais levantados com a problemática da repressão, é possível dizer

⁴⁶ “O Código Penal de 1890 enquadrava as greves como crime e as associações denominadas ‘secretas’ eram qualificadas como fora da lei. Antes de 1907, as organizações operárias viviam na clandestinidade e por isso estavam sujeitas à vigilância da polícia.” (ALVES, Paulo. 1997, p.10).

que o modo como os fressureiros eram compelidos ao mundo do trabalho ordeiro e morigerado passava principalmente pela coibição das desordens, muito mais do que a da vadiagem.

Tentei coadunar duas perspectivas sobre as práticas criminosas: os aspectos de proletarização a partir do final da escravidão e as noções de racialização que forjaram uma patologização do social, tentando fugir ao que Débora Claizoni critica na historiografia nacional e pernambucana sobre o crime e a criminalidade (2013, p. 43-44). A autora pontua a proeminência da perspectiva que fala de transição da escravidão para o trabalho assalariado em detrimento dos discursos que ensejaram as práticas repressivas a partir da recepção de teorias sobre o crime vindas da Europa e ressignificadas nas faculdades de direito brasileiras.

Clarissa Nunes Maia (2001), por exemplo, é um dos alvos de crítica de Claizoni por focar nas estratégias de controle social deixando de lado os discursos que ensejaram essas práticas repressivas. Ao observar muitos presos correccionais na categoria de desordeiros na Casa de Detenção do Recife a autora não se questiona sobre essa preponderância. Deixa assim de perceber que o modo como no estado os trabalhadores eram impelidos a uma ordem de trabalho dizia da formulação dos discursos de periculosidade dos trabalhadores pobres, sendo eles negros em sua maioria.

A racialização, tão presente no momento de desagregação do escravismo, se conecta à formulação de uma nova ideologia do trabalho. O que leva à conclusão de que há nesse seguimento dois motivos para formulação de práticas repressivas contra determinadas parcelas da sociedade, motivos que se conjugaram e dizem da particularidade nacional na formação da classe trabalhadora.

Não obstante, a polícia tinha relações com esses homens que não eram apenas repressivas. Em 1916, por exemplo, o Promotor Público fez solicitar a abertura de diligências policiais contra Luiz de tal, conhecido como Luiz Pé de revólver. Além dele, o promotor desejava investigar os agentes da força pública que deixaram de proceder às devidas diligências contra o réu em questão que teria assassinado a Antonio de tal, conhecido como Lembra Pedra, em 1913 (MJPE, Cx: 2009, Recife, 1916).

Antes de fundamentar o motivo da denúncia, há necessidade de um esclarecimento de importância para o corpo do sumário de culpa. Em maio do corrente ano, esta Promotoria teve conhecimento de que em 1913, na Ilha do Pina ou em Afogados, o denunciado havia cometido um assassinato, sem que, entretanto, as respectivas diligências policiais tivessem sido feitas ou remetidas para o juízo competente. Após outras informações, no dia 23 do referido mês o denunciante dirigiu ao dr. Desembargador chefe de polícia um requerimento, solicitando que, em torno do fato, se abrisse inquérito, não só para ser estaurado (sic) o processo, como para ser apurada a responsabilidade dos funcionários da polícia e dos particulares que presenciaram e subornaram.

Assim, o promotor, José de Britto Alves, acusava a polícia de não ter feito as diligências cabíveis. Com a abertura das diligências, o promotor acabou por saber que nem o exame de corpo de delito tinha sido realizado na vítima, o que fez o representante da promotoria defender aquela denúncia com uma longa justificativa assentada na doutrina. Na ausência de provas materiais, o processo penal garantia a denúncia e possível condenação do acusado a partir do depoimento das testemunhas.

O cerne da questão é que as testemunhas arroladas foram os próprios agentes da força pública e pouco acrescentaram para formação da culpa. A maioria deles dizia conhecer o assassinato só por ouvir falar, não sabendo das diligências procedidas contra o acusado, tampouco o porquê elas não foram realizadas. Mesmo desconhecendo os detalhes do caso, um dos capitães que depuseram acrescentou a informação de que a vítima, Antonio Quebra Pedra, era fressureiro. O processo parece ter sido aberto com poucas informações na verdade, a única testemunha com uma fala que ia além do desconhecimento foi o capitão José Muniz de Almeida. Em janeiro daquele ano de 1916 ele teria prendido Luiz Pé de Revólver pelo assassinato de Antonio de Santana, crime ocorrido entre 1912 e 1913. Não sabia ele, no entanto, se investigações foram ou não feitas sobre o caso.

O documento, infelizmente, está incompleto e termina com a certidão de prosseguimento das diligências. Não sei se Pé de Revólver foi condenado, muito menos se os agentes envolvidos no possível encobrimento desse crime foram de alguma forma punidos. Isso, no entanto, parece improvável tendo em vista o modo como as testemunhas diziam nada saber sobre o caso, provavelmente numa jogada de proteção mútua. Luiz Pé de Revólver, que nem identificado corretamente foi nesse processo, era na verdade o fressureiro Luiz Francisco Alves, preto ou pardo escuro que tinha mais ou menos 24 anos em 1916.

Mesmo com a incompletude da peça é possível, através de um exercício de imaginação, pensar no porquê Luiz não foi investigado no tempo devido. O promotor parece insinuar que a força policial foi conivente com o crime, exercendo assim uma espécie de proteção sobre Pé de Revólver. Se foi esse efetivamente o caso é impossível saber, entretanto não seria estranho pensar nessa hipótese, afinal de contas as relações estabelecidas entre os agentes policiais e os prováveis criminosos era relativamente próximas, era das classes mais desfavorecidas que saíam vários elementos da polícia. Os agentes de menor grau poderiam ter encoberto o caso do assassinato de Lembra Pedra, impossibilitando que maiores problemas fossem causados a Luiz.

A potencial periculosidade dos fressureiros e demais trabalhadores da carne também fez parte de um processo de tentativa de apagamento de elementos da cultura popular, de um modo específico de vida. Nesse sentido, alguns casos presentes na documentação coletada ajudam a

elucidar quais vivências cotidianas daqueles homens estavam tentando ser coibidas, quais modos de organizar suas relações sociais mereciam ser dispensadas

Começando com um ator que esteve presente no ato anterior, Luiz Pé de Revólver apareceu numa venda nas imediações do matadouro por volta da meia noite junto com um grupo de amigos em outubro de 1910. Eles vinham terminar a noite tomando uma aguardente depois de passarem as horas anteriores numa casa de jogos que se localizava num sítio na Estrada dos Remédios. No próximo ato, entretanto, o dia havia amanhecido e o único ator em cena era um dos amigos de Luiz; agora caído morto na calçada da venda. Mas cabe voltar um pouco à narrativa daquela noite e explicar ao leitor como de uma bicada resultou uma pessoa morta.

Chegando em casa por volta das dezenove horas vindo do trabalho, Pé de Revólver entregou a sua mãe uma quantia de 500 réis. Logo saiu dizendo que ia jogar no sítio de propriedade de fuão Jorge, que também era inspetor de quarteirão naquela localidade. Tarde da noite quando a jogatina arrefeceu, ele e outros companheiros foram beber na venda de Luiz de Sant'Anna, situada entre a Estrada dos Remédios e da Boiada. Na hora de pagar, a jornada de diversão perdeu o sabor delicioso do qual até então tinha se revestido. Pé de Revólver e um dos que o acompanhavam começaram a discutir, e entre os vários insultos ouvidos pelo vendeiro, que neste ponto já estava recolhido dentro de casa e com a barraca fechada, o “você não é um homem” se fez bastante nítido (JP, 26/10/1910).

No dia seguinte, o corpo do companheiro que brigava foi encontrado na frente da venda na qual bebiam na noite anterior. Como seria de se esperar, o acusado mais óbvio pelo assassinato seria Pé de Revólver, agora finalmente identificado como Luiz Francisco Alves. A vítima em questão se chamava Antonio Miguel, teria por volta de 30 anos e era branco, sua profissão infelizmente não foi posta em evidência nas notícias sobre seu assassinato.

A polícia logo procedeu às diligências necessárias para apurar o caso, que acabava não parecendo muito difícil de ser elucidado frente ao testemunho do vendeiro Luiz de Sant'Anna. Além dele, aqueles que bebiam com os dois homens na venda também foram chamados a prestar depoimentos. Entre essas testemunhas, alguns também eram fressureiros, como Pedro Avelino de Souza. Além do trabalho, esses homens se conectavam entre si por relações outras, relações que são típicas de amigos, familiares ou vizinhos. Afinal de contas, muitos moravam perto ou se relacionavam nas instituições de caráter mutualista que serão tematizadas mais à frente. Ter em mente essas ligações dos fressureiros em muitos âmbitos da vida ajuda a entender o modo como lidavam com suas próprias existências a partir de uma identificação grupal.

Tendo em vista os casos disponíveis na documentação analisada, é possível dizer que as tavernas do Recife onde circulavam os fressureiros eram espaços de ajuntamentos de

trabalhadores, durante as horas de trabalho e depois delas. Nesses espaços, amizades e dissabores estavam o tempo todo sendo feitos e desfeitos, e as querelas noticiadas pelos jornais demonstram uma parte da dinâmica das relações sociais estabelecidas entre aqueles homens, fazendo parte da produção cotidiana de seu modo de vida.

A cachaça aparece como um dos motivos para esses conflitos em espaços de lazer, ou pelo menos a imprensa em suas longas narrativas sobre os casos pontua o álcool e a genérica informação de que um ou outro conflito se deu por motivos sem importância. Em 1910, por exemplo, o *Jornal Pequeno* debita a esse tipo de questão uma luta travada entre vários indivíduos no distrito da Torre, “onde num casebre dançavam vários populares”. Entre os envolvidos na questão figuram Manoel Francisco de Aquino, Retirante, e José Caetano do Nascimento, Gallo ou Gordinho (25/10/1910). Só que dessa vez, diferente do conflito mencionado no início do capítulo no qual os dois empreenderam uma luta em conjunto, eles aparecem em lados distintos da contenda que ensejou “grande charivari e exibições de armas”.

Tavernas e locais que abrigavam atividades dançantes, como o bumba-meu-boi, são comumente associados na imprensa da época às brigas promovidas pelos frequentadores. A algazarra promovida pela diversão era muitas vezes o espaço para exibição de conhecidos desordeiros.⁴⁷ Também as casas de tavolagem, como no caso da primeira parada de Pé de Revólver na noite da morte de Antonio Miguel, aparecem como esse espaço de diversão e algazarra generalizada e passível de ordenamento policial. Em maio de 1905, uma reclamação publicada no *Jornal Pequeno* chamava atenção para jogatina no 2º distrito de São José e apontava a conivência policial na perpetuação daquele estado de coisas. A solução nesse sentido era pedir a interferência do chefe de polícia Manoel Santos Moreira.

Em vista do sr. Leoncio chaves não ter voz altiva para os desordeiros e jogadores, que infestam o 2º distrito de S. José, por causa da proteção que eles gozam do sr. Santos Selva, peço-vos que chameis atenção do dr. Santos Moreira, digno chefe de polícia, para providenciar contra as irregularidades que se estão passando neste distrito. Na estrada da Cabanga, em casa de indivíduo Godofredo, joga-se desimpedidamente, e o resultado é o barulho por causa dos desordeiros que também jogam na mesma casa. (19/05/1905).

⁴⁷ É necessário atender para inversão de papéis raciais presente no folguedo do bumba-meu-boi. A performance e os cânticos deixam a saber que o “mundo virou”, a escravidão acabou. No Recife do período pós-abolição, os setores mais empobrecidos, compostos majoritariamente por pessoas negras, também estava a inverter papéis raciais nos espaços das festas populares, essa em particular. Em relação ao bumba-meu-boi no pós-abolição, Breatriz Brusantin (2011, p.483-484) diz que é “essencial perceber como as populações que emergiram da escravidão; de variadas e criativas maneiras, buscaram modificar o rumo de suas vidas em meio à imprevisibilidade e aos limites impostos por uma sociedade que continuou assentada sobre profundas desigualdades sócio-raciais. Marcas simbolizadas nos folguedos que permanecem, mas ao mesmo tempo se renovam, afinal de contas as formas de dominação também mudam.”

Essa necessidade de pontuar que aqueles que se juntavam nesses espaços de diversão eram desordeiros, jogadores e vadios atende a uma prerrogativa muito específica de ordenamento do mundo do trabalho. A República brasileira esteve em diversos âmbitos interessada na criação de um mercado de trabalho calcado no aburguesamento das relações, nesse sentido transformar os que eram simplesmente entendidos como desordeiros e jogadores em homens morigerados era imperioso. O chamamento da interferência policial num caso como o da casa de tavolagem situada na casa de Godofredo, é um exemplo dessa necessidade de ordenamento do mundo social.

Também esse exemplo é representativo da preocupação causada pelos donos de tavernas e casas de jogos às autoridades, nesse caso Godofredo da estrada da Cabanga. Clarissa Nunes Maia (2008) tratando das posturas municipais que visavam impedir o ajuntamento de escravos nas tavernas da cidade no século XIX, aponta para o modo como era dúbia a posição desses comerciantes em relação à polícia. Ao mesmo tempo que os escravos eram interpretados como possíveis consumidores, seria dever dos taberneiros impedir a presença demorada da população escravizada nesses espaços. Taberneiros, ou homens livres no geral, deveriam ser agentes de controle social também.

Os locais de trabalho também aparecem nas páginas jornalísticas com uma predominância de brigas entre os fressureiros, como os ajuntamentos tratados no tópico anterior. Gostaria de tratar em específico dessas disputas com uso da violência dentro do Matadouro da Cabanga para pensar nos significados das resoluções dos conflitos para os atores desse trabalho.

Hermegildo Nominato de Oliveira foi preso em 27 de janeiro de 1903, tendo sido solto no dia 20 do mês seguinte, por ter ferido a João Baptista Guimarães dentro do matadouro da Cabanga (CDR, Livro de entrada e saída 4.3/65). Segundo o noticiado n’A *Provincia*, Hermegildo era conhecido como turbulento naquelas imediações (28/01/1903). Ainda segundo a folha citada, a confusão entre os dois se deu por conta de uma brincadeira feita por Hermegildo de atirar petecas em João. Quando este último se cansou das provocações teria investido contra seu companheiro de trabalho que foi mais rápido e acabou por dar-lhe uma facada na região abdominal. Hermegildo foi preso por outros fressureiros e magarefes que presenciaram a cena. Provavelmente, o motivo dado pelo jornal para desforra não represente possíveis antigos antagonismos entre esses dois indivíduos.

Em 1906 foi a vez do *Jornal Pequeno* dizer que “por motivos de pequena importância travaram forte polêmica Dyonísio Antonio de Mendonça e Francisco Salles” (18/09/1916). Nas imediações do matadouro, os dois fressureiros inicialmente e depois Antonio Lopes de Freitas,

fressureiro como os demais e parente do Dyonisio, empreenderam uma luta com o uso de facas de ponta da qual Francisco saiu morto. Comumente, as motivações para os conflitos de fressureiros apareciam como de menor importância ou simplesmente com fundamentos pueris na imprensa, que se fartava de publicar os casos com muita atenção aos detalhes das lutas.

Não estava longe, no entanto, do horizonte interpretativo dos jornalistas que aqueles golpes de faca dentro do abatedouro muitas vezes eram o apogeu de uma querela mais antiga, que muitas vezes dizia da própria noção de honra daqueles homens. O que a imprensa parece muitas vezes fazer é atentar para o próprio momento do conflito para dar-lhe um sentido tolo, como se as violências praticadas fossem ilegítimas, sendo que com certeza não eram assim interpretadas por aqueles que se empenhavam nas contendas. O sentido cultural desse modo de resolver os problemas era profundo e articulava-se com demonstrações de uma masculinidade tradicional, impregnada de noções de honra e coragem.

Ainda me valendo de Trabalho, Lar e Botequim (1986) como chave interpretativa, é possível falar no quanto as classes dominantes, no caso em questão aparentes a partir das falas da imprensa, e os trabalhadores tinham perspectivas diferentes sobre os conflitos que muitas vezes resultavam em graves ferimentos e homicídios. Há na passagem do século XIX para o XX, no Rio de Janeiro especificamente, um processo de aburguesamento da sociedade. Visava-se, desse modo, da imposição de um outro modo de vida a partir da condenação dos costumes tradicionais e da negação dos elementos da cultura popular que pudessem manchar as pretensões civilizacionais das classes dominantes, principalmente costumes e práticas relacionados à população negra. Enquanto isso,

os populares estavam imbuídos de normas próprias reguladoras de suas desavenças, possuíam noções próprias de justiça e, quando envolvidos em situações de conflito, seguiam rituais de conduta que mostravam apego a valores muitas vezes opostos àqueles prezados pelas classes dominantes (CHALHOUN, Op Cit., p.210).

Em alguns momentos, no entanto, esse sentido mais profundo dos conflitos em espaços de trabalho era evidenciado pelos jornais:

De uma violenta cena, passada no Matadouro Público, tivemos notícia, hoje, pela manhã. Para lá dirigimos incontinentemente a nossa reportagem, a fim de saber, de um modo real, do que se passara; o que conseguimos e relatamos aos nossos leitores. Felipe Santiago e Manoel Francisco da Silva, fressureiros do Matadouro Público, eram rancorosos e irreconciliáveis inimigos, tendo casa qual nesta inimizade, empenhada a sua honra. Ontem, esperaram, na entrada daquele estabelecimento, a entrega dos fatos para tratá-los, quando, por motivos de pouca importância, entraram ambos numa discussão. Manuel Francisco sentiu sua dignidade ultrajada na troca de palavras e, sacando de uma faca investiu contra Felipe, ferindo-o na região epigástrica, ferimento que atingiu o estômago. (JP, 14/03/1914).

A honra aparece nesses casos como uma justificativa legítima para as contendas. Por ela seria válido alterca-se com companheiros de trabalho, bebedeira e jogo. Os conflitos nos espaços de trabalho e lazer promovidos por fressureiros dizem dos modos como eles entendiam que suas questões deveriam ser resolvidas e como sua respeitabilidade deveria ser assegurada. Se era assim que eles entendiam o uso da violência, como defesa da dignidade, os mecanismos de controle social impingiam a esses comportamentos uma das motivações para a repressão. A honra continua no horizonte de preocupações no início do próximo tópico.

3.3. Questões familiares e religiosas

Nas imediações da Cabanga muitos eram os fressureiros e trabalhadores da carne de forma geral. Foi comum observar trabalhadores da carne vizinhos. Eles compartilhavam os espaços de trabalho, lazer, moradia e culto. Nesse sentido, também não foi raro que o ofício de fressureiro fosse executado por vários membros masculinos de uma mesma família. Os irmãos Lourenço José de Sant'Anna e João Simplicio de Sant'Anna e os cunhados Pedro Avelino de Souza e Joaquim Avelino compartilharam a designação de fressureiro na documentação, por exemplo. As famílias também podem ser entendidas como um agrupamento de pessoas em prol da sobrevivência, dessa forma se faz compreensível que filhos ajudassem os pais na venda dos miúdos ou que as relações de vizinhança entre homens que compartilhavam a mesma profissão estreitassem os laços a tal ponto que depois eles se tornassem cunhados, como Pedro e Joaquim.

No caso das questões familiares a seguir apresentadas, a preocupação é entender um pouco dos arranjos familiares dos fressureiros, e trabalhadores da carne de maneira geral, para pensar nos padrões dessas relações sociais. Nesse percurso, as relações conjugais/amorosas são priorizadas, primeiro por terem sido as mais presentes na documentação e segundo porque elas são reveladoras do sentido dado por essas pessoas às suas vidas, distinguindo-se muitas vezes do que à época era entendido como moral e desejável dentro de padrões burgueses de família.

O fressureiro José Joaquim de Sant'Anna era amancebado com a preta Joanna Maria da Conceição. Eles eram residentes no Caranguejo, comunidade localizada na Madalena. Por volta das 20 horas do dia 10 de agosto de 1915 estavam os dois numa briga conjugal dentro de casa quando o carroceiro Sebastião Santiago de Lima adentrou a residência para tomar parte na discussão em favor de Joanna, dizendo a José Joaquim que não deveria brigar com a amásia daquela forma por ela ser mulher. Joanna não aceitou a interferência de Sebastião, muito menos o tratamento de “safado” que ele deu ao fressureiro. A amásia de José Joaquim partiu para cima

do seu pretensor defensor, dizendo que ele nada tinha a ver com aquela arenga. Como resultado da confusão, Joanna acabou levando nas costas uma facada de Sebastião que não aceitou ser repellido por ela (MJPE, Cx: 429, Recife, 1915).

Dentre as testemunhas do processo, que em sua maioria eram vizinhos do casal, as condutas de Joanna Maria e Sebastião Santiago não foram em momento algum questionadas. Pelo contrário, todos disseram ser vítima e agressor pessoas de boa conduta. Sebastião não pôde ser encontrado pelo oficial de justiça para prestar depoimento, acabou tendo sua prisão decretada da mesma forma.

Talvez a briga entre Joanna e José Joaquim fosse mais do que uma discussão, quem sabe ela estivesse sendo agredida fisicamente pelo amásio. Entretanto, mesmo sob essas circunstâncias ela não aceitou que uma terceira pessoa interferisse em seus problemas conjugais, muito menos que esse alguém destratasse seu companheiro de “safado”. Já Sebastião, possivelmente, achava legítima a interferência naquela briga, usando a noção de que um homem não poderia brigar daquela maneira com uma mulher; mas tendo sua defesa sendo repelida de modo tão ríspido por Joanna não hesitou ele mesmo em agredi-la gravemente. Afinal de contas, determinadas ofensas não poderiam passar simplesmente, agora a condição de mulher de Joanna deixara de ter o mesmo peso.

Sebastião era vizinho do casal, não foi possível observar no processo qual tipo de relação que ele mantinha com os outros envolvidos no caso, se eram amigos de alguma forma ou se ele tinha algum tipo de interesse em Joana. Entretanto, mesmo com essa falta dos detalhes é possível observar esse caso através de dois primas: a não aceitação da interferência de terceiros em suas vidas e a defesa da honra e da masculinidade como consideráveis elementos culturais dessa população. Quanto ao primeiro ponto, é possível uma aproximação com o que Sidney Chalhoub (1986, p.129) identificou com a principal fonte de tensão entre parentes entre as camadas empobrecidas no Rio de Janeiro da Primeira República. Segundo o historiador, a interferência de sogros e cunhados, que usualmente moravam com o casal, foi a causa para diversos desentendimentos. No caso do processo analisado, a relação parental não existe, entretanto, a interferência como motivo para um desentendimento maior sim. Joana foi aqui a responsável por fazer valer o que ela entendia como o correto numa situação como aquela: defendeu o seu amásio e frustrou a tentativa de interferência de Sebastião Santiago.

Essa insubmissão feminina também pôde ser verificada quando o pardo Angelo Possidonio de Barros flagrou sua amásia Maria da Conceição em adultério na casa que os dois compartilhavam. Aquele ultraje não podia ficar por isso mesmo e Angelo tratou de agredir ao amante de sua amásia, a própria Maria com um punhal e a sua sogra com grande surra. Por

aqueles feitos, o fressureiro foi preso e enviado à Casa de Detenção (DP, 29/06/1904). Tendo sua honra ultrajada, sabendo que não exercia o poder pretendido sobre aquela mulher, a alternativa dele foi recorrer à violência. Defender a sua honra seria a justificativa para aquela demonstração de fraqueza perante os destinos de seu relacionamento amoroso.

Nos dois casos, os casais mencionados compartilhavam a vida mas não eram casados, estando numa relação de amancebamento.⁴⁸ O casamento para os fressureiros não parece ter sido uma possibilidade tão óbvia, entre os que passaram pela Casa de Detenção apenas 30% eram ou foram casados (casados e viúvos). Ter uma amásia ou amásio poderia representar uma possibilidade de rompimento da relação, caso os motivos primeiros para manutenção do relacionamento amoroso não existissem mais. Maria Emília Vasconcelos dos Santos atenta para o quanto essas uniões consensuais mereciam respeito entre as pessoas das camadas populares e eram aceitas (2007, p. 127). A historiadora retoma os estudos de Kátia Mattoso para a Bahia do século XIX para falar que “viver amasiado fazia parte da vida dos pobres”.

Retomando um personagem já bem conhecido, Brasa Viva, desejo falar sobre como os casamentos eram arranjados e as unidades familiares dos fressureiros eram constituídas, pois nem só de uniões consensuais por motivos de amor e sobrevivência essas famílias eram constituídas. Em outubro 1909, Francisco Manoel da Silva se deu mal e foi parar no Hospital Pedro II depois de levar uma surra de seus futuros sogro e cunhados (JP, 08/10/1909). Antonio Ramos da Silva era o sogro nesse caso. Enquanto esteve cumprindo sentença na Detenção, a família concordou com o casamento entre sua filha e Brasa Viva. A questão é que Antonio não se agradou nem um pouco com o arranjo quando o descobriu ao ficar em liberdade. A relação entre os dois, já conturbada, piorou quando o fressureiro decidiu proibir a noiva de sair, o suficiente para o pai se enfurecer ainda mais e partir para discussão que deixou Brasa Viva acamado com diversos ferimentos de enxada. Antonio acabou voltando à Detenção.

Outro pai que fez de tudo para casar a filha dentro do modelo tradicional das famílias patriarcais, isto é, de acordo com sua própria vontade, foi o magarefe Antonio Alvares Pereira, mais conhecido como Cara Preta.

Mais um fato criminoso temos a registrar hoje ocorrido no 2º distrito de São José. Há cerca de um ano o indivíduo conhecido por José Gordo havia contratado casamento com a menor Joana Maria da Conceição, filha do crioulo Antonio Alves Pereira, vulgo Cara Preta, morador no lugar Coculo. Não tendo, porém José Gordo procedido bem ultimamente, o pai de Joana resolveu acabar com o casamento. Isto irritou ao tal indivíduo que jurou vingar-se ou de Joanna ou de seu progenitor. (JR, 19/04/1906).

⁴⁸ Estar amancebado ou amasiado significava estar numa relação conjugal sem legitimidade legal, podendo se referir a casais que viviam sob o mesmo teto ou não, compartilhando ou não uma prole.

José Gordo não ficou só na ameaça e na mesma notícia da qual o trecho acima foi retirado há menção a um tiro desferido por ele que atingiu a Cara Preta e sua filha apenas com os estilhaços. O magarefe acabou também sendo detido no caso, pois depois do tiro chegou a agredir alguns familiares de Gordo.

O que os ex futuros sogros nos dois casos mencionados tinham como impeditivo para o casamento de suas filhas? Quais condutas de Brasa Viva e José Gordo desgostavam aqueles pais? Infelizmente, as notas dos jornais sobre os casos excluem esses pormenores, mas fica claro nesses episódios a vontade dos pais de fazer valer a sua autoridade de chefe de família, proibindo que suas filhas se ligassem a homens que eles desaprovavam. Cara Preta foi bastante insistente na tentativa de casar bem a filha, ou pelo menos de não a ver desonrada. No ano seguinte ao noivado por ele desfeito, mais uma vez Joana Maria foi motivo de preocupação para aquele pai.

O conhecido valentão Manoel do Pina, homem dado a prática de desordens no 2º distrito de São José, anteontem à noite raptou a menor Joanna Maria da Conceição, residente em companhia de seu pai Antonio Alvares Pereira, vulgo Cara Preta, no lugar Cabanga, daquele distrito.

O pai da menor, como um louco e sem saber paradeiro de sua filha, procurou o administrador do Matadouro da Cabanga, onde é empregado o raptor, dele sabendo que este era casado.

Cara Preta ontem esteve na Repartição Central da Polícia, pedindo providencias ao dr. Santos Moreira, chefe de polícia, que mandou iniciar diligências para capturar o delinquente.(JP, 26/06/1907).

Mesmo que entre as camadas populares a falta da virgindade não fosse um impeditivo máximo para o casamento, é evidente que ao ser raptada Joana Maria perdia sua condição de moça honrada e ao pedir providências da polícia seu pai tentava recobrar a sua honra de alguma forma. Ao tentar restabelecer a honra de sua filha, Cara Preta talvez tentasse preservar seu respeito, reputação e prestígio no 2º distrito de São José.

... apesar da realidade das famílias dos segmentos populares distanciarem-se do modelo das camadas abastadas, os valores ligados à noção de honra, como a fragilidade feminina, castidade das mulheres e uniões legalmente estabelecidas, eram valores compartilhados por diferentes grupos sociais que os agenciavam de acordo com as necessidades cotidianas. (SANTOS, Op. Cit, p. 118).

O casamento era nesse contexto uma das possibilidades de reparação da honra. Nesse contexto reparatório, alguns casamentos de fressureiros foram iniciados. O pardo de 21 anos Bibiano Pereira de Castro (Lebre) foi preso em maio de 1903 pelo crime de defloramento. Segundo o *Jornal Pequeno*, ele tinha cometido um duplo defloramento nas menores Maria Isabel dos Santos e Mara Wanderley de Miranda (05/05/1903). Não sei com qual das duas moças Bibiano casou-se; mas de acordo com a documentação da CDR, sua prisão foi relaxada depois de efetuado o casamento com a vítima do defloramento. O branco Pedro Avelino de

Souza também precisou reparar a honra de uma moça através do casamento. Seu casamento com Alice Rogéria do Espírito Santo foi realizado 9 dias após sua prisão pelo crime de defloramento (Idem, 13/05/1903).

Recuperar a honra podia também designar a aplicação da violência contra membros da própria família além de uma esposa ou amásia. Em 1906, Carolina Maria do Carmo e seu irmão Floriano José do Carmo sofreram agressões do fressureiro pardo José Mathias do Carmo, este último era o irmão mais velho dos primeiros. Carolina e Floriano tinham ido morar na casa de Arcelina Maria da Silva, mulher que era conhecida por viver como prostituta (A PROVINCIA, 30/01/1906). Aparentemente, Carolina tinha ido morar na referida casa para também viver como prostituta. Ao narrar o episódio, o *Diario de Pernambuco* menciona que Carolina teria abandonado a casa do irmão por motivos justificáveis (30/01/1906). Já que não contavam com o apoio de seu irmão de sangue, Carolina e Floriano tiveram a ajuda de Arcelina e de dois homens identificados como Joca de Izidro⁴⁹ e Joca de Dedeu. Esses últimos foram atrás de José Mathias nas imediações da Cabanga e lá o espancaram. A criação de uma nova conformação familiar parece ter sido a alternativa de Carolina e Floriano já que viver com seu irmão era insustentável.

Os ajustes familiares dos fressureiros comumente distanciavam-se do modelo de família do modelo apresentado naquela sociedade como o desejável. Por outro lado, muitas vezes esse modelo esteve no horizonte de expectativas daqueles homens, como no caso dos pais que desejavam casar bem suas filhas e recorriam à justiça na tentativa de reparação de uma honra perdida. O amancebamento também foi uma prática comum, demonstrativa das possibilidades de amor e sobrevivência daqueles indivíduos.

As casas daqueles trabalhadores abrigavam não apenas suas famílias, poderiam servir também como um espaço religioso e de divertimentos⁵⁰:

Existe em uma casa da rua imperial, nas imediações da entrada para a Cabanga, uma sociedade de curandeiros que trabalham com o espiritismo, cachimbos milagrosos e outros apetrechos de feitiçaria; reúnem-se após 10 horas da noite, iniciando as sessões com maxixes e outras danças que muito perturbam o sossego público. (A PROVINCIA, 28/05/1901).

⁴⁹ Infelizmente, esses indivíduos não foram identificados por seus nomes, mas acredito serem eles pertencentes ao universo do trabalho com as carnes. Joca de Izidro também era a alcunha do diretor de um clube carnavalesco dominado por esses trabalhadores que será tematizado no último tópico deste capítulo, O Cabeças Brancas.

⁵⁰ Esse tópico tem por finalidade apresentar também questões pertinentes ao universo religioso não católico dos trabalhadores da carne tendo em vista o controle sofrido por essas práticas religiosas. Infelizmente, apenas alguns apontamentos são feitos sobre o tema já que as fontes impossibilitaram maiores investigações.

No caso em questão, não há menção aos frequentadores dessas sessões religiosas; num exercício de imaginação histórica, no entanto, seria possível pensar fressureiros e outros trabalhadores da carne, que tão próximos viviam da Cabanga, frequentando esse espaço. Também tendo em vista as pistas deixadas por alguns daqueles homens sobre esse aspecto de suas vidas, é provável que quando o subdelegado do distrito apareceu numa daquelas sessões, um ou outro trabalhador da carne tenha feito parte dos que fugiram pelo telhado da casa, evitando maiores complicações. Corroborando esse exercício imaginativo, em 1903, sob a epígrafe *Os feiticeiros na Ponta*, o *Jornal Pequeno* chamava atenção para as várias casas de feitiçaria existentes nas regiões da Cabanga e Afogados. Uma dessas casas ficava na estrada do matadouro e era de propriedade de um fressureiro. Se não a mesma reprimida pelo subdelegado do distrito em 1901, pelo menos muito próximas geograficamente.

A constituição de 1891 permitia a liberdade de culto, entretanto práticas religiosas de matrizes africana e indígena foram durante reprimidas na Primeira República. A repressão sobre essas casas geralmente se dava sob a acusação de feitiçaria, já que o Código Penal em vigor punia essas práticas como crimes contra a saúde pública (BRASIL. Código Penal de 1890. Capítulo III). José Bento Rosa da Silva (2009, p. 175) aponta para o quanto a repressão ao catimbó em Pernambuco existente nas duas primeiras décadas do século XX é sub-representada na historiografia, concentrando-se no período em que Agamenon Magalhães esteve como interventor no estado.⁵¹ Durante o início do século XX, o discurso de higienização, ordem e progresso foram usados, segundo o historiador, como justificativa para a costumeira repressão aos catimbós da cidade.

Nesse cenário de vigilância, nada mais normal que o disfarce das atividades com “maxixes e outras danças” como na notícia citada acima. Erika Arantes Bastos tratando de práticas religiosas da população da região carioca conhecida como “Pequena África”, geralmente trabalhadores ligados às atividades portuárias, diz que

..., com o endurecimento da repressão no regime republicano, homens como Antonio Mina se tornaram, especialmente por sua cor e profissão, suspeitos em potencial, sendo vítimas constantes das manhas de uma polícia que reprimia vadios, ébrios, capoeiras, “feiticeiros” e sambistas (sempre associados à malandragem), é também certo que eles tinham suas próprias formas criativas de lidar com a repressão. Uma delas era esconder tais práticas no âmbito privado. Como disse certa vez João da Bahiana, referindo-se às festas nas casas das tias baianas – que, segundo ele, misturavam samba e candomblé-, “a festa era assim: baile na sala de visitas, samba de partido alto nos fundos e batucada no terreiro”. (BASTOS, 2009, p. 141)

⁵¹ É necessário mencionar que as referências aqui feitas à religiosidade dizem respeito especificamente ao Catimbó, apesar de em alguns momentos nas fontes ele não ser nomeado dessa forma, mas apenas como feitiçaria. De modo geral, esse é um culto afro-indígena-brasileiro, constituído a partir da relação entre os cultos bantos e práticas de pajelança. Além disso, tem relação com a jurema (SILVA, Op. Cit, p. 175).

As casas que abrigavam esse tipo de prática religiosa eram muitas na região da Cabanga e Afogados e em resposta à reportagem sobre os feiticeiros, uma carta foi divulgada no dia seguinte à publicação. Segundo a fala de quem escrevia ao jornal, seria impossível acabar com a feitiçaria na região pois era a polícia a mais dada à mágica, sendo o Capitão Ponciano o maior feiticeiro de Afogados. Até o já várias vezes mencionado Santos Moreira seria dado às práticas, tendo sua casa recebido um ritual de queima na noite de São João. Retomando os estudos de José Bento (Op. Cit) sobre a repressão ao catimbó no início do século XX, é possível entender melhor a participação de agentes da força pública e sujeitos pertencentes às camadas mais elevadas da sociedade recifense nas práticas de culto coibidas no período. Segundo o autor, o catimbó poderia ser usado até enquanto arma política por pleiteantes a cargos públicos. Além disso, ele nomeia alguns indivíduos que foram constantemente citados nos jornais da cidade no período, principalmente no *Jornal Pequeno*, que tinham sua legitimidade enquanto autoridade policial questionada pela participação nos catimbós e a proteção às casas do culto.

De volta à carta que apregoava a impossibilidade de acabar-se a feitiçaria na região de Afogados por conta da proteção da própria polícia, quem escreveu não errou. Em maio de 1910 o magarefe preto Lourenço Pereira da Silva foi recolhido à Casa de Detenção como louco, tendo depois o Hospício dos Alienados como destino (CDR, livros de entrada e saída 4.3/62). A questão da loucura de Lourenço era debitada ao catimbó presidido por Francisco Rom na fala do *Diario de Pernambuco*.⁵² O jornal aproveita a ocasião em que Lourenço é preso para explicar a liturgia daquela prática religiosa e pedir a intervenção mais enérgica da polícia, mas não sem antes debitar os mais variados adjetivos pejorativos ao que o veículo entende como “uma amálgama confusa de superstições dos índios, das práticas importadas pelos escravos africanos e, finalmente, preceitos tirados do catolicismo e do espiritismo, ... um fetichismo adiantado” (21/05/1910).

Valéria Gomes Costa em sua tese sobre africanos da Costa da Mina no Recife do século XIX menciona a região da rua Imperial como local de moradia de muitos desses africanos. Em suas formulações, a autora dá ênfase a participação dessa população nas irmandades católicas,

⁵² A partir do recolhimento de Lourenço Pereira como louco e a associação feita entre seu estado mental e a sua frequência num catimbó de Afogados, é possível mencionar a relação estabelecida entre doença mental e as “influências dos fetichismos”. Na década de 1930, o Serviço de Higiene Mental, tendo o psiquiatra Ulisses Pernambucano como principal nome, assume a fiscalização dos terreiros na perspectiva de controlar esses espaços religiosos para além da intervenção policial (QUEIROZ, 1999, p. 62). Ele e outros intelectuais desejavam entender o papel dessas religiões no estado mental dos frequentadores.

mas não deixa escapar as persistências das práticas vindas da África (2013, capítulo 3). Nesse sentido, não seria de estranhar a proliferação de casas de culto afro-brasileiro na região. Já na década de 1930, época de bastante repressão às religiões de matriz africana no Recife, Mário Ribeiro dos Santos fala o seguinte sobre essas práticas religiosas no bairro de Afogados, o que corrobora a noção de que danças e religião se misturavam na região:

No bairro, muitos moradores eram frequentadores das reuniões religiosas realizadas nas casas de amigos e parentes; em geral à noite, depois do trabalho, ou final de semana, disfarçadas de festas, bailes dançantes e/ou ensaios de agremiações carnavalescas – diferentes táticas para ludibriar a polícia e outras autoridades. O número de seguidores, identificado pela imprensa durante as notificações, reflete a popularidade da religião em Afogados e o prestígio dos seus dirigentes. (SANTOS, 2011, p. 4)

A persistência das religiões afro entre os trabalhadores da carne, mesmo frente a um cenário de constantes repressões, pode ser observada como mais uma das formas de não ajustamento aos modelos societários e culturais apregoados pelas camadas mais abastadas. Ao mesmo tempo que a polícia procurava coibir essas práticas religiosas como uma reminiscência do que existia de mais antigo e vil da cultura africana para cá importada, aqueles trabalhadores moradores da região de São José e Afogados que insistiam em suas práticas religiosas resistiam. Do mesmo modo que resistiam outros significados culturais observados ao longo desse capítulo, como determinados modos de resolver os conflitos, de organizar suas relações familiares e de trabalhar. Significados esses que estavam em constante luta com as esferas de controle social existentes, não permanecendo os mesmos, mas modificando e sendo modificados pelas relações estabelecidas com as mais diversas esferas.

3.4 Os fressureiros malungos

Mas se é certo que os fressureiros sofriam diversas sanções em suas práticas cotidianas no trabalho, nos espaços de lazer e em suas relações familiares e religiosas; também é certo dizer que essas vivências proporcionaram formas de associação de diversas entre esses homens. O argumento que perpassa esse texto como um todo refere-se ao modo como o controle social em conjunto com vivências coletivas foram responsáveis pelo forjamento de ajuntamentos associativos institucionais. E se no capítulo subsequente a intenção é observar as práticas associativas dos fressureiros em uma perspectiva classista beneficente em que essa categoria de trabalhadores forjou signos de respeitabilidade, mecanismos de controle interno à própria

categoria e lutas pelo melhor aproveitamento seus ganhos econômicos e sociais, ainda se faz necessário dizer como práticas associativas dos fressureiros foram forjadas para além da necessidade de sobrevivência, de caráter religioso e recreativo.

A criação de associações que visaram garantir institucionalidade a práticas já comuns para aqueles homens diz de sua participação no que Cláudio Batalha denominou de cultura associativa pensando o Rio de Janeiro da Primeira República (2004). Para o autor essa cultura associativa dizia do hábito de associar-se, sempre conferindo institucionalidade a formas diversas de sociabilidade; como também essa cultura diz nos modos com os costumes dessas associações eram ritualizados. Os fressureiros estiveram numa busca constante por organizações associativas e dentro das instituições criadas é possível observar a ritualização de costumes e práticas diversas, tanto nas organizações de cunho recreativo quanto nas de cunho político e social. Sobre essa intensa movimentação associativa na Primeira República de cunho cultural e político, Petrônio Domingos (2014, p. 253) diz o seguinte: “ainda que se desconheça – notadamente por falta de estudos –, existiu uma fecunda e complexa movimentação protagonizada por trabalhadores, mulheres, negros, setores de classes médias e populares no campo da participação política, que alcançou formatos variados.” Nesse sentido, “é entendido como associativismo é uma noção dinâmica envolvendo um processo contraditório e conflitivo que combina resistência, assimilação e (re)apropriação de ações coletivas e formas organizativas para a defesa dos interesses específicos do grupo.”(DOMINGUES, 2014, p. 254).

Alguns fressureiros encabeçaram grupos carnavalescos, outros estavam em irmandades; também é possível observá-los em instituições de cunho mutualista que não tinham a profissão como fator de coesão, mas as relações de vizinhança por exemplo. A atuação associativa de dois membros da categoria é memorável nesse sentido: Manoel Angelo da Silva e Leonidas Pereira da Silva. O primeiro teve posições de destaque nas diretorias de três clubes de carnaval e mais duas entidades de auxílio mútuo além das próprias dos fressureiros.⁵³ Já na segunda década do século XX, Leonidas foi atuou na diretoria de dois clubes de carnaval e em uma irmandade que tinha sede na Igreja de São José do Ribamar, a de Nossa Senhora do Bom Parto.

Um desses clubes de carnaval onde atuaram intensamente os fressureiros foi o Clube Misto Malunguinhos, do qual Manoel Angelo chegou a ser 1º secretário em 1910. Também

⁵³ Relações de vizinhança também podiam ensejar a criação de entidades de cunho mutualista que não tinham a profissão como elemento aglutinador. Esse é o caso por exemplos do Clube Mortuário Afogadense do qual Manoel Angelo da Silva também atuou na posição de secretário. Como transparece o nome, a entidade tinha a função principal promover os enterros de seus membros e tinha a região de Afogados como espaço de atuação. É provável que na inexistência de uma entidade de classe que promovesse tal serviço, Manoel Angelo tenha sentido a necessidade de obter cobertura funerária do Clube.

desse clube fizeram parte os fressureiros João Zeferino Alves, Manoel do Nascimento⁵⁴ e Antonio Lopes de Freitas. Este último em 1904 ocupou a posição de diretor do clube de carnaval em questão. Muito provavelmente vários outros fressureiros tenham composto o clube, ou pelo menos se adensado a massa que acompanhava seus desfiles, no entanto as fontes são insuficientes na verificação dos componentes da agremiação. É certo, porém, que o clube foi constituído a partir de relações de vizinhança entre as pessoas que habitavam as imediações da rua do Catucá e da travessa do Malunguinho em Afogados na região do Peres, por ali eram vários os fressureiros que habitavam.

Pereira da Costa (CARVALHO, 1991 Apud COSTA 1985, p. 289) diz que essas ruas teriam ganho os nomes alusivos ao antigo quilombo do Catutá e o seu principal líder, Malunguinho, pelo processo de ocupação da região. Ali teriam ido parar egressos daquela comunidade de escravos fugidos que na primeira metade do século XIX ocupou a região da Toca da Onça na zona da mata pernambucana. Os nomes das ruas remetiam àquela experiência de resistência e liberdade.

Marcus Carvalho atenta para o modo como Malunguinho ficou incrustado na memória do estado (1991, p. 23) mesmo mencionando o fato de ser desconhecida a existência de um líder do quilombo do Catucá com esse nome, sendo impreciso se a alcunha era usada para todos os líderes daquele ajuntamento de pessoas ou se a referência prioritária era à formação daquele núcleo quilombola, que talvez tenha sido formado por malungos (companheiros de viagem na travessia Atlântica nos navios negreiros). Isabel Guillen (2016), por seu turno, afirma o modo como Malunguinho ficou impregnado na memória dos que compõem os movimentos negros no estado mais recentemente. Malunguinho, que também é uma entidade da Jurema, aparece nos depoimentos orais colhidos pela historiadora, junto com outras figuras importantes como Zumbi dos Palmares, como um dos ancestrais num movimento de afirmação da cultura negra.

Mas se a referência principal do clube carnavalesco era o nome da travessa onde viviam seus componentes, a escolha do nome Malunguinhos no plural remete a ideia de que os brincantes eram malungos. Se não companheiros na viagem atlântica, mas com certeza vizinhos que partilhavam muitos de seus modos de vida, dos problemas do cotidiano, numa amálgama de relações que projetava a noção de experiência compartilhada. Relações de trabalho e vizinhança se articulavam na criação desse clube carnavalesco, ele também pode ser observado como um espaço de sociabilidades dos homens que trabalhavam no matadouro da Cabanga e moravam entre Afogados e São José.

⁵⁴ Os fressureiros nomeados até agora neste tópico também pertenceram às diretorias das mutuais de classes da categoria que serão tematizadas no próximo capítulo.

Esse compartilhamento também podia dizer da existência de conflitos. Gestados nos ambientes de trabalho e moradia daqueles homens, querelas poderiam ensejar situações que davam a saber de problemas dentro do clube ou com outra agremiação, como é o caso de um conflito que tomou as páginas dos jornais em um dos primeiros carnavais do século XX. No carnaval de 1904 o clube apareceu nos jornais nas folhas dedicadas às questões policiais, sua participação naquela folia de momo tinha ido além do costumeiro desfile. Ao que tudo indicava o Clube Malunguinhos de Afogados tinha uma já antiga rixa com o Clube Cabeças Brancas, com sede na rua Imperial, que no domingo resultou numa contenta que viria a terminar na terça de carnaval com a morte de um dos integrantes dos Cabeças Brancas. O diretor desse último clube era José Pedro do Nascimento, ao que parece o magarefe que foi preso no dia 19 daquele fevereiro por desordens, que provavelmente remetem às questões da situação mencionada (CDR, Livro de entrada e saída 4.3/64). Assim, naquele ano os Malunguinhos tiveram um presidente fressureiro e os Cabeças Brancas um diretor magarefe. Possivelmente as rixas que envolviam os clubes tinham raízes no universo de trabalho e sociabilidade já há muito compartilhado por aqueles indivíduos. O *Diário de Pernambuco* apontou a querela entre os clubes, apontando o “entusiasmo” que o nome Malunguinhos remetia:

Sócios exaltados de ambos e mesmo partidários estranhos aquelas associações, sempre que elas se cruzaram nas ruas, nos dias do carnaval, não perdiam ocasião de agredirem-se mutuamente, *procurando demonstrar por meio da faca ou do cacete, o entusiasmo que o nome de um dos clubes lhes fazia lembrar.*

Assim, no domingo à noite, encontrando-se Cabeças Brancas e Malunguinhos nas proximidades da ponte de Afogados, Manoel Pereira da Silva, conhecido por Manoel Mayão, rapaz de 20 anos de idade, casado há pouco mais de 2 meses com uma rapariga de 16 anos e sócio do primeiro daqueles clubes, travou luta com um dos membros do segundo, cujo nome é ignorado, recebendo um ferimento de faca na testa. (18/02/1904). (grifos meu)

Inicialmente a briga tinha se dado como mais uma das confusões costumeiras entre os clubes, tendo saído Manoel Pereira da Silva, membro dos Cabeças Brancas e conhecido como Manoel Mayão, ferido na testa sem muita gravidade. Os dias seguintes de carnaval foram basicamente de tentativa de polícia de evitar novos conflitos entre os clubes. A estratégia era a de tentar impedir que esses últimos ultrapassassem o limite da Igreja Matriz de São José, não indo desfilar no centro da cidade (Idem, 19/02/1904). No entanto, a estratégia foi falha e no último dia de carnaval quando alguns membros dos Cabeças Brancas iam ter a casa do referido Manoel Mayão na rua da Jangada se encontraram com os Malunguinhos. Quando deram por si Manoel já estava morto e nos dias seguintes as investigações apontaram Manoel Gayamum como assassino, sendo ele anunciado como “partidário exaltado” dos Malunguinhos.

O Malunguinhos parece ter sido um clube pedestre como classifica Rita de Cássia Araújo e até a década de 1920 é constante sua aparição nas páginas dos jornais dedicadas à folia

de momo. Esse tipo de agremiação geralmente tinha um nome relativo a categorias de trabalho (o que não é o caso aqui). Esses nomes também aludiam a necessidade de passar a limpo o transcorrido durante o ano, fazendo uma crítica aos costumes e à moral, marcando um momento especial na vida da coletividade (1997, p. 208). Esse é o caso, por exemplo, de clubes muito conhecidos como Vassourinhas e Vasculhadores. Ainda dentro dessas interpretações de Rita de Cássia Araújo, diferente do que houvera na Bahia, aqui os blocos de carnaval feitos pelas camadas trabalhadores não usaram termos alusivos à África, mas sim relativos ao universo do trabalho. No entanto, o caso do Malunginhos, se não remonta elementos africanos, acaba por dizer de uma experiência das pessoas negras em diáspora, tanto se os malungos foram tomados como inspiração quanto se o nome é alusivo ao emblemático líder do quilombo da floresta do Catucá.

Numa época que houve a tentativa das elites de civilizar o carnaval com a implantação dos clubes de crítica que desfilavam em carros, a camada trabalhadora formulava um carnaval que ao mesmo tempo que continuou popular precisou recorrer a formulações dessas elites, como a regularização por meio dos estatutos. Permaneceu, porém, como um festejo que dizia do fechamento de um ciclo e esquecimento dos percalços da vida, mesmo que por alguns dias. O insucesso do carnaval burguês em Recife, também tem a ver com essa capacidade do carnaval popular de absorver elementos antes ligados às elites, como a introdução dos instrumentos de metal; como também das elites de entenderem que fazia mais sentido jogar no nível da conciliação, regulando o carnaval popular sem chegar a proibi-lo sumariamente. Nesse sentido, a criação de clubes carnavalescos que necessitavam da anuência da autoridade policial para seus desfiles e ensaios é reveladora de como práticas cotidianas estavam passando por processo de regulação, tanto como imposição de cima para baixo como formulação dos próprios trabalhadores na tentativa de se organizarem coletivamente e continuarem a promover suas mais diversas formas de vida.

As experiências dos homens que trabalhavam com a venda de fressuras nas praças, mercados e de porta em porta pela cidade do Recife é significativa do modo sujeitos pobres e racializados estavam sendo encaixados em noções muito específicas e alheias de bom e mal trabalhador, de como deveriam ser coibidas suas práticas culturais ancestrais e de como deveriam ficar relegados a espaços de menor prestígio social no perímetro urbano. Mas essas experiências também dizem de como a congregação no trabalho, em seus locais de residência e em espaços religiosos foram responsáveis para o agrupamento desses sujeitos em associações, em agrupamentos institucionais com diversos fins. O Clube Misto Malunginhos foi uma

dessas experiências associativas de caráter recreativo, desfilando nas ruas de Afogados e de São José com grande séquito de partidários entusiasmados “como o nome do clube fazia lembrar”.

4 SEGURIDADE E RESISTÊNCIA: AS MUTUALISTAS DE FRESSUREIROS E AS PARALISAÇÕES DO TRABALHO

Octaviano Cavalcante⁵⁵ fez um discurso em nome da Sociedade Beneficente dos Fressureiros de Pernambuco em sessão magna por ocasião do 12º aniversário da União dos Estivadores em maio de 1906 (UNIÃO OPERÁRIA, 01/05/1906). Ele figurava entre os representantes de uma das várias instituições que foram prestigiar a sociedade que fazia anos. Estiveram presentes a Sociedade Beneficente dos empregados na Capatazia da Alfândega, a Federação Operária Cristã, a Associação dos Empregados no Comércio, o Montepio Popular do Recife, a Sociedade dos Remadores e a Sociedade Italiana de Beneficência. Os ritos daquela solenidade adentraram a noite, e depois da ladainha ao padroeiro São José, uma nova sessão de discursos se sucedeu. Foi a vez do operário João Ezequiel prestar suas homenagens aos estivadores, dividindo as últimas falas da cerimônia com o orador da União dos Estivadores, José Affonso Cidreira Góes.

João Ezequiel foi um dos principais articuladores do Centro Protetor dos Operários, a mais importante associação de trabalhadores no início do século XX em Pernambuco (AZEVEDO E SOUZA, 2018, p. 174). O modo como essa última entidade foi fundamental para criação de diversas associações de trabalhadores diz de sua proeminência frente à classe trabalhadora no estado, tendo as ideias socialistas e o lançamento de candidaturas à política institucional como aspectos destacáveis de sua atuação. A Sociedade Beneficente dos Fressureiros de Pernambuco parece também ter feito parte das instituições que orbitavam aquela instituição. Inclusive, pensando que o Centro Operário foi articulador da greve de 1906 e dela os vendedores de fatos também fizeram parte.⁵⁶ A SBFP foi a principal experiência associativa do grupo na primeira década do século XX e aqui aparece em conjunto com algumas experiências grevistas da categoria.

Também a instituição de fressureiros existente na segunda década do século XX é aqui tematizada, a União Montepio dos Fressureiros do Recife. Atuando entre 1912 e 1916, pelo menos, essa instituição foi responsável pela articulação da maior paralisação do trabalho nos

⁵⁵ Acredito ser esse Octaviano Cavalcante de Albuquerque, morador de Afogados e dono de uma quitanda no pontilhão daquela freguesia (A PROVINCIA, 28/03/1901).

⁵⁶ Antonio Paulo Rezende localiza a Sociedade Beneficente dos Fressureiros como uma instituição ligada à Federação dos Operária Cristã, no entanto acredito que essa relação foi feita a partir da menção à primeira instituição no jornal União Operária (“União dos Estivadores”. UNIÃO OPERÁRIA, 01/05/1906), documento que não possibilita essa inferência. (2005, p. 34). No mesmo momento, Antonio Paulo dá a Octaviano Cavalcante o papel de presidente da instituição dos fressureiros. Nem a instituição tinha presidentes, como distinguierei abaixo, nem o dirigente máximo da instituição era Octaviano no ano de 1906.

anos aqui cobertos. Muitas das lideranças da primeira instituição também fizeram parte dessa segunda experiência organizativa e é possível dizer que ela se apresenta de modo distinto da Sociedade Beneficente em relação às formas de promoção de suas demandas.

De modo geral, os fressureiros integram organizações significativas dos trabalhadores pernambucanos nas duas primeiras décadas do século XX. Eles promoveram diversas paralisações do trabalho em nome de melhores condições para sua subsistência, como também se articularam em instituições de cunho mutualista. Suas trajetórias enquanto trabalhadores mostram possibilidades de entendimento do modo como a classe trabalhadora pernambucana se articulou naqueles anos, como também ajudam a entender como esses sujeitos exerceram sua cidadania em meio a uma sociedade que criara hierarquias sociais a partir de diversos marcadores de diferença, como os de classe e raça.

As instituições nas quais os fressureiros se agruparam foram de cunho mutualista⁵⁷. Esse fenômeno foi primeiro interpretado dentro uma perspectiva teleológica como espécie de predecessor dos sindicatos. Seria ele circunscrito ao século XIX para um momento em que as relações capitalistas de produção ainda não teriam se solidificado. Tânia de Luca (1990), em trabalho hoje clássico, critica esse posicionamento, principalmente ao discordar da ideia de divisão do movimento sindical em cinco fases de José Albertino da Costa. De modo geral, as sociedades de auxílio mútuo eram o modelo possível pela legislação do Império para organização dos trabalhadores, já que as corporações de ofício tinham sido extintas em 1824 e a organização sindical ainda não era admissível. Sendo assim, é nesse tipo de experiência que podem ser encontrados os trabalhadores durante as décadas finais do século XIX. Entretanto, as mutuais não se circunscrevem a esse período. Mesmo depois da República elas continuaram a ser criadas e mantidas. As práticas de auxílio mútuo, como por exemplo o financiamento de enterros e a promoção de aulas noturnas, formam algumas das características fundamentais dessas instituições. Mas isso é extrapolado na medida em que é possível observar nas mutuais de trabalhadores prerrogativas comuns aos sindicatos, por exemplo.

A partir do diálogo com uma historiografia que observa as sociedades de auxílio mútuo em uma perspectiva de hibridismo (BATALHA, 2010; NOMINELI, 2010; LEUCHTENBERGER, 2012) das características próprias aos sindicatos, às irmandades e às próprias mutuais, englobando assim elementos previdenciários, de solidariedade e de

⁵⁷ De modo geral, instituições mutualistas agrupavam seus integrantes para promoção de auxílio mútuo em tempos de diversidade. Os membros pagavam mensalidade e assim tinham direito a auxílios diversos, como enterros, diárias para dias de doença, pensões para família em caso de morte etc. Os membros poderiam se agrupar em função de diversos elementos identitários como a profissão, etnia e vizinhança por exemplo.

resistência, analiso as mutualistas dos fressureiros. A adoção desse posicionamento fez sentido na medida em que é possível observar uma capilaridade das instituições analisadas na realização de greves, como também nas articulações do movimento de trabalhadores no período. Além disso, é possível perceber a continuidade de práticas típicas das irmandades entre as associações dos vendedores de fatos. A participação de fressureiros em irmandades, associações de bairro, clubes carnavalescos e nas próprias mutuais aponta para participação desses homens em uma cultura associativa mais ampla. Tomando como base a participação dos fressureiros nas beneficentes da categoria, nas beneficentes de vizinhança e nos clubes de carnaval é possível dizer que aqueles homens estavam constantemente procurando meios de associar-se, fazendo parte de uma cultura associativa dentro dos moldes formulados por Claudio Batalha (2004) para pensar o Rio de Janeiro na Primeira República.

As inquietações que ensejaram essa pesquisa dizem respeito às possíveis ligações entre mutualismo e resistência feitas no meio dos trabalhadores que vendiam miúdos no início do século XX. O objetivo é pontuar essas ligações a partir da apresentação das relações verificadas, como também narrar os modos como esses trabalhadores se organizaram de forma singular em relação ao mundo do trabalho. Além disso, a organização enquanto parcela da classe trabalhadora desses sujeitos é mote para dizer dos modos como essa parte da população estava pleiteando direitos, exercendo sua cidadania, organizando-se enquanto sociedade civil, num mundo que recriara suas hierarquias sociais para continuar subjugando aqueles que tinham em seus corpos as marcas da ascendência africana. A atuação enquanto sujeitos ativos, protagonistas de suas histórias, foi durante bastante tempo negligenciada pelo imaginário social e pela própria historiografia, e falar sobre esses temas é uma tentativa de entender como viveram esses homens invisibilizados do passado. Nesse sentido, observo as mutuais dos fressureiros como uma experiência negra, uma experiência emancipatória de luta por direitos e cidadania.

Entender, ou pelo menos refletir, sobre como a saída da escravidão foi fundamental para a formação de novas relações de trabalho é profícuo na medida em que o diálogo entre as historiografias da escravidão e do trabalho vêm dizendo do processo de formação da classe trabalhadora brasileira. Se durante bastante tempo historiografia do trabalho e historiografia da escravidão trabalhavam de modo distante, hoje é possível observar uma transformação nas relações entre essas duas áreas. Equilibrar o papel desempenhado por trabalhadores escravizados, enquanto trabalhadores, e os trabalhadores livres nas experiências compartilhadas é fundamental para o entendimento de como padrões de luta e solidariedade foram forjados ainda sob a vigência da escravidão e constituíram as bases das futuras ações dessas pessoas e de seus descendentes (MATTOS, 2008). Também faz parte desse estudo o entendimento dos

fressureiros enquanto cidadãos, as experiências pontuadas se conectam ao modo como aqueles homens se colocavam política e socialmente no Recife no início do século, como suas ações eram vivenciadas na esfera pública.

O processo de emancipação na cidade do Recife foi responsável pela urdidura de uma nova cultura política. A ampla participação popular de pessoas anteriormente alijadas da política institucional foi uma estratégia pensada por Joaquim Nabuco dentro do movimento abolicionista, o que foi fundamental para criação e permanência desses setores nos *meetings*, clubes e variados cenários que diziam da demanda por direitos e cidadania política de algum modo. (AZEVEDO E SOUZA, 2018, capítulo 1). Tendo em vista a geração de fressureiros que compôs as instituições estudadas e participou de variadas formas de manifestações políticas, utilizo o conceito de cultura política para afirmar que o modo como esses homens se organizavam e demandavam fazia parte de uma rede de aprendizados mais profunda, conhecimentos que conectavam variados setores das camadas populares na cidade e que apontava para estratégias semelhantes de participação.⁵⁸

A partir do diálogo com uma historiografia que observa o fenômeno mutualista como prioridade, tento pensar nuances gerais das greves dos vendedores de fato. A criação e o encerramento das sociedades de auxílio mútuo da categoria têm uma relação muito próxima com os movimentos grevistas, assim tento entender as ligações existentes entre o associativismo mutualista e as lutas de trabalho dos fressureiros. Foram seis as greves analisadas, cada uma com particularidades, mas também entendidas dentro do perfil de atuação da Sociedade Beneficente dos Fressureiros de Pernambuco e da União Montepio dos Fressureiros do Recife, como também em relação ao movimento operário mais geral naquele momento.

A ligação entre as diversas experiências associativas desses trabalhadores e as estratégias que usaram para fazer valer seus direitos estão inseridas dentro de um modo específico de se fazer política. Fressureiros também iam às ruas participar de *meetings*, mostrar seu contentamento ou descontentamento com os rumos da política local, sua atuação está dentro de uma configuração compartilhada na cidade durante bastante tempo sobre como se portar na esfera pública.

⁵⁸ O conceito de cultura política é bastante difuso, podendo remontar no caso da historiografia especificamente aos estudos de Serge Bernstein e Sirinelli das décadas de 1980 e 1990, tendo no retorno aos temas políticos a pauta principal. No entanto, o estudo político que se pretende bebe de uma abordagem culturalista. Aqui a noção de cultura política utilizada refere-se ao “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro.” (MOTTA, 2009, p. 9).

4.1 “Que se regozije, pois, a classe pobre de nossa capital, com a vitória dos fressureiros”: A criação da Sociedade Beneficente dos Fressureiros de Pernambuco e o enfrentamento da pobreza

A Sociedade Beneficente dos Fressureiros de Pernambuco (SBFP) foi criada em 20 de setembro de 1903 (A PROVINCIA, 28/06/1904). Reconhecida pela Chefatura de Polícia⁵⁹ em janeiro do ano seguinte, começou a dar assistência aos seus membros já em 20 de março de 1904, exatamente seis meses depois de sua fundação. Menos de um mês antes da fundação da instituição, uma greve de dois dias foi realizada pela categoria. O fim da SBFP chegou cerca de dois meses depois de outra greve da categoria e seus membros diziam não querer prejudicar a ninguém por isso não iriam ressarcir a quaisquer associados (Idem, 07/06/1910). O surgimento e encerramento da beneficente estão ligados intimamente à realização das greves, bem como às perdas e aos ganhos dos trabalhadores em cada uma dessas situações.

Na primeira greve de fressureiros da qual tenho notícia, a categoria parece ter conseguido um acordo razoável com os marchantes. Ou pelo menos foi essa ideia transmitida n’A *Provincia* naqueles dias (28/08/1903; 29/08/1903). Em número superior a 50, os fressureiros exigiam que as fressuras fossem vendidas ao preço de 7\$000. Depois de dois dias de greve, entre 26 e 28 de agosto, o preço das fressuras foi fixado em 9\$000, o que representa uma vitória parcial para categoria. O preço do produto foi baixado, antes estava fixado em 10\$200, mas também não tanto como o exigido pelo grupo. A barganha pelo menos dirimiu os prejuízos daquele aumento pretendido pelos donos das reses. O método de negociação utilizado nessa paralisação do trabalho parece ter dado a tônica do que seria a atuação grevista dos fressureiros da Cabanga na primeira década do século XX: pacificidade e acordos que tentavam congregiar os interesses da categoria e dos marchantes foram ainda usados em outras ocasiões depois dessa primeira experiência.

O pontuado pelo *Jornal Pequeno* sobre a greve em questão dá o tom do que é possível observar como costumeiro nas falas da imprensa, a relação entre o consumo das fressuras e a pobreza:

tal gênero constitui um recurso para a classe pobre, que não pode sempre adquirir a carne verde e precisam também, de variar a alimentação.
Como os ovos, que o saudoso humorista Urbano Duarte disse, com razão, constituírem o salvatério (sic) de muitas famílias em casos de apuros, com visitas inesperadas, o

⁵⁹ A legislação em vigor relativa a essas formas associativas (BRASIL. Lei 3150 de 04 de novembro de 1882) dizia que não era necessária aprovação do Governo para funcionamento das mutualistas. Caso essas desejassem adquirir personalidade jurídica deveriam publicar seus estatutos, ou trechos deles, no diário oficial do estado ou em órgão de imprensa correspondente. Não há alusão na lei à necessidade de autorização de autoridade policial para o funcionamento desse tipo de instituição. Possivelmente, eram regras jurídicas locais que impunham a necessidade de autorização do Chefe de Polícia.

fígado, o coração etc., que vendedores ambulantes carregam nos tabuleiros, são muitas vezes uma providência para as donas de casa.

Com pouco dinheiro podia o homem pobre oferecer aos amigos lauta refeição, começando quase sempre por uma panelada ao almoço, prato em que as fressuras representam papel importante.

Ultimamente, porém, tal, mercadoria está sendo explorada pelos marchantes, que iam elevando pouco a pouco seu preço, a ponto de já se achar este muito exagerado. (28/08/03).

É dessa mesma fala do referido jornal o título do tópico em questão. Aparentemente, as fressuras eram um produto vendido por homens pobres para outras pessoas pobres, já que não apenas nessa ocasião os jornais dão a saber dessa particularidade.

Numa daquelas inúmeras discussões sobre a necessidade de fechamento dos outros matadouros, o argumento de que a população pobre do Cordeiro, Várzea, Caxangá e Iputinga seria prejudicada pelo encerramento do abatedouro localizado no Cordeiro, já que os fressureiros ficariam impossibilitados de carregar os produtos por tão longa distância em suas cabeças, se faz presente (DP, 25/08/1901). Esse modo de vender as fressuras, carregando-as na cabeça, foi pontuado pelo *Jornal Pequeno* na notícia sobre a greve de 1903. Destarte, a extinção do Matadouro do Cordeiro colocaria aqueles que vendiam e aqueles que compravam, “de um dia para o outro, a braço com a miséria”. Se aqueles que tinham determinados objetivos com a manutenção do referido local de matança animal sacavam o argumento de que a venda das fressuras era importante para o alívio dos pobres, provavelmente isso deveria fazer certo sentido para os contemporâneos, as discussões em relação à “questão social” davam a tônica das reflexões acerca das condições de pauperismo da população, como também das relações entre capital e trabalho.

Se no período anterior à abolição a população pobre era observada na figura dos vadios, das viúvas e dos órfãos; na República os trabalhadores urbanos também passam a integrar a massa da população pobre das cidades na interpretação dos responsáveis pelas ações filantrópicas e estatais de combate ou remediação da pobreza (ROSSI, 2017, p.4.). A pobreza deixa de ser observada apenas como passível de ajuda filantrópica e entra no rol de questões das quais deve se ocupar o Estado. Como questão de polícia nas práticas de coibição da vadiagem entre o final do século XIX e início do século XX, por exemplo; e como questão legislativa a partir da década de 1920 com a promulgação de leis sociais, como a Eloy Chaves⁶⁰, que iniciaram a construção de um sistema de proteção social para os trabalhadores. Nesse

⁶⁰ Decreto Nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923, a lei Eloy Chaves criou uma caixa de aposentadorias e pensões para os trabalhadores das ferrovias brasileiras e representa a base do sistema previdenciário nacional, pois deu início a uma série de leis que aos poucos formularam os modos como o Estado brasileiro se responsabilizaria por aposentadorias e pensões.

sentido, é interessante notar que no pós-abolição várias foram as greves de trabalhadores que tinham a carestia como pano de fundo, a elevação constante do custo de vida era a justificativa dos trabalhadores para o requerimento de melhores pagamentos. É o que aponta Luan Lima Batista (2017) ao tratar de greves dos trabalhadores da Estrada de Ferro Central da Bahia entre os anos 1892 e 1909.

Se a questão social no que tange à distribuição de riqueza e o combate ao pauperismo não parecia próxima de ter uma solução que pelo menos os pobres pudessem ter acesso a algum tipo de proteína animal que não fossem os ovos. Frederico Toscano em seu trabalho sobre as práticas alimentares na cidade do Recife (2013) atenta para o quanto o consumo de carne era unívoco no Brasil, sendo um hábito profundamente arraigado na cultura patriarcal pernambucana, presente em todas camadas sociais. O autor fundamenta sua análise na ideia do espraiamento do consumo de carne no ocidente e no quanto essa proteína passou a simbolizar poder e força:

Desde a Grécia Antiga, passando pelos romanos e até a Idade Média e além, alimentar-se tem sido uma ocasião de sociabilidade, cuja complexidade se reflete em uma hierarquização extremamente dependente de onde se come, com quem se come, por que se come e, frequentemente mais importante, o que se come. Nesse sentido, a carne, cujo consumo em excesso havia sido, anteriormente, relacionado a práticas bárbaras, passaria a ter uma proeminência cada vez maior na mesa da aristocracia feudal. A proteína animal passou a ser vista como um alimento essencial para a força física, atributo extremamente valorizado pela nobreza,... (TOSCANO, Op. Cit, p. 123).

Assim, se esse hábito alimentar for pensado dentro de seu local cultural, a premência pelo consumo de carne, mesmo que na forma das simples fressuras, se faz compreensível. O discurso constantemente defendido pelos jornais da cidade nas ocasiões de carestia das carnes verdes e greve de fressureiros é consonante com práticas alimentares presentes no mundo ocidental muito antigas.

No caso da greve que deu fim à instituição as perdas foram significativas. Em 23 de abril 1910, Manoel Francisco de Aquino (Manoel Retirante), Francisco Manoel da Silva (Brasa Viva), Eduardo Ferreira e Severino Ramos deram entrada na Casa de Detenção com a nota de desordeiros por ordem do subdelegado da Madalena (CDR, Livro de entrada e saída 4.3/ 72). Segundo o noticiado pelo *Jornal do Recife* “esses indivíduos tomaram parte nas desordens praticadas pelos fressureiros, na véspera, no 2º distrito de São José (24/04/1910). Além dos identificados acima, o jornal também fala de um José Severino dos Ramos preso junto com o grupo. Possivelmente era Severino Caraúna ou Carrauma, preso ainda dentro do Matadouro da

Cabanga por ser um dos promotores daquela parede (DP, 23/04/1910). Esses fressureiros presos não puderam ser identificados como membros da Sociedade Beneficente, e é destacável que o local de moradia de alguns deles era a Torre e a Várzea, distritos distantes dos bairros centrais da cidade, de onde eles vinham de trem todos os dias para o trabalho. Provavelmente, esses fressureiros estabeleceram o Cabanga como matadouro onde iam buscar seus fatos após o fechamento do abatedouro que existia no Cordeiro.

Dentre as seis greves analisadas nesse capítulo, essa foi uma das únicas em que pude identificar fressureiros indo parar na detenção por conta de suas ações enquanto grevistas, o que denota a singularidade dessa experiência. Diferente de outras greves que aqui serão tratadas, essa teve algumas particularidades em relação ao tom adotado pelos jornais sobre o movimento. Nas notícias publicadas pelo *Diario de Pernambuco* (23/04/1910) e *A Provincia* (23/04/1910), a paralisação é mostrada desde pronto a partir de sua não pacificidade, as desordens dentro do espaço de trabalho logo despontam como característica fundamental daquele movimento grevista. É possível que a introdução de novos sujeitos entre os fressureiros da Cabanga tenha proporcionado essa mudança de condução na greve, afinal de contas o método conciliador da Sociedade Beneficente parece ter sido esquecido nessa ocasião.

O motivo da greve foi um acordo entre administrador do matadouro, o já conhecido João Pina, e marchantes para o aumento do preço dos fatos. Os fressureiros insatisfeitos com o aumento teriam iniciado distúrbios na frente do prédio da Cabanga e tentado impedir que os companheiros vendessem o produto se dirigindo ao Viveiro do Muniz para aguardar a passagem dos que talvez tivessem intenção de continuar trabalhando. O tenente Antonio Rodrigues chefiando um piquete de cavalaria junto com o capitão Muniz de Almeida (ou José Muniz), que comandava uma força de infantaria, e o subdelegado de Santo Antônio estiveram no local por ordens do Chefe de Polícia e ao pedido do referido administrador. Foram essas forças militares as responsáveis por apreender facas dos fressureiros mencionados. Com uma repressão tão forte, o movimento parece não ter se perpetuado por mais dias, também não houve notícias sobre acordos entre as partes envolvidas. Desse modo, a greve de 1910 representou uma forte perda para categoria, primeiro pela continuidade do preço alto para o produto, como também pelas prisões efetuadas.

A legitimidade da mutualista parece ter se perdido junto com essa derrota da categoria, provavelmente em função da introdução de novos quadros que tomaram para si a condução da greve, acabando de vez com o modo de atuação adotado pela Sociedade Beneficente. Esse parece um motivo que explique o fim da mutual tão pouco tempo depois dessa experiência grevista. No entanto, também é possível pensar que se a margem de lucro desses trabalhadores

caía junto com o aumento de preço da arroba dos fatos, também deveria cair sua possibilidade de poupança e assim a manutenção de uma instituição com fins beneficentes ficaria prejudicada. Essa também me parece uma hipótese relativamente plausível para o fim da Sociedade Beneficente dos Fressureiros de Pernambuco. A justaposição das duas razões apontadas seria mais do que suficiente para a extinção da entidade.

Os trabalhadores que recorriam a esse tipo de associação deveriam ter alguma capacidade de poupança, mesmo que diminuta entre uma parcela pauperizada. Adhemar Lourenço da Silva Junior (2004) pontua que o mutualismo não foi exclusivo dos setores médios da sociedade, porém que a capacidade de poupança era necessária. No caso em questão, essa capacidade que já não devia ser das melhores foi fortemente afetada, proporcionando o aprofundamento da crise financeira da instituição. Já no ano anterior ao fechamento, a SBFP parecia não estar com seus cofres cheios, tendo vários membros em débito. Em maio de 1909, o secretário interino da instituição, Sylverio Joaquim Antunes, publicou nota n'A *Provincia* com os seguintes dizeres:

De ordem do sr. Diretor, convido todos os sócios em dia, para reunir-se na sede social no dia 5 do corrente mês, às 6 horas da tarde, para assistirem a sessão da assembleia geral e todos os sócios em atraso em liquidar seus débitos até o sai acima sob pena de serem eliminados na mesma sessão. (04/05/1909).

É necessário não perder de vista o viés securitário do mutualismo, ou melhor entender que é completamente possível conciliar uma tendência historiográfica que atenta para o papel dessas instituições enquanto seguro nas adversidades a uma perspectiva que observa o fenômeno como uma forma particular de organização dos trabalhadores (BATALHA, 2010). De modo geral, o mutualismo se demonstra um fenômeno pertencente à história do trabalho e à história do sistema previdenciário (DE LUCA, Op. cit). Essas instituições ofereciam serviços como diárias para dias de doença, auxílio médico, auxílio farmácia, funerais, instrução e assistência jurídica. Nem toda instituição congregava todos esses serviços, variando de acordo com o tipo de mutualista existente.

Paula Nomelini (2010) divide o mutualismo em alguns grupos: previdenciário, beneficente e humanitário. Mesmo não apresentando fronteiras fixas em relação aos seus objetivos, a autora analisa que tipo de trabalhadores podem ser encontrados em cada tipo de mutualista e entende que os que mais recorrem às beneficentes são trabalhadores nacionais de profissões mais instáveis, que não podiam se ausentar do trabalho com alguma segurança financeira, já que as beneficentes se prestavam melhor ao oferecimento de serviços médicos e diárias em casos de doenças aos seus sócios. Esse trabalho adota como perspectiva principal a ideia de que as mutualistas de fressureiros em Recife podem ser concebidas enquanto uma

forma particular da organização desses trabalhadores. As características de luta dessas instituições dividiam espaço com as práticas da ajuda mútua.

A partir das fontes disponíveis, não foi possível penetrar no universo associativo da Sociedade Beneficente para pensar os motivos pelos quais tão pouco tempo depois da greve bem-sucedida de 1903 a categoria sentiu a necessidade de criar uma experiência associativa e na única malsucedida houvera sua. Não seria estranho imaginar que aquelas paralisações ensejaram a ideia de que eles necessitavam de um seguro para os dias em que ficassem impossibilitados de trabalhar, como também não seria estranho que as experiências das greves tenham aproximado aqueles homens de forma mais profunda, proporcionando um espaço de maior articulação enquanto classe. De todo modo, esse tópico deseja ainda pontuar alguns elementos sobre o cotidiano da referida instituição naqueles anos.

Em junho de 1904 a Sociedade Beneficente dos Fressureiros de Pernambuco prestava contas de suas ações até o momento e dizia já ter realizado enterros de membros da família de três confrades, a esposa de José Joaquim Pereira, e os filhos de João Felipe de Sant'Anna e Antonio da Silva (A PROVINCIA, 28/06/1904)⁶¹. Os funerais eram momentos singulares no fazer-se das mutualistas, tendo em vista a importância de um funeral na indicação do status dos ofícios (BATALHA, 1999), talvez por isso era importante publicar na imprensa esse tipo de realização da sociedade, diferente de outros tipos de auxílios.

A importância dos enterramentos precisa ser entendida além da indicação do status dos ofícios, entretanto. O bem morrer dizia do quanto o indivíduo estava preparado para aquele momento de passagem para outro plano, para o momento da separação do mundo dos vivos. Tratando do momento de transferência dos enterramentos das igrejas para o cemitério público de Santo Amaro, Vanessa Sial (2005, capítulo 4) pontua o apego das irmandades e ordens terceiras na ritualização desse momento da vida. Mesmo com os enterros fora das igrejas, essas instituições continuaram a ter papel fundamental na preparação dos ritos fúnebres. Nesse sentido, participar de instituições mutualistas que promoveriam um enterro digno para si e seus familiares conferia essa necessária preparação para morte. Esse elemento de *ethos* mutualista pode ser apontado como uma reminiscência das irmandades.

Em março de 1906 a beneficente anunciava sua festa de aniversário de três anos n'A *Provincia* (20/03/1906). As comemorações envolviam uma missa na igreja Matriz de São José. Na sede da instituição aconteceriam sessão magna e ladainha de graças a São José, padroeiro da instituição. As continuidades das tradições das irmandades pareceram ainda reverberar na

⁶¹ Em relação aos socorros só pude identificar a realização de funerais.

instituição, ao ponto de um vocabulário comum àquelas ainda ser usado pela beneficente. É o caso, por exemplo, do uso da expressão “irmão diretor” em declarações na imprensa. Novamente a instituição festejava a passagem de mais um ano de sua existência (DP, 18/03/1908). O ritual era o mesmo do aniversário antes mencionado, missa pela manhã na Matriz de São José e sessão magna à noite na sede da instituição. A festa terminaria novamente com uma ladainha cantada em homenagem ao padroeiro da instituição. O papel da religiosidade católica nas instituições de cunho mutualista é sempre colocado em evidência nos trabalhos sobre o fenômeno, principalmente pensando no quanto essas instituições debitavam a uma cultura de ajuda mútua proveniente das irmandades católicas. Essas últimas teriam sido fundamentais para emergências das mutuais, mesmo que não seja possível falar que deram origem ao mutualismo (SILVA Jr, 2004; MARTINS, 2014). As corporações de ofício, proibidas de funcionar em 1824, também se apresentam nesse esteio como contribuintes das mutuais.

Outro exemplo de ritualização das práticas associativas é o uso do estandarte como um dos principais símbolos, como aponta Claudio Batalha. O cotidiano de celebrações das instituições de trabalhadores estava permeado por esses rituais diversos. Os fressureiros do Recife também se mostram conectados a essa ritualização do cotidiano de celebrações quando, por exemplo, ocorreu o desastre do Encourçado Aquidaban (A PROVINCIA, 28/01/1906).⁶² Na ocasião a Sociedade Beneficente dos Fressureiros de Pernambuco decretou luto de 8 dias, içou seu estandarte a meio pau e nomeou uma comissão composta pelos consórcios Lourenço José de Sant’Anna, Luiz Ferreira da Silva e Manoel Macena da Luz para acompanhar as missas em homenagem aos mortos daquela tragédia. É possível dizer que a instituição buscava fazer parte de momentos significativos, tentando pontuar suas posições frente a momentos de grande repercussão social enquanto associação. Essas homenagens também foram prestadas por outras instituições de trabalhadores da cidade, o ritual em questão fazia parte de como essas instituições entendiam que tributos deveriam ser prestados aos mortos num grande desastre. Esse mesmo tipo de ritual pode também ser observado na ocasião da morte de Joaquim Nabuco em 1910. No cortejo do corpo, os fressureiros da instituição estiveram presentes (DP, 19/04/1910).⁶³ Além desses exemplos, as já mencionadas festas de aniversário das instituições também fazem parte da ritualística das instituições.

⁶² Esse foi um dos maiores naufrágios da Marinha brasileira depois de um paiol explodir e o navio partir ao meio. Na ocasião 212 tripulantes da embarcação vieram a óbito.

⁶³ O Diário de Pernambuco fez questão de mencionar que muitos eram os homens de cor que acompanham o cortejo do corpo.

E se esses rituais dizem do quanto essas instituições de trabalhadores estiveram ligadas a tradições mais antigas de associativismo, também é necessário pensar esse modo de mostrar-se socialmente, projetando uma imagem do que eram as associações e seus membros, como parte de um modo específico de fazer política desses setores da classe trabalhadora. O associativismo fundamentado em laços de solidariedade e fraternidade, devedor das experiências das irmandades e confrarias católicas, foi essencial na criação do movimento operário pernambucano.

A sede da instituição funcionava na rua Imperial- São José, número 216H, durante o ano de 1906. Em 1908 a Sociedade Beneficente funcionou em outro endereço, rua 89, antiga do Imperador- Santo Antônio, número 206. Necessário atentar para a singularidade das sedes como espaços de sociabilidade e lugar de constituição e manutenção de identidades (LEUCHTENBERGER, 2012), como também esses festejos como momentos de fortalecimento de laços sociais. Em apenas sete anos de existência, a Sociedade Beneficente dos Fressureiros de Pernambuco teve duas sedes diferentes, possivelmente os prédios onde funcionavam não eram próprios. Rafaela Leuchtenberger (Op cit, p.66) menciona o desejo de conquista de sede própria das sociedades de socorros mútuos de Florianópolis como possibilidade de abrangência dos serviços fornecidos, como também para efetivação dos projetos das instituições, como por exemplo a formação de escolas e bibliotecas.

A diretoria da Sociedade Beneficente dos Fressureiros de Pernambuco era composta pelos seguintes cargos: diretor e vice-diretor, 1º e 2º secretários, tesoureiro, procurador, orador, membros do conselho, membros da comissão de contas, membros da comissão de beneficência e membros da comissão de sindicância.⁶⁴ De 40 nomes de membros daquela instituição, apenas 3 não puderam ter suas participações em alguma das diretorias identificada. 8 fressureiros dos 37 participantes das mesas tiveram passagens na Casa de Detenção do Recife e assim fazem parte do quadro sociorracial traçado no capítulo anterior.⁶⁵ Dentre eles, apenas Pedro Avelino de Souza foi identificado enquanto branco. Em 1906 ele fez parte da mesa enquanto adjunto na comissão de sindicância e em 1910 fez parte do conselho. Angelo Possidonio de Barros, pardo, esteve na comissão de contas da instituição como relator em 1906 e em 1910. José Mathias do Carmo teve o cargo de 2º secretário em 1906. Francisco José do Nascimento foi vice-diretor em 1906. Todos esses aparecem como pardos na documentação. Lourenço José de Sant'Anna, pardo escuro, foi diretor da instituição no ano de 1905. João Simplicio de Sant'Anna é

⁶⁴ Ver Anexos II e III para visualização dos integrantes das diretorias.

⁶⁵ Imagino que outros nomes da lista de nomes encontrados nos livros da CDR podem também ter participado na instituição, como também das mesas diretoras. Na impossibilidade da certeza, trabalho com a amostra mencionada.

apresentado enquanto preto fulo e fez parte do conselho no ano de 1906. Necessário dizer que o sobrenome Sant'Anna não era coincidência, os dois últimos fressureiros eram irmãos (DP, 30/11/1901; JR, 30/11/1901). Sendo assim, indivíduos pretos e pardos ocuparam cargos de destaque na instituição, inclusive enquanto seus dirigentes máximos.

A proeminência de Lourenço José como liderança entre os fressureiros se refletia em situações que iam além de sua escolha como diretor da SBFP. Em fevereiro de 1907 ele se envolveu em luta com o marmorista Guilherme Felipe Santiago na Estrada dos Remédios (JP, 22/02/1907; DP, 22/02/1907). Tendo saído bastante ferido do conflito, foi conduzido à enfermaria da Casa de Detenção “com grande acompanhamento”. “Na rua Imperial, na altura do 2º chafariz, esperavam-no mais de 100 pessoas, inclusive muitos fateiros”. Alguém capaz de mobilizar essa quantidade de pessoas certamente era uma figura importante entre aquela população.

A construção da Sociedade Beneficente dos Fressureiros de Pernambuco esteve inserida num contexto em que a organização se fazia necessária para o atendimento não apenas das demandas mutualistas, mas também as de reivindicação classista. A trajetória de criação e dissolução da entidade é bastante demonstrativa dessa constatação. O enfrentamento da pobreza aparece nesse sentido em duas frentes que se coadunaram perfeitamente no fazer da categoria dos fressureiros. Os socorros possibilitavam a institucionalização de solidariedades e as greves os ajudavam a enfrentar as constantes flutuações nos preços das carnes na cidade.

4.2 Ainda sobre o *Modus Operandi* da Sociedade Beneficente dos Fressureiros de Pernambuco

La quanto a concitas leves,
 (Salvo seja) agora lembro
 As formidosas greves
 Havidas, creio, em dezembro;
 As cigarreiras em grita,
 Adeus cigarro, adeus fumo,
 Ai, que saudades infinita,
 Saudade, muda de rumo...
 E a greve dos fressureiros,
 E o mais que o diabo leve!
 Pulem dai mil greveiros
 Quero fazer uma greve!
 [...] (JR, 27/02/1906)

A música de carnaval acima publicada no início do ano de 1906 parece quase uma premonição do que viria a acontecer no novembro seguinte: muitos foram os “greveiros” na cidade, incluindo os fressureiros citados na cantiga da folia. A ligação da Sociedade Beneficente

com outras instituições de trabalhadores na cidade é a principal preocupação desse tópico do texto, já que a intenção aqui é dizer de que maneira a categoria e essa instituição fizeram parte de um contexto mais amplo de organização da classe trabalhadora recifense, no caso a partir da greve geral de 1906.

No dia 7 de novembro daquele ano uma greve de estivadores irrompeu na cidade, tendo a já citada União dos Estivadores papel fundamental na articulação da paralisação. Os trabalhadores empregados no transporte de cargas no porto demandavam o aumento do pagamento, como um ajuste das horas de trabalho. Também a atuação do Centro Protetor dos Operários na questão foi fundamental, principalmente na figura de um de seus membros, o pedreiro Samuel Vieira. Durante uma semana os estivadores permaneceram em greve, tendo sido a ação da polícia crucial para o encerramento da paralisação com a prisão de alguns trabalhadores, entre eles o referido pedreiro (DP, 17/11/1906). Como também, o acordo entre o governo do estado e o operário João Ezequiel, dirigente do Centro Protetor dos Operários, no qual a greve cessava em função da soltura dos trabalhadores presos, sinalizando o alinhamento entre o governo e o Centro (AZEVEDO E SOUZA, Op Cit, p. 184).

Samuel Vieira da Cunha, Severino José do Nascimento, Manuel Amaro da Silva e Antonio de Lima foram os detidos. Segundo artigo do *Diario de Pernambuco*, eles foram presos enquanto voltavam da derradeira tentativa de acordo com os proprietários dos armazéns. A vontade de fazer valer a tabela de horários e valores das diárias estipulada pela categoria ainda não tinha acabado depois de mais de 1 semana de greve dos estivadores. É bom notar que Samuel Vieira e Antonio de Lima eram membros do Centro Protetor dos Operários, o primeiro era pardo e pedreiro, o segundo preto e sapateiro. Manuel Amaro, por sua vez, é identificado como pardo e jornalista. O único estivador do grupo era o preto Severino José.

O jornal ainda fez questão de mencionar o modo como se vestiam e o que aqueles trabalhadores carregavam consigo no momento da prisão, tentando expressar assim a identidade social daqueles sujeitos. Todos usavam gravata, excetuando Samuel Vieira que era conhecido por usar um lenço vermelho (ligação com a imagética socialista?). Também era ele que tinha no bolso um telegrama da União dos Estivadores carioca, seu título de eleitor e uma cópia dos estatutos da União dos Estivadores. Ao carregar consigo esses objetos, Samuel Vieira trazia para si elementos materiais que remetiam à identidade do que era ser um trabalhador comprometido com uma causa política e o que era ser cidadão. Necessário lembrar que desde agosto daquele ano, a categoria congênere promovia uma greve no Rio de Janeiro, da qual saiu vencedora, tendo sua conclusão se realizado em janeiro de 1907 (ARANTES, 2010, p.75-76).

Essas sociedades estavam se articulando a nível nacional na promoção de ações por melhores condições de trabalho e salário. O papel representado pelo operário Luiz Gonzaga de Albuquerque nessa paralisação remete a evidências dessas articulações. Exemplo disso é a participação do Centro Protetor dos Operários no Congresso Operário de 1906, realizado no Rio de Janeiro. Luiz Gonzaga teria chegado poucos meses antes daquela cidade e seria o promotor da greve que pleiteava um ajuste dos turnos de trabalho e valores mais altos para as diárias. Sua prisão logo no primeiro dia de parada foi motivo suficiente para que os estivadores corressesem a fazer protestos nada pacíficos em prol de sua soltura (DP, 08/11/1906).

O papel do Centro Protetor dos Operários de apoio à União dos Estivadores, como também suas articulações no engajamento de outras categorias, ajuda a entender a função satélite desempenhada pela instituição. Felipe Azevedo e Souza diz que o Centro foi a mais importante associação de trabalhadores no período em Pernambuco e que ela aglutinava mutualismo e resistência. Segundo ele,

As características da formação peculiar dessa entidade, com seus limites e possibilidades, foram até então muito pouco estudadas, mas, podem vir a abrir perspectivas sobre variados aspectos do trabalho no Brasil da virada do século, principalmente em relação as possibilidades e projeções que os trabalhadores nutriam em relação à política institucional, o papel da consciência de classe e mesmo o peso de problemáticas raciais no pós-abolição. (AZEVEDO E SOUZA, 2018, p. 74).

A instituição através de seu jornal, o *Aurora Social*, dizia de suas articulações internacionais e de seu viés ideológico, o socialismo científico. Além disso, o autor trata da figura do operário negro João Ezequiel como principal líder operário do período no estado, como também de suas articulações dentro da política institucional. É esse o operário que discursara naquela festividade da União dos Estivadores mencionada no início desse capítulo, como também é ele o responsável pelas negociações com o governador Sigismundo Gonçalves para soltura dos trabalhadores presos no último dia dessa greve de 1906.

O autor ainda fala da adoção da linguagem socialista como importante para que os trabalhadores negros se organizassem enquanto coletividade a partir de princípios de igualdade. Durante as incursões do *Diário de Pernambuco* à sede da União dos Estivadores, o jornal tentou ressaltar alguns pontos que denotam o modo como símbolos do socialismo eram presentes na instituição. Haveria lá um quadro com os seguintes dizeres: “Proletários, vós sois pequenos porque estás de joelhos. Desconfiai dos conselhos do capital que são sempre maléficos” (DP, 11/11/1906).

Quando escrevera sua dissertação de mestrado, Antônio Paulo Rezende (1981) interpretou que a paralisação se tratava apenas de uma greve dos estivadores, pontuando quão inócuas foram as reivindicações, sem dar-lhe o sentido de greve geral. No estado a primeira

greve a congregar diversas categorias de trabalhadores, proporcionando a parada de vários setores produtivos teria sido a greve de 1909. Já Felipe Azevedo (2018) pontua logo de início o caráter geral dessa greve e aponta, a partir dela, o modo de atuação do Centro Protetor dos Operários, na articulação do movimento, como também no papel de mediação exercido com o governo do estado na figura do governador Sigismundo Gonçalves.

Iniciada com os estivadores, a greve foi ao longo de uma semana ganhando aderências de variadas classes de trabalhadores. Padeiros, carroceiros, talhadores, cocheiros da Ferro Carril, carregadores da *Great Western*, operários de algumas fábricas, entre outros, participaram da paralisação em solidariedade aos estivadores e aproveitando, em alguns casos, para demandar em causa própria, como foi o caso dos talhadores. Com nota escrita no dia 10 e publicada no dia 11 n'A *Provincia*, esses trabalhadores da carne “aderem aos seus colegas da luta pelo trabalho a greve para melhor orientação dos seus direitos pecuniários e sociais assim como comunica aos srs. marchantes que não abata suas rezes para não haver prejuízos” (11/09/1906). Algumas horas antes da escrita dessa nota pública, em reunião na sede da Sociedade 5 de Novembro dos Talhadores, um convite foi enviado aos estivadores da União para que participassem do encontro que viria a ensejar a entrada dos talhadores na greve (DP, 11/11/1906).

Acredito ser possível dizer que os fressureiros também participaram dessa reunião, já que alguns dias mais tarde viriam declarar que sua entrada na paralisação dizia da solidariedade prestada aos talhadores. A aderência dos fressureiros à greve deve ter se dado de forma precisa no dia 11 em reunião acontecida no Centro Protetor dos Operários. Por muitos dias as categorias de trabalhadores grevistas se encontravam na sede do Centro, era ali o local de articulação do movimento, além da sede da União dos Estivadores.

Durante aqueles dias, o matadouro da Cabanga e o mercado de São José estiveram bem guarnecidos pela polícia. Os boatos eram muitos sobre a ocorrência de violências diversas, e era interesse garantir a matança do gado, mesmo que em número diminuto e a venda dos produtos no mercado. Os talhadores e fressureiros em greve não podiam entrar no prédio do matadouro, tampouco do mercado. A estrada da Cabanga estava sendo guardada para evitar o assalto de grevistas. O trabalho dos magarefes continuava e naqueles dias muitos dos marchantes se encarregaram eles mesmos da vendagem das carnes nos talhos do mercado e nos particulares. Alguns tiveram seus serviços mais afetados que outros, com mais funcionários parados e a impossibilidade de escoar a produção. No Mercado de São José havia a expectativa de assalto por parte dos grevistas e consequentes violências. No dia 13 outra dessas notícias que nunca se pode ter certeza de onde se iniciou ecoou naquele espaço de venda. A notícia de que

os marchantes Liberato de Souza e Francisco Lemos, duas figuras bem conhecidas do mercado de carnes e já conhecidas do leitor desde o primeiro capítulo, teriam sido assassinados circulou bastante, mas logo foi desmentida. Essas situações dão ideia do clima de tensão que atravessou o universo das carnes naquela semana.

Parece não ter sido boato, porém, uma agressão sofrida pelo fressureiro Manoel Nascimento quando este saía do matadouro e se dirigia à linha férrea São Francisco (JR, 14/11/1906). De acordo com o *Jornal do Recife*, um grupo de 20 grevistas agrediu aquele fiteiro, destacando-se entre os agressores Severino Vicente de Lima, Pedro Lopes e Manoel Pão-duro. Sob a proteção de João Pina, o administrador do matadouro, a polícia foi chamada para que o agredido fizesse sua queixa. Manoel Nascimento pertenceria àqueles que estavam a trabalhar nos dias da greve.

Entre os dias 13 e 14, talhadores retomaram suas atividades no Mercado de São José e demais talhos, mas não sem antes tentarem negociar algumas exigências. Como condição para voltar ao trabalho, eles pediam a demissão do capataz Cosme Florentino e a retirada das forças policiais que permaneciam no prédio do mercado. Não foram atendidas as demandas, mas já no dia 12 eles sinalizavam para as demais classes sua retirada da greve, a decisão de volta ao trabalho já estava tomada, mas ainda tentaram algumas manobras. As ameaças de demissão já deviam estar acontecendo, tanto é que nos dias que se seguiram a greve, vários foram os talhadores demitidos pelos marchantes (DP, 15/11/1906). Felipe Azevedo (Op. Cit, p. 184) pontua a não existência de demissões nesse movimento grevista, muito possivelmente em função da postura adotada pelo governo do estado em relação ao Centro, no entanto talhadores foram afetados em seus empregos por terem participado da greve, possivelmente o historiador se referia aos promotores iniciais da parede, os estivadores.

Frente a um cenário de guarnição constate dos espaços onde poderiam fazer ecoar suas vozes, mercado e matadouro, e ameaças de demissão, aqueles trabalhadores decidiram se retirar da greve. Frente à ameaça aos seus direitos sociais, talhadores e fressureiros se retiravam da greve em um ajuste entre as sociedades beneficentes de cada categoria, a Sociedade Beneficente 5 de Novembro e a Sociedade Beneficente dos Fressureiros de Pernambuco. Além dessa decisão entre trabalhadores, foi necessária também uma negociação com o administrador do matadouro, João Pina.

Tentando esclarecer o ocorrido ao fressureiro Manoel Nascimento, uma comissão de fressureiros da Sociedade Beneficente afirmou ao administrador João Pina que não teriam sido os fressureiros da instituição os responsáveis pela agressão, mas sim miudeiros estranhos (DP, 14/11/1906). A greve violenta era tipificada pelo Código Penal de 1890 como crime, sendo

assim os fressureiros da SBFPP estiveram ao longo dos anos de sua atuação tentando se desvencilhar da possibilidade de serem enquadrados criminalmente. Na mesma ocasião, a comissão, que era composta por Luiz Ferreira da Silva (diretor), Thomaz de Aquino Ferreira (tesoureiro), Silverio Joaquim Antunes (relator da comissão de sindicância) e Lourenço José de Sant'Anna, disse que ia continuar a venda das fressuras e apresentou uma declaração feita pela secretaria da Sociedade Beneficente 5 de Novembro (União dos talhadores) como justificativa para essa volta ao trabalho:

Secretaria da Sociedade Beneficente 5 de Novembro- Em 12 de novembro de 1906. Illm. Sr. Presidente e mais membros do conselho administrativo da Sociedade B. dos Fressureiros da Cabanga.

Tomando esta corporação a deliberação de voltar ao trabalho, vem respeitosamente comunicar-vos que podeis continuar em vossas lutas, de amanhã por diante, para melhor orientação e progresso de nossos direitos e assim com a força e atividade para não deixar fracassarem os nossos direitos sociais e vos pedimos a participação de todo ocorrido de anteontem para cá.

Nestes termos. Pede deferimento.

A diretoria- Secretário interino, Anselmo Gomes da Silva. (Idem)

Fressureiros e talhadores retiraram-se da greve dizendo que saíam para melhor orientação de seus direitos. O entendimento de que para aquelas categorias o melhor seria ausenta-se da greve chegara, mas sem com isso deixar de entender que a luta era necessária como também com o desejo de continuar a par dos caminhos daquela greve.

Tanto nessa fala de saída da greve feita em acordo com os fressureiros, como na nota de entrada na paralisação citada páginas atrás, esses trabalhadores diziam estar lutando por seus direitos sociais. Dentro do quadro geral de direitos da República, a existência do direito de associação parecia fundamental a esses homens, já que só associados poderiam pleitear seus demais direitos sociais, como educação e previdência. É necessário pontuar que as associações mais diversas fizeram parte de um quadro de construção muito específico da sociedade civil, sendo as mutuais um ótimo exemplo de como essas associações funcionaram como espaços de luta por direitos e obtenção de conquistas (VISCARDI, 2011). O direito de associação permitia um exercício da cidadania que se alargava com a jovem República brasileira, já que esta diminuiu a regulamentação dessas entidades, ao mesmo tempo que foi responsável por incentivar que organizações de trabalhadores permanecessem como entidades de ajuda mútua e não se transformassem em sindicatos.

Tendo em vista a inexistência de sistema previdenciário, como também a pequena quantidade de escolas oferecidas pelo poder público, a organização em associações de cunho mutual foi para muitas pessoas naquele período uma forma de garantir esses serviços, entendidos também enquanto direitos. No caso dos fressureiros e dos talhadores, os direitos

sociais que eles conclamam parecem dizer da capacidade de organização⁶⁶, pois era a partir dela que esses trabalhadores tinham possibilidade estendida de barganha dentro do mercado de trabalho. Principalmente no caso dos fressureiros, esse poder de associação aponta para uma possibilidade maior de controle do mercado de trabalho.

Petrônio Domingues (2014) tratando das associações negras do Rio de Janeiro entre a 1888 e 1930 observa que essas entidades foram espaços para construção de identidades, luta por direitos, empoderamento e igualdade. Estas associações teriam atuado não apenas na demanda pelo cumprimento dos direitos civis, mas na reivindicação de direitos políticos e sociais; já que a equiparação jurídica trazida pela Abolição que garantia cidadania a todos não foi suficiente, os dispositivos que fundamentam essa igualdade precisavam ser solidificados.

Floresceu no Rio de Janeiro um associativismo negro com bases raciais em vários aspectos semelhante ao paulista no decorrer da Primeira República, de sorte que ali os libertos e seus descendentes erigiram agremiações, tanto de caráter recreativo e religioso quanto de cunho político e social. Retóricas de igualdade racial foram articuladas no bojo de ações coletivas de auxílio mútuo, de plataformas no campo de direitos e cidadania, de negociações em prol de demandas sociais, políticas e culturais, de intervenções nas estruturas formais de poder, em suma, no âmbito de sonhos e expectativas de inclusão social, reconhecimento e plena participação na vida nacional. (DOMINGUES, 2014, p. 271-272).

Também nesse sentido de construção de identidades e busca por direitos entendo a ação coletiva dos fressureiros do Recife, como aponta toda uma historiografia que trata do fenômeno mutualista entre trabalhadores. Mesmo que sem a mesma conotação racial fundante das instituições estudadas por Petrônio, é possível dizer que as organizações de trabalhadores aqui estudadas tinham uma pauta semelhante no que tange a busca por seus direitos sociais, principalmente se o perfil sociorracial desses trabalhadores for colocado em questão. Num país onde a abolição completava 18 anos em 1906, os fressureiros e talhadores do Recife que se envolveram naquela greve geral talvez tivessem demandas similares às associações negras do Rio de Janeiro mais ou menos do mesmo período.

Necessário pontuar que a presença dos fressureiros na greve deve ser ponderada em função da própria leitura que aqueles trabalhadores faziam da paralisação. Falando em nome da Sociedade Beneficente dos Fressureiros de Pernambuco, o secretário interino na ocasião Manoel Angelo Silva dizia que “não fizemos greve e sim deixamos de trabalhar por estarmos unidos com a União dos talhadores e as demais sociedades” (A PROVINCIA, 13/11/1906). Qual a diferença de fazer greve e deixar de trabalhar em solidariedade aos demais

⁶⁶ Necessário lembrar que a Sociedade Beneficente precisou de permissão da Chefatura de Polícia para seu funcionamento, sendo assim não parece ilógico imaginar que aqueles trabalhadores frente as denúncias de que haviam se juntado para intimidar um “fura-greve” temessem pela retirada da permissão de funcionamento da associação.

trabalhadores? Não era a primeira vez que a instituição interpretava uma paralisação do trabalho como não greve. Fica claro que parar de trabalhar sem para pleitear melhores preços pelas fressuras não caracterizava uma greve no entendimento da Sociedade Beneficente.

No entanto, escamotear uma greve com outros adjetivos poderia ser uma estratégia para fugir de possíveis sanções dentro do espaço de trabalho do matadouro. Em outubro do ano anterior várias foram as vezes que os jornais da cidade, principalmente o *Jornal Pequeno*, deram a saber sobre reses doentes do marchante Liberato de Souza que estavam sendo abatidas. Ora era um animal tuberculoso, ora um hidrófobo. Uma dessas denúncias vinha acompanhada da notícia de que por se achar contaminada a carne, os fressureiros tinham parado de trabalhar, se recusando a tirar os fatos do matadouro (JP, 17/10/1905).

A questão que nos dias seguintes se delinearía girava em torno do que efetivamente tinha sido aquela parada dos fressureiros. O marchante Liberato de Souza acusava que as denúncias sobre seu gado doente abatido eram na verdade desculpa para uma greve dos fressureiros (JR, 18/05/1905). Estes se defendiam da acusação de greve usando a seguinte afirmação

Os fressureiros desta cidade, tendo deparado com uma publicação no Correio do Recife de 18 do corrente, alegando que tinham eles feito greve, protestam contra essa asserção.

Não fizemos greve, nem pedimos abatimento no preço das fressuras e: não as tiramos porque os fregueses declararam que não comprariam devido ao boato de se ter abatido um boi mordido por cão hidrófobo. (A PROVINCIA, 20/10/1905)

Se os fressureiros efetivamente promoveram uma greve em 1905 ou se tudo não passou de uma precaução contra possíveis prejuízos advindos do boato é difícil de saber. É correto, porém, afirmar que entre a problemática higienista da questão, os jornais também noticiaram que aqueles trabalhadores estavam pedindo menores preços pelo produto. Segundo o *Jornal Pequeno*, a demanda era de um rebaixamento de 5\$000 para 3\$000 por arroba de fato (18/10/1905). Liberato de Souza afirmava que o tal boato havia sido propalado por aqueles trabalhadores depois de não terem esse pedido atendido. Para corroborar o que dizia, o marchante apelava para seus bons métodos de criação animal e a impossibilidade de que o médico do matadouro deixasse gado doente ser abatido. Para Liberato, tudo não passava de uma estratégia dos fressureiros e do espírito invejoso de seus competidores que não possuíam um aparelhamento tão moderno quanto o seu (A PROVINCIA, 29/10/1905). Válido lembrar que esse era o marchante que lá pelos idos de 1909 aparecia na imprensa em altercações com seu colega de profissão da freguesia do Poço, Antônio Martins.

Evidentemente o boato de que animais contaminados por qualquer espécie de doença estavam sendo abatidos no matadouro municipal podia gerar medo nas pessoas a ponto de fazer

elas deixarem de adquirir por alguns dias aquele tipo de proteína animal, ou no melhor dos casos tentarem negociar um preço menor pelo produto que não parecia totalmente seguro. Num momento em que a preocupação com o estabelecimento de práticas higiênicas demonstrava sua força na execução de políticas públicas, também os agentes detentores daquele comércio se viam obrigados a atender aquelas regras, pelo menos seus elementos públicos. O modo como o apelo ao discurso higienista estava sendo utilizado naquele momento na cidade fomentava um universo de disputas, que no caso em questão teria auxiliado os fressureiros em suas possíveis reivindicações por melhores preços dos fatos.

Também é correto dizer que, apontando para realização de uma greve, divergências entre os trabalhadores ocorreram naqueles dias de outubro. O já mencionado, Pedro Avelino de Souza, membro da Sociedade Beneficente, se envolveu numa briga com Manoel Amaro Cavalcanti, conhecido como Manoel Bruto (JP, 19/05/1905; JR, 20/10/1905; A PROVINCIA, 20/10/1905). Na Estrada dos Remédios (ou na Estrada da Boiada) em Afogados, os dois discutiram. Pedro Avelino, que também era conhecido como Pedro Fateiro, atirou o tabuleiro de fressuras de Manoel no chão, que acabou levando a pior na vindita subsequente, saindo com uma facada no braço esquerdo. Joaquim Avelino, fressureiro e cunhado de Pedro, também participou daquele episódio. Segundo o relatado pelo *A Provincia*, a discussão entre aqueles homens teria se dado em função da greve de fressureiros em curso. Enquanto Pedro Avelino pertencia ao grupo que parou as atividades, Manoel Bruto continuava a vender o produto. A atitude de Pedro parece apontar para a tentativa de impedir que a greve fosse furada.

Quando a Sociedade veio a público informar a não realização de greve pela categoria, fica explícita a ênfase na afirmação de que ninguém teria sido ameaçado e aqueles que continuaram a trabalhar vendendo os fatos a preço irrisório, não faziam parte da classe dos fressureiros. Era Manoel Bruto um desses que não faziam parte da classe dos fressureiros segundo a visão da entidade? Ainda nesse momento de justificação da categoria, os nomes do capitão Claudino, João de Azevedo e José Simões vieram à lume. Os trabalhadores alegavam a esses senhores que não pediram abatimento do preço dos fatos. Se bem lembra o leitor, Claudino era o preposto entre marchantes e fressureiros, aquele que intermediava as negociações das fressuras. Mais uma vez fica evidente a negação da greve como uma saída para evitar possíveis medidas repressivas dentro do matadouro.

É perceptível um trabalho discursivo dos fressureiros em duas frentes nesse episódio de 1905: primeiro eles tentavam desqualificar aquela paralisação enquanto greve como estratégia para não sofrerem sanções daqueles que dominavam o mercado de carnes verdes; segundo eles tentavam atribuir aos que venderam fressuras naqueles dias uma ilegitimidade quanto à classe.

Essa segunda estratégia do grupo é significativa do modo como trabalhadores avulsos tentaram organizar o mercado de trabalho. O favorecimento nesse sentido era dado àqueles que pertenciam às entidades de classe, e muitas vezes esses trabalhadores tentaram articular sistemas de *closed shops*, como no caso dos portuários em tantas cidades pelo mundo⁶⁷.

Num universo de trabalhadores não qualificados, onde a entrada constante de nova mão-de-obra é capaz de desvalorizar significativamente o valor do trabalho desempenhado, a tentativa de fechamento de mercado por parte dos trabalhadores se apresenta como uma saída comum. Maria Cecília Velasco e Cruz (2012), estudando os integrantes da Sociedade Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café do porto do Rio de Janeiro, pontua a ação coletiva desse sindicato no controle do mercado ao se impor como prestador de serviço aos patrões, fechando o mercado àqueles não pertencentes à entidade. Ainda nesse sentido, a regulação de seus membros feita pela Resistência aparece como forma de autodeterminação, uma forma de exercício da liberdade no coletivo, na tentativa de impedir as práticas repressivas da polícia. Impor determinado grau de respeitabilidade aos ganhadores da instituição era também uma estratégia da entidade tentando burlar os estigmas que atravessavam as vidas daqueles homens.

Ao se defenderem das acusações de que andavam a ameaçar pessoas por ocasião de uma greve, como quando deslegitimavam os que trabalharam enquanto eles decidiram parar o serviço, os fressureiros pertencentes à Sociedade Beneficente construía um discurso na tentativa de impor-se enquanto os legítimos vendedores de fatos da cidade, ao mesmo tempo que tentavam manter suas conexões com aqueles que desempenhavam papel de destaque no comércio das fressuras. Assim, parar de trabalhar enquanto diziam que o que estava em curso não era uma greve aparecia como uma boa estratégia para manutenção de determinadas vantagens dentro do matadouro. Ao tentarem se designar como os legítimos fressureiros, os membros da Sociedade se colocavam em uma posição de maior confiança e respeitabilidade, tratava-se assim de uma estratégia de fuga de determinados estereótipos na tentativa de impedimento da possível repressão policial como também na perda de status dentro de seu espaço de trabalho.

A organização em instituições de cunho mutualista não foi um empecilho para o entendimento e atuação dos fressureiros enquanto classe. Na verdade, é possível dizer que a

⁶⁷ Estratégia adotada geralmente por trabalhadores portuários que se juntavam em entidades de classe, sindicatos na maioria. A tentativa era de impedir que trabalhadores de fora do sindicato conseguissem trabalho nos espaços do porto, fossem contratados para diárias. O sindicato fazia assim um acordo com os patrões na intenção de controlar a oferta de mão de obra, impedimento a desvalorização dos salários.

instituição de uma sociedade beneficente, que ao mesmo tempo que promovia socorros em momento de adversidade também atuava na articulação de demandas de resistência, foi o método encontrado por aqueles trabalhadores para ver suas condições materiais melhoradas. Também é possível dizer que a articulação com outras entidades de trabalhadores, como os talhadores e o Centro Protetor dos Operários, demonstra a capilaridade dos fressureiros enquanto categoria de trabalhadores; eles estavam conectados com as discussões e lutas que eram travadas pela classe trabalhadores na cidade de forma bastante ampla.

4.3 A União Montepio dos Fressureiros do Recife e as greves da década de 1910

Como mencionado, a greve de 1910 aparece como marco temporal do término da primeira experiência associativa da categoria dos fressureiros. A introdução de novos elementos humanos no espaço da Cabanga e no domínio do comércio de fressuras, como também os novos caminhos trilhados pelos movimentos de trabalhadores na cidade apontam para uma distinção entre as paralisações realizadas nas duas décadas cobertas por essa pesquisa. Destarte essas diferenças, a criação da segunda experiência associativa também esteve ligada aos rumos grevistas da categoria. As paralisações do trabalho realizadas em 1912 e 1916 tematizadas nesse tópico representam a atuação da União Montepio dos Fressureiros do Recife⁶⁸.

Apenas dois relatos sobre a greve de 1912 puderam ser localizados, o que é estranho pois a greve teria se iniciado em 31 de dezembro de 1911 e até pelo menos o dia 5 de janeiro ela ainda transcorria. De acordo com o *Jornal do Recife* (05/01/1912), a greve havia se dado pelo aumento do preço dos fatos. Os marchantes argumentavam não poder baixar o preço por conta do alto preço do gado e assim o empasse estava formado, tendo os fressureiros resolvido apelar ao prefeito Eudoro Correia, caso o problema não fosse resolvido no final de semana subsequente. Também era intenção dos marchantes a não fixação de um preço, pois a variação de tamanho das reses impossibilitaria esse tipo de ajuste. O preço imposto pelos marchantes variava entre 12\$000 e 14\$000, mas os fressureiros exigiam que o preço fosse fixado em 7\$000, o mesmo preço demandado em 1903. Possivelmente, essa era uma forma de barganhar com seus opositos na intenção de obter os melhores acordos possíveis.

Necessário lembrar que a nova administração do matadouro havia iniciado em dezembro de 1911, pouco depois das mudanças de governo estadual e municipal (JP, 22/11/1911). A entrada de Antonio Florentino Abreu do Rego dava fim ao longo período em

⁶⁸ Necessário ressaltar que montepios são um gênero das mutuais, distinguindo-se das beneficentes pela possibilidade de conferir empréstimos aos seus associados.

que João Pina esteve à frente da Cabanga. Durante a administração anterior, os fatos não estavam sendo vendidos diretamente aos fressureiros pelos marchantes, havia um arrematante geral que impunha preço à mercadoria e estabelecia os preços mencionados acima (Idem, 04/01/1912). Como agora iam comprar a mercadoria diretamente dos produtores, talvez não fizesse sentido a manutenção do mesmo preço para aqueles trabalhadores.

De acordo com o *Jornal Pequeno*, o capitão Antonio Florentino mantinha neutralidade na questão e nada poderia fazer sobre o caso. No entanto, a extinção de um preposto entre fressureiros e marchantes foi certamente causada pela entrada de uma nova administração. Na carta publicada por João Pina em 1908 na imprensa (DP, 28/01/1908), e mencionada no capítulo anterior, para rebater as acusações de seu cunhado, o marchante Francisco Lemos, há a informação de que o senhor Claudino Lemos exercia a função de vendedor de fatos⁶⁹, era ele o preposto entre marchantes e fressureiros. Segundo João Pina, o próprio Francisco Lemos havia lhe apresentado o referido Claudino nessa condição e que desde a administração anterior do matadouro esse indivíduo atuava como vendedor de fatos. Tudo teria se dado em função de um acordo entre marchantes que teria instituído a venda dos fatos a esse intermediário. A fala de João Pina era na intenção de defender-se da acusação de que faria parte de um truste dos fatos e de que forneceria capim aos estábulos do matadouro, atividades de onde viriam sua prosperidade recente. De todo modo, o administrador se dizia não arrependido de ter conservado as atividades de Claudino Lemos naquele espaço.

A defesa de João Pina não foi suficiente para encerrar a questão com Francisco Lemos e no dia seguinte àquela publicação, o segundo vinha a público mais uma vez falar sobre as atividades do administrador (Idem, 29/01/1908). Sobre a questão do truste dos fatos, Francisco Lemos transcreve em sua resposta o que seriam cartas de outros marchantes que já à época pareciam descontentes com o negócio, seriam eles Liberato de Souza, Walfrido Monteiro, Antonio Cruz e A. Siqueira. O mais interessante, porém, é a informação dada por Francisco de que naquele conchavo ele próprio era o tesoureiro e o marchante Soares Raposo (representante do negócio junto à Prefeitura) era o dirigente do negócio. Na condição de responsável pelos pagamentos, Francisco Lemos distribuía os ordenados dos participantes no negócio. Seriam eles Joca (João Pina), Sampaio (o veterinário Amancio Sampaio de Andrade), Mandu (ajudante do matadouro) e Nascimento (chefe dos magarefes).

A entrada de Antonio Florentino na administração no final de 1911 teria desmantelado esses negócios e é possível que sua questão com Nascimento Grande tenha a ver com o

⁶⁹ Nesse caso, não o confundir com um fressureiro. Ele aparece como um vendedor de fatos intermediário.

desmantelamento do “truste dos fatos” ou com suas reverberações. Acredito ser esse Nascimento, chefe dos magarefes em 1908, o conhecido Nascimento Grande, chefe da matança no início de 1912. Ou pelo menos essa possibilidade parece verossímil. As flutuações dos preços dos fatos estavam conectadas com as flutuações dos valores das carnes verdes, a greve de 1912 dos fressureiros se desenrolou em um momento de mudanças na administração do matadouro, como também com um período de oscilação dos preços estabelecidos pelos marchantes para os produtos.⁷⁰

É possível dizer que em 1903 os fressureiros conseguiram um acordo tido como razoável pela imprensa, no caso de 1912 uma vitória ainda maior foi garantida àquele grupo, pois em novembro do mesmo ano, sob o título *Os Fressureiros do Recife*, a categoria reclamou novamente do aumento do preço dos fatos, mas deixa saber que na greve anterior o preço acordado foi o de 7\$500 por fato, valor muito próximo ao que era requerido. Provavelmente, a greve referida era a de janeiro daquele ano (JR, 14/11/1912). Nessa declaração os fressureiros pediam a proteção de seus fregueses e diziam que a concessão que vinham dando aos seus protetores já não podia continuar, afinal de contas o preço dos fatos que no início do ano tinha sido fixado em 7\$500 estava em 15\$000.

O ano de 1912 marcou um novo capítulo na história dos fressureiros do Recife: uma greve vitoriosa foi promovida pelo grupo (mesmo que os ganhos tenham sido dirimidos ao longo do ano) e houve a entrada de um novo contingente de trabalhadores da Cabanga. Necessário lembrar que uma das primeiras ações de Eudoro Correia enquanto prefeito do Recife foi fechar o Matadouro do Arraial, sendo assim no início de 1912 a matança de gado da cidade estava finalmente unificada em um só estabelecimento.

Pouco mais de um mês após o término da greve, em 18 de fevereiro de 1912, os fressureiros criaram a União Montepio dos Fressureiros do Recife, o que corrobora a ideia de que greves vitoriosas promoviam coesão do grupo e a vontade de institucionalização das solidariedades. A instituição também respeitava o prazo de seis meses para dar beneficência aos seus associados (JR, 19/08/1912). Não pude apurar a data de encerramento dessa última instituição como já mencionado na introdução desse trabalho.

A União Montepio teve sede na Estrada dos Remédios- Afogados, número 82. As posições da mesa diretora perfaziam os cargos de presidente, vice-presidente, 1º e 2º secretários, 1º e 2º procuradores, tesoureiro, orador, vice orador e as comissões fiscal e de sindicância. 19 membros dessa instituição foram identificados. Destes, 17 fizeram parte da mesa diretora. 7

⁷⁰ No capítulo 1 já foram discutidas as ações realizadas no governo Eudoro Correia no sentido de ajustar os preços das carnes.

indivíduos da UMFR também fizeram parte da SBFP⁷¹. Apenas 3 associados puderam ser identificados nos livros de entrada e saída da CDR, José Mathias do Carmo e Pedro Avelino de Souza, já mencionados, e João José Januário, pardo claro que foi membro da comissão de sindicância em 1915. No mesmo ano, José Mathias e Pedro Avelino ocuparam posições como 2º secretário e tesoureiro, respectivamente.⁷²

Na outra experiência grevista da década de 1910, José Marcellino das Chagas, José Manoel do Nascimento e Antonio de tal foram repreendidos pela polícia no dia 25 de janeiro de 1916 “por se acharem exaltados” no Matadouro da Cabanga. Os dois primeiros eram componentes da diretoria da União Montepio dos fressureiros do Recife, ocupando os cargos de presidente e membro da comissão fiscal da instituição respectivamente. Também naquele dia José Antunes do Rosário, secretário da beneficente, foi chamado para uma conversa com o delegado do 2º distrito de São José, Luiz Correia. Segundo o noticiado no *Diario de Pernambuco*, a intenção da autoridade era a de aconselhar ordem e moderação na condução do movimento (26/01/1916).

Além dos já citados membros da União Montepio, outros confrades aparecem como sendo os cabeças daquele movimento grevista que tomou corpo em janeiro de 1916: José Francisco de Oliveira, Leonidio (ou Leonidas) Pereira da Silva e Antonio Franklin da Silva. Leonidio, por exemplo, havia ocupado a vice-presidência da instituição no ano anterior. Sendo assim, é possível observar as figuras de maior projeção da instituição capitaneando essa paralisação do trabalho.

Por essa época a greve já completava 10 dias (foi iniciada em 17 de janeiro) e tinha tomado proporções muito diferentes do que poderia se imaginar em seu início. Além dos vendedores de fato, que já passavam de uma centena, os lavadores de fatos também aderiram ao movimento. Esses últimos eram em número de 40 pessoas. Além da proporção, o tom das reivindicações foi se alterando ao longo daqueles dias de greve. Se no início era unânime a informação de que os fressureiros se colocam em parede pacífica na exigência de uma tabela de preços para os fatos, lá pelo dia 26 até prisão de trabalhadores aconteceu. Esse movimento grevista é emblemático da atuação de resistência da categoria e pode ser entendido como um momento de maior contundência das reivindicações dos fressureiros, pelo menos no que se

⁷¹ Foram eles: Antonio Fraklin da Silva, José Ferreira do Nascimento, José Manoel do Nascimento, José Mathias do Carmo, Pedro Avelino de Souza, Sylverio Joaquim Antunes e Thomaz de Aquino Ferreira.

⁷² Infelizmente, mais informações no tocante ao cotidiano da instituição não puderam ser encontradas, entretanto os próximos tópicos apontarão a natureza das relações entre as lideranças da instituição e a gestão das greves da categoria.

refere as práticas menos pacíficas de mobilização, como também pode ser pensado em função das novas influências existentes na cidade no tocante aos movimentos de trabalhadores.

Quando irrompeu em 17 de janeiro a demanda era a usual: rebaixamento do preço da arroba das fressuras. Naquele mesmo dia, com o arbítrio do prefeito e do chefe de polícia a contenta parecia ter chegado ao fim. Tanto foi assim, que no dia seguinte ao caso, os jornais já publicaram a notícia como velha, a greve terminara já no dia 18. Depois de um dia 19 aparentemente normal, os marchantes Antonio Martins e Augusto Silva decidiram que não iam cumprir os acordos feitos. Foi o bastante para o movimento recomeçar e se arrastar por vários dias já que os mencionados marchantes eram os responsáveis pelas melhores e maiores fressuras e nos dias que se sucederam os empresários que inicialmente tinham aceito o arbitramento da municipalidade na questão foram se aliando a Antonio Martins e Augusto Silva.

Com o primeiro acordo arbitrado ainda no dia 17, o prefeito Moraes Rego imaginou ter findado a querela. Por ele ficava estabelecido que os fatos seriam comprados por arroba, entre 7 e 10 arrobas o fato custaria 10\$000 e que para cada arroba a mais o preço seria acrescido de 1\$000. Caso o fato pesasse menos de 7 arrobas, o valor seria de 500 réis. Para realização desse primeiro ajuste, o prefeito ouviu as comissões de fressureiros e as de marchantes. Também o papel da polícia nesse primeiro momento foi preponderante, mesmo que a parede tenha se apresentado enquanto pacífica. Já no início do movimento dos fressureiros, o administrador contactou as forças policiais para manutenção da ordem, como era de costume. Infantaria e cavalaria ali permaneciam para proteger o prédio e impedir alterações.

Como nos dias seguintes ao acordo, os dois maiores marchantes se recusaram ao cumprimento do estabelecido, a greve continuou e as forças policiais foram necessárias também para garantir que os fatos fossem conduzidos para fora do matadouro mesmo com as tentativas de impedimento dos fressureiros. A intenção dos grevistas era forçar um diálogo a partir do impedimento de que fressureiros estranhos à categoria comprassem o produto, e nisso eles parecem ter sido bem-sucedidos. Entretanto, não conseguiam barrar que os marchantes levassem seu produto diretamente aos talhos sem a necessidade de entreposto. A ação da polícia foi assim a responsável pelo não prejuízo dos marchantes, o que garantiu a perpetuação da queda de braço entre os donos dos bois e os vendedores de fatos.

O antigo administrador do Matadouro da Cabanga, Antonio Florentino, aproveitou a oportunidade para dizer que em sua gestão não existiam negociações de fressuras, tentando marcar uma posição de distinção frente aos demais administradores, o que foi prontamente deslegitimado pelo *Diario de Pernambuco* ao afirmar a não existência de gestões que tenham fugido à regra de negociatas escusas no comércio das fressuras com a instituição de monopólios

e prepostos (22/01/19016). A atual gestão era de Hercílio Lupércio de Souza, e tal como seus antecessores, a exemplo do conhecido João Pina, aparece como instituidor de uma rede de lucro a partir do comércio de fressuras.

Ao longo dos dias a atitude pacífica tão apregoada nos jornais foi sendo perdida, provavelmente junto a falta de paciência da categoria. Tantos dias sem trabalhar já deveriam estar sendo sentidos nos bolsos e nos estômagos daqueles trabalhadores. No dia 25, por exemplo, além da imposição da ordem aos fressureiros nomeados anteriormente, Francisco Manoel da Silva foi preso, o já bem conhecido Brasa Viva. Não consegui identificar se ele pertencia à União Montepio, no entanto, esse trabalhador, como já explicitado, foi bem recorrente na documentação da Casa de Detenção do Recife e nas folhas dos jornais da cidade como um desordeiro conhecido. Ele também esteve entre os fressureiros presos na greve de 1910.

A greve transcorreu até pelo menos o dia 26 de janeiro, não sendo encontradas menções nos jornais ao seu completo desfecho. No entanto, no mês seguinte sob a assinatura Advogado dos Fressureiros uma publicação no *Diario de Pernambuco* pedia que uma nova publicação a ser lançada na cidade, o *Jornal do Povo*, se solidarizasse com o causa de classe tão “espezinhada” pelos marchantes (10/02/1916). O articulista se utilizava do argumento conhecido de que os jogos dos marchantes não prejudicavam apenas aos fressureiros, mas a toda classe pobre da cidade numa época de carestia de vida, o que se adensa ao conhecimento do momento econômico ensejado pela 1ª Guerra Mundial de subida dos preços e especulação financeira. Sendo assim, o movimento grevista mais longo dos vendedores de fato não alcançou os objetivos pretendidos.

A partir dos desdobramentos dessa greve é possível perceber uma distinção bem evidente entre a atuação da categoria na primeira década do século XX e na segunda. Se inicialmente os fressureiros se colocavam numa posição que demonstrava certo tipo de negação das greves, como pontuado no tópico anterior, sob a direção da União Montepio as paralisações se apresentam de outro modo. Tendo como parâmetro as greves promovidas a partir de 1910, é possível dizer que a categoria se desvencilhou do *modus operandi* caro ao Centro Protetor dos Operários, que tinha na barganha com os poderes institucionais uma de suas principais ferramentas de luta.

Essa mudança pode ser entendida, ou pelo menos especulada com certo grau de verossimilhança, a partir de dois elementos: novos fressureiros entraram no universo do matadouro da Cabanga a partir da unificação da matança de toda cidade nesse espaço, o que teria promovido uma mudança nas diretrizes da categoria; novos elementos político-

ideológicos se espalhavam entre os trabalhadores do Recife; e carestia ensejada pela 1ª Guerra Mundial também pode se coadunar aos fatores explicativos dessa mudança de caminhos.

O Congresso Operário de 1913 fomentou a extensão do anarco-sindicalismo pelo país, sendo em Pernambuco criada a Federação Operária Pernambucana em 1914 sob o comando de José Elias, o que representava uma contraposição ao reformismo do Centro Protetor dos Operários (REZENDE, 1981). Em 1917, ano de bastante convulsão grevista em todo o país, a situação da carestia e do desemprego se apresentava de modo agudo, entretanto os efeitos econômicos da crise já podiam ser sentidos entre os mais pobres anteriormente. E se não é possível a partir das fontes atrelar os fressureiros a essas novas conformações políticas de resistência, também não é sensato descartá-las tendo em vista o clima daqueles anos e as novas formas desses trabalhadores enfrentarem seus opostos.

Assim, as greves de 1912 e 1916, que foram gestadas a partir da atuação de uma nova entidade classista, apontam para mudanças no entendimento da categoria de como deveriam ser conduzidas suas reivindicações e até onde estavam eles dispostos a se indisporerem com a polícia, a municipalidade e os marchantes. Mas se há uma mudança de perspectiva, não se pode perder de vista as similitudes entre a Sociedade Beneficente dos Fressureiros de Pernambuco e a União Montepio dos Fressureiros do Recife. Além dos quadros compartilhados, outros elementos representam similitudes entre as instituições; aprendizados da década anterior foram colocados em prática nas duas greves da segunda década do século XX, como por exemplo a tentativa de impedir que fressureiros persistissem no trabalho enquanto uma paralisação transcorria. Também a organização dentro de uma instituição de cunho mutualista se apresenta como uma escolha fundamentada em modos de proceder da categoria que eram anteriores, para os fressureiros ainda fazia mais sentido organizar-se em um montepio do que em um sindicato; mesmo que o tempo, os atores e as influências fossem outras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a mudança de local do matadouro municipal para Peixinhos- Olinda em 1920, a configuração do mercado de carne se viu em muito alterada. Se é verdade que persistiu o preço alto dos produtos em relação à expectativa social e que os melhoramentos técnicos do novo matadouro ainda eram colocados em dúvida por muito tempo, também é verdade que os trabalhadores que durante bastante tempo foram vistos habitando as imediações da Cabanga e por isso mesmo aparecendo volta e meia nos jornais da cidade começaram a rarear nas referidas folhas, pelo menos a partir de suas designações laborais. Passados alguns anos da desativação do Matadouro da Cabanga a área virou uma espécie de vila, deixou de ser tomada por casebres de taipa mesmo sem ser tomada por sanha imobiliária mais predatória. O interesse pela mudança parece dizer mais sobre a tentativa de normatização daquele mercado e sobre a pretensão de maiores lucros dos arrendatários e marchantes. Também é plausível, no entanto, que as ações regulatórias no mercado de carnes verdes durante as duas primeiras décadas do século XX estivessem ligadas à tentativa de expulsão de uma população de determinados espaços da cidade.

Os fressureiros e demais trabalhadores da carne eram interpretados através de determinadas lentes e a partir delas se faziam necessário o ordenamento de seus corpos e práticas. Afastar do Cordeiro, do Arraial e finalmente do segundo distrito de São José os indivíduos ligados ao serviço das carnes talvez dissesse do desejo das camadas sociais mais abastadas de livrar-se dessas figuras humanas tão identificáveis em suas vestimentas e pele. Se os ajuntamentos de fressureiros nas imediações de Santo Antônio despertavam as mais variadas reclamações nos jornais, o ideal era que aquele tipo de serviço foi oferecido em outras paragens, de preferência naqueles longe das vistas das pessoas mais abastadas. Mudar o matadouro para Olinda, para um espaço inicialmente menos povoado (que inclusive tem sua história de ocupação populacional ligada à chegada da indústria da carne), é elucidativo de como os problemas higiênicos e sociais causados pelo lucrativo mercado de carnes deveriam ser deslocados.

Homens negros em sua maioria, os fressureiros da capital pernambucana tiveram que lidar com um ambiente de suspeição generalizada onde suas práticas culturais eram interpretadas como reminiscências de um passado que deveria ser exterminado em detrimento dos ideais do que seria uma sociedade moldada à europeia e civilizada. Esse peso, no entanto, não foi impeditivo absoluto para aqueles homens, pois foram esses mesmos homens responsáveis pela criação de associações dentro de um quadro mais amplo de luta por cidadania,

por direitos, a partir de uma cultura política alicerçada na participação popular nos espaços públicos. Mas ainda cabe perguntar

O que significava ser cidadão, ser integrado ou transformar-se em brasileiro? Ex-escravos e seus filhos não precisavam ser alertados para reconhecer que entre a herança e o legado do cativo estavam suas identidades reinventadas em parentescos, visões de mundo, lembranças e recordações- tudo permanentemente modificado e reconstruído. Não eram apenas fardos que arrastariam inexoravelmente ou de que poderiam se desfazer na primeira esquina da liberdade. Estavam marcados nos corpos e nas mentes- nunca em termos biológicos, mas por expectativas políticas. Lutar por terra, autonomia, contratos e moradias e salários- e enfrentar a costumeira truculência, era reafirmar direitos, interesses e desejos redefinidos, também em ternos étnicos, coletivos e culturais. Havia muita coisa em disputa. Para a população negra não era apenas uma aposta num futuro melhor, mas o desejo de bancar o próprio jogo. (GOMES, 2005, p.12).

A equiparação jurídica dos brasileiros efetuada pela Abolição e as garantias constitucionais da República não foram suficientes para que os sujeitos negros tivessem seus direitos assegurados. Além da luta pela consolidação desses direitos, também se fazia necessária a expansão dos direitos sociais na visão daqueles que no início do século XX tentavam reafirmar sua condição de cidadãos. Nesse sentido, “o associativismo continuou sendo visto pelos negros como um importante espaço de construção de identidades e de luta por direitos, empoderamento e igualdade” (DOMINGUES, 2014, p. 265).

Através do exposto ao longo do trabalho, é possível dizer que os fressureiros do Recife ao se organizarem em torno de instituições de cunho mutualista que funcionavam em duas frentes, previdenciária e de resistência, encontraram uma forma de se projetar enquanto cidadãos numa sociedade que se organizara no sentido de alijá-los das decisões. A conexão entre mutualismo e resistência, tal qual já pontuada por uma extensa historiografia do período⁷³, foi aqui verificada também e fez parte de um sentido mais profundo de organização dos trabalhadores na cidade do Recife. Sendo assim, a noção anterior de que a continuidade de sociedades mutualistas no período republicano seria um atraso a mais acertada forma de organização dos trabalhadores, os sindicatos, é dispensável nesse trabalho.

A participação política dos fressureiros, nas greves, associações e nas ruas, deve ser entendida como uma forma de exercer e pleitear cidadania. O combate à situação de penúria a partir das associações funcionou para aqueles homens como um modo de burlar os marcadores sociorraciais que lhes conferiam um local pré-estabelecido de subalternidade. Ao procurarem solidificar o seu reconhecimento enquanto categoria própria e respeitável, os fressureiros do Recife desejavam se afastar dos adjetivos que volta e meia lhes eram conferidos: “crioulos inconvenientes”, “arruaceiros”, “homens de maus instintos”, “escória da sociedade”. Nesse

⁷³ Ver introdução do Capítulo 3.

sentido, a formulação das greves aparece como um modo de fazer valer os direitos sociais já alcançados e como uma tentativa de diminuir a pobreza que os afetava.

Sobre a participação política dos fressureiros nas ruas, é bom que voltemos a Joaquim Nabuco e à cultura política criada a partir do adensamento de setores populares na vida pública da cidade por um instante. Esse é o caso, por exemplo, da participação dos fateiros na Campanha Salvacionista que levou Dantas Barreto ao poder e deu um fim ao mando do conselheiro Rosa e Silva no estado. Um grupo de fressureiros acompanhado de muitos populares esteve na rua Quinze de Novembro a dar vivas ao General Dantas Barreto. Na prática já bem conhecida de levar saudações aos jornais numa situação como aquela, eles foram às sedes do *Pernambuco* e d'*A Província*, sendo impedidos de realizar esse último ato pela polícia. Outras agitações aconteceram no mesmo perímetro da cidade no mesmo dia. Ali estiveram também carroceiros a dar vivas ao futuro governador do estado, estudantes da Faculdade de Direito a discursar e gritos de vivas vindos do 1º Batalhão de Polícia puderam ser ouvidos, o que foi interpretado como aderência daqueles militares à causa das salvaçãoes. Segundo uma das folhas que noticiou o caso, os fressureiros se acharam a louvar o general pela notícia da derrubada de um dos impostos que pagavam no matadouro caso ele ascendesse ao governo (A PROVINCIA, 03/11/1911).

Essa forma de atuação política nas ruas não era novidade para os fressureiros, como também não era para diversos outros homens pobres da cidade.⁷⁴ Em 1911, a Sociedade Beneficente dos Fressureiros de Pernambuco tinha sido extinta acerca de um ano, mas provavelmente os aprendizados políticos da classe persistiram e remontavam às tradições mais antigas de reivindicação classista dos trabalhadores da carne, tal como aqueles talhadores libertos da década de 1870 se organizam na Sociedade Amor e Beneficência das Carnes verdes. A necessidade de apoio dos trabalhadores para decisão dos caminhos da política institucional foi um cenário com o qual tiveram de lidar os agentes políticos mais conhecidos na cidade no início da República, não poderia ser pensada uma eleição como aquela de 1911 sem a criação de facções que apoiassem os pleiteantes aos cargos nas ruas da cidade.

O modo como esses homens se apresentavam na esfera pública diz como trabalhadores negros mais ou menos qualificados criaram possibilidades de sobrevivência numa cidade com

⁷⁴ Israel Ozanam (2013, p. 282-283) comenta sobre a participação dos “populares” nesse capítulo da política pernambucana. Para isso, ele critica a posição adotada por Raimundo Arrais (1998) no que tange a uma dualidade entre o povo dantista e o rosista, dando ênfase a falsidade da categoria social classes populares. Para o autor, na falta de estudos pormenorizados, fica difícil a compreensão de como se davam as adesões políticas das pessoas empobrecidas a essa ou àquela facção. No entanto, fica evidente que no caso em questão mais uma vez pessoas teoricamente subalternas decidiram os rumos da política do estado.

práticas de distinção social tão arraigadas. Antes de ser uma prerrogativa do Estado, tendo em vista a impossibilidade do voto para a maioria dos fressureiros, a busca por cidadania foi o caminho encontrado pelos fressureiros e vários outros trabalhadores para existirem enquanto sujeitos completos. Cultura associativa e cultura política são assim membros de um mesmo corpo; corpo este que se divertia no carnaval, que trabalhava e se aglutinava em sociedades de classe, corpo que exercia diversas práticas religiosas e corpo que estava nas ruas participando da decisão dos rumos da política institucional.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. *O Jogo da Dissimulação- abolição e cidadania negra no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. A vala comum da "raça emancipada": abolição e racialização no Brasil, breve comentário. *História Social* (UNICAMP), n. 19, p. 63-90, 2010.
- ALVES, Paulo. *A verdade da repressão práticas penais e outras estratégias da ordem republicana*. São Paulo: editora Arte & Ciência/UNIP, 1997.
- ANTUNES, José.; WADMAN, Eliseu.; DE MORAES, Mirtes. A tuberculose através do século: ícones canônicos e signos do combate à enfermidade. *Ciência e Saúde Coletiva*. v. 2. n.5, p. 367-379, 2000.
- ARANTES, Erika Bastos. *O Porto Negro: trabalho, cultura e associativismo dos trabalhadores portuários no Rio de Janeiro na virada do XIX para o XX*. Tese (Doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- ARANTES, E. B. Negros do Porto: trabalho, cultura e repressão policial no Rio de Janeiro, 1900-1910. In: Sidney Chalhoub; Maria Clementina Pereira Cunha; Elciene Azevedo; Jefferson Cano. (Org.). *Trabalhadores na Cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e São Paulo, séculos XIX e XX*. 1ed.Campinas: Editora da Unicamp, 2010, v. 1, p. 107-156.
- ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar. *Recife, culturas e confrontos*. Natal: EDUFRN,1998.
- ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. Carnaval do Recife: a alegria guerreira. *Estudos Avançados* (USP. Impresso), São Paulo, v. 11, n.29, p. 203-216, 1997.
- BATALHA, Claudio H. M. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth* (UNICAMP), Campinas, v. 6, n.10-11, p. 41-68, 1999.
- BATALHA, Claudio H. M. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: Claudio H. M. Batalha; Fernando Teixeira da Silva; Alexandre Fortes. (Org.). *Culturas de classe: Identidade e diversidade na formação do operariado*. 1ed.Campinas: Editora da UNICAMP, v. 1, p. 95-119, 2004.
- BATALHA, Claudio H. M. Os desafios atuais da história do trabalho. *Anos 90* (UFRGS), v. 13, p. 87-104, 2006.
- BATALHA, Claudio H. M. A geografia associativa: associações operárias, protesto e espaço urbano no Rio de Janeiro da Primeira República. In: AZEVEDO, Elciene; CANO, Jefferson; CUNHA, Maria Clementina Pereira; CHALHOUB, Sidney. (Org.). *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. 1ed.Campinas: Editora da UNICAMP, v. 1, p. 251-269, 2009.

BATALHA, Claudio H. M. Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 2, p. 12-22, 2010.

BATISTA, LUAN LIMA. “E... cuidado com o estômago! É uma víscera intolerante.”: experiências de trabalho, carestia e as lutas dos ferroviários da Estrada de Ferro Central da Bahia. (1875-1909). Dissertação (mestrado). Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2017

BRUSANTIN, Beatriz de Miranda. *Capitães e Mateus: relações sociais e culturas festivas e de luta dos trabalhadores dos engenhos da mata norte de Pernambuco (Comarca de Nazareth – 1870/1888)*. Tese (doutorado), Unicamp, Campinas, 2011.

CAMPOS, P. H. P. *Nos Caminhos da Acumulação: negócios e poder no abastecimento de carnes verdes para a cidade do Rio de Janeiro, 1808-1835*. Dissertação (mestrado)- Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007.

CARVALHO, M. J. M.. O Quilombo do Catucá em Pernambuco. *Cadernos do CRH (UFBA)*, Salvador-BA, v. 15, n.julho/dez, p. 5-26, 1991.

CASTELLUCCI, Aldrian A. S. Classe e cor na formação do Centro Operário da Bahia (1890-1930). *Afro-Ásia*, n. 41, 85-131, 2010.

CHALHOUB, S. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro na Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHALHOUB, S.. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHALHOUB, S.; SILVA, F. T. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP)*, v. 14, p. 11-50, 2009.

CLAIZONI, D. H. *A ordem pelo avesso: criminalidade e condição feminina (1890-1920)*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

CERUTTI, SIMONA. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVIII. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro FGV, 1998.

COSTA, V. G. *Trajetórias Negras: os libertos da Costa d’África no Recife (1846-1890)*. Tese (doutorado em História) - Universidade Federal da Bahia, 2013.

CRUZ, M. C. V. Cor, etnicidade e formação de classe no porto do Rio de Janeiro: a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café e o conflito de 1908. *Revista USP*, São Paulo, n.68, p. 188-209, 2005.

CRUZ, M. C. V. Da tutela ao contrato: "homens de cor" brasileiros e o movimento operário carioca no pós-abolição. *Topoi (Rio de Janeiro)*, v. 11, p. 114-135, 2010.

CRUZ, M. C. V. A liberdade do operário que foi escravo: reflexões a partir de um percurso carioca. In: Reis, João J; Azevedo, Elciene. (Org.). *Escravidão e suas Sobras*. Salvador: Edufba, p. 321-365, 2012.

DOMINGUES, Petrônio. Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930). *Revista Brasileira de História* (Online), v. 34, p. 251-281, 2014.

DUARTE, José Lins. *Recife no tempo da maxambomba (1867-1889): o primeiro trem urbano do Brasil*. Dissertação (mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

FARIA, T.J.P. Os projetos e obras do engenheiro Saturnino de Brito e mudança na paisagem urbana. *Geografia Ensino & Pesquisa*, v. 19, n.especial p. 115-122, 2015.

FREITAS, Octavio de. Histórico das organizações medico-sanitárias em Pernambuco. *Boletín de la Oficina Sanitaria Panamericana* (OSP), n. 14, p. 286-292, 1935.

GERMINIANI, Clotilde de Lourdes Branco. A história da medicina veterinária no Brasil. *Arch. Vet. Scienc*, n.3, v.1, p. 1-8, 1998.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989. p. 169-178.

GUILLEN, Isabel C. M. Ancestralidade e Oralidade nos movimentos negros de Pernambuco. *Africa's*, v. 3, p. 174-207, 2016.

GUIMARÃES, A. S. A.. *Racismo e Antirracismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2009.

GOMES, F. S. *Negros e Políticas (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

LEUCHTENBERGER, R. A organização e a atividade das associações voluntárias de socorro mútuo de trabalhadores de Florianópolis - SC (1886-1932). *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 4, n. 7, p. 57-84, 2012.

LOPES, Rodrigo Freitas. *Nos Currais do matadouro público: o abastecimento de carne verde em Salvador no século XIX*. Dissertação (mestrado)- Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

LUCA, T. R. de. *O sonho do futuro assegurado. Mutualismo em São Paulo*. São Paulo: Contexto, 1990.

MAC CORD, Marcelo. *Artífices da Cidadania. Mutualismo, educação e trabalho no Recife Oitocentista*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

MAC CORD, Marcelo; BATALHA, Claudio H. M. Introdução: Experiências Associativas e Mutualismo no Brasil. In: MAC CORD, Marcelo (Org.); BATALHA, Claudio H. M. (Org.). *Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014, p. 11-24.

MACIEL, Osvaldo. *A perseverança dos caixeiros: o mutualismo dos trabalhadores do comércio em Maceió (1879-1917)*. Tese (doutorado em História- Universidade Federal de Pernambuco, 2011).

MAIA, Clarissa Nunes. *Policiados: controle e disciplina na cidade do Recife, 1865-1915*. Tese (doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, 2001.

MAIA, Clarissa Nunes. *Sambas, Batuques, Vozerias e Farsas Públicas: o controle social sobre os escravos em Pernambuco no século XIX (150-1888)*. 1ª. ed. São Paulo: Annblume, 2008.

MARTINS, Mônica. A prática do auxílio mútuo nas corporações de ofícios do Rio de Janeiro. In: MAC CORD, Marcelo (Org.); BATALHA, Claudio H. M. (Org.). *Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014, p.25- 46.

MATOS, M. Izilda S. *Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru: EDUSC, 2002.

MATTOS, H.; RIOS, A. M. L. . O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi* (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 5, p. 170-198, 2004.

MATTOS, M. B. *Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. 1. ed. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008. v. 1. 239p

MIRANDA, C. A. C. O Urbanismo Higienista e a Implantação da Companhia do Beberibe e da Drainage Company Limited na Cidade do Recife. *Gestão Pública: Práticas e Desafios*, v. 3, p. 144-169, 2012.

MURILHA, Douglas. *O Higienismo e a construção dos matadouros e mercados públicos*. 2011. 292 p. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2011

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. Trabalhadores negros e o 'paradigma da ausência': contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), v. 29, p. 607-626, 2016.

NASCIMENTO, Luiz do. *História da imprensa de Pernambuco*. Recife: Imprensa Universitária, 1966. v.2.

NOMELINI, P. C. B. Mutualismo em Campinas no início do século XX: possibilidades para o estudo dos trabalhadores. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 02, p. 143-173, 2010.

OZANAM, Israel. *Capoeira e Capoeiras entre a Guarda Negra e a Educação Física no Recife*. Dissertação (mestrado)- Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2013.

PAULA, Zuleide de. Peixinhos. *Um rio para onde navegam um povo e suas histórias*. Recife: Magis, 2009.

RAFAEL, Ulisses Neves. O xangô em Alagoas nas primeiras décadas do século XX. In: COSTA, Valéria; GOMES, Flávio (Orgs.). *Religiões negras no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2016, p.332- 352.

REIS, J. J.; DELFIM, G. Carne sem osso, farinha sem caroço: o motim de 1858 contra a carestia na Bahia. *Revista de História* (USP), São Paulo - SP, n.2, p. 133-159, 1996.

REIS, J. J. *De Olho no Canto: Trabalho de Rua na Bahia na Véspera da Abolição*. Afro-Asia (UFBA), Salvador, v. 24, p. 199-242, 2000.

REVEL, JACQUES. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro FGV, 1998.

REZENDE, A. P. M. *A Classe Operária em Pernambuco: cooptação e resistência - 1900-1922*. Dissertação (mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, 1981.

REZENDE, A. P. M. AS PRIMEIRAS IDÉIAS SOCIALISTAS EM PERNAMBUCO. *CLIO. Série História do Nordeste* (UFPE), v. 23, p. 25-43, 2005.

ROSSI, DAIANE SILVEIRA; RIBEIRO, LIDIANE MONTEIRO . Apresentação do Dossiê Assistência e Pobreza: sentidos e lugares dos pobres no Brasil. *História e Cultura*, v. 6, p. 3-8, 2017.

SANTOS, M. E. V. “Moças honestas” ou “meninas perdidas”: um estudo sobre a honra e os usos da justiça pelas mulheres pobres em Pernambuco Imperial (1860-1888). Dissertação (mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

SANTOS, M. E. V. *Os significados do 13 de maio: a abolição e o imediato pós-abolição para os trabalhadores dos engenhos da zona da mata sul de Pernambuco (1840-1893)*. Tese (doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, 2014.

SANTOS, M. R. O sagrado perseguido: intolerância e demonização das práticas religiosas afro-brasileiras no bairro de Afogados - Recife (1930-1940). *Anais do Simpósio Nacional de História*, 26 – ANPUH, São Paulo, 2011.

SCHWARCZ, L. K. M.. *O Espetáculo das Racas. Cientistas, Instituições e Pensamento Racial No Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SIAL, Vanessa Viviane de Castro. *Das igrejas ao cemitério: políticas públicas sobre a morte no Recife do século XIX*. Dissertação (mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, 2005.

SILVA, C. M. A história cultural: um diálogo entre Alain Corbin e Norbert Elias. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, n.1, v. 9, p. 1-21, 2012.

SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940)*. Tese (Doutorado)- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2004.

SILVA, J. B. R.. O PARAÍSO DO CATIMBÓ: RECIFE NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX. *Revista ABPN*, v. 11, p. 174-197, 2019.

SILVA, F. H. T. "Nas Tramas da "Escassez": O comércio e a política de abastecimento de carnes verdes em Belém - 1897/1909. Dissertação (mestrado)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2011.

SILVA, F. H. T. Nos currais da Belle-Époque: Saúde pública, alianças políticas e econômicas e o projeto do matadouro modelo (1887-1912). *Revista Estudos Amazônicos*, n.11, p. 81-127, 2015.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Uma releitura do "lugar do negro" e dos "lugares da gente negra" nas cidades. In: Barone, Ana e Rios, Flavia. (Org.). *Negros nas cidades brasileiras (1890-1950)*. 1ed.São Paulo: Intermeios, 2019, v. 1, p. 23-48

SOARES, AFONSO. São Paulo e a Ideologia Higienista entre os séculos Higienista entre os séculos XIX e XX: a utopia da civilidade. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 32, p. 210-235, 2013.

SOUZA, F. A.. 'Negro não pode ser conservador': a política nos talhos do mercado público do Recife nas décadas finais da escravidão. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, v. 9, p. 159-174, 2015.

SOUZA, F. A.. *Participação política das classes populares em três movimentos, Recife (1880-1900)*. Tese de Doutorado- Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

TOSCANO, Frederico de Oliveira. *À Francesa: sociabilidades e práticas alimentares no Recife (1900-1930)*. Dissertação (mestrado)- Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2013.

THOMPSON, E. P. "The Moral Economy of the English Crowd in the Eighteenth Century". *Past & Present*, n.38 p. 76-136, 1971.

THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores; a origem da Lei Negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária. A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

VAINSENER, Semira Adler. *Octávio de Freitas*. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar>>. Acesso em: 16 agosto. 2018.

VISCARDI, Cláudia. M. R.. O estudo do mutualismo: algumas considerações historiográficas e metodológicas. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 2, p. 23-39, 2010.

VISCARDI, Cláudia. M. R.. Leis sociais e cidadania na Primeira República: o direito de associação. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. *Anais do Simpósio Nacional de História*, 26. São Paulo: Anpuh, 2011.

ZAMPARONI, V. D. Gênero e trabalho doméstico numa sociedade colonial: Lourenço Marques, Moçambique, c. 1900-1940. *AFRO-ÁSIA*, v. 23, p. 147-174, 2000.

APÊNDICE A- Fontes

Fontes Manuscritas

Memorial de Justiça de Pernambuco (MJPE)

- 1911. Processo Correccional. Autora- justiça pública. Réus- Manoel Francisco de Aquino e José Caetano do Nascimento. Cx: 412. Comarca do Recife.
- 1915. Processo Correccional. Autora- justiça pública. Réu- Sebastião Santiago de Lima. Cx: 429. Comarca do Recife.
- 1916. Processo Criminal. Autora- justiça pública. Réu- Luiz de tal. Cx: 2009. Comarca do Recife.

Arquivo Público Estadual João Emerenciano (APEJE)- Setor de Documentos Manuscritos

Fundo Casa de Detenção do Recife- CDR

- Livros de Entrada e Saída. Vol.4.3/60 ao vol. 4.3/87.

Fundo Secretaria de Segurança Pública- SSP

- V. 434. Delegacia do 1º distrito. 05/09/1899.

Fundo Prefeitura Municipal do Recife- PCR

- Exposições de Prefeitos- Caixa 2.
- Leis do Conselho Municipal do Recife- Caixa 8.

Fundo Conselho Municipal do Recife

- Pareceres- Livro 36.

Fontes Impressas

- Jornais

Hemeroteca da Biblioteca Nacional (disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>)

A Provincia

Diario de Pernambuco

Jornal Pequeno/Pequeno Jornal

Jornal do Recife

O Besouro

Uniao Operária

- Regulamento de Companhias e Sociedades Anônimas

Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3150.htm

- Código Penal de 1890

Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htm

- Lei Eloy Chaves- Decreto 4682 de 24 de janeiro de 1923.

Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dpl/DPL4682-1923.htm

Fontes Iconográficas

- Planta da Cidade do Recife levantamentos da cidade feitos por Sir Douglas Fox e Sócios & H. Michell Whitley, 1906.

Disponível em <https://www.labtopope.com.br/cartografia-historica/>

- Foto do Matadouro da Cabanga e Feira ao ar livre. Álbum de Pernambuco, 1913.

Disponível na Biblioteca da Fundação Joaquim Nabuco (620/83OR (51678))

ANEXO A - Fressureiros com passagens na Casa de Detenção do Recife (1900-1920)

	Nome	Cor	Estado Civil	Naturalidade	Ano de Nascimento	Endereço
1	Agostinho Francisco de Souza	Pardo	Casado	PE	1883	
2	Albertino Augusto Gomes	Branco		Limoeiro/PE	1868	
3	Alfredo Alves da Silva	Pardo	Casado	PB	1879	
4	Alfredo José de Souza	Preto	Solteiro	PE	1891	
5	Amaro Firmino do Nascimento	Branco	Solteiro	PE	1898	
6	Amaro Gomes Ferreira	Preto	Solteiro	PE	1887	
7	Angelo Possidonio de Barros	Pardo	Solteiro	PE	1876	Alto da Torre-Torre
8	Antonio Ferreira de Assis- Antonio Seraphim	Branco	Casado	AL	1876	
9	Antonio Francisco de Aquino	Branco	Solteiro	PE	1892	
10	Antonio Francisco de Mendonça	Pardo	Casado	PE	1856	
11	Antonio Joaquim da Silva	Branco	Casado	PE	1888	
12	Antonio José Cardozo	Pardo	Solteiro	AL	1877	
13	Antonio José dos Santos	Pardo	Solteiro	PE	1887	
14	Antonio Lopes de Freitas	Branco	Solteiro	PE	1892	
15	Antonio Pedro de Lima	Preto	Solteiro	Escada/PE	1886	
16	Antonio Pereira da Silva	Pardo	Solteiro	PE	1890	
17	Apolinario Martiniano de Oliveira – Apolinario Soares de Oliveira- Passarinho	Preto Fulo/ Pardo	Solteiro	RN	1881-1883	
18	Augusto da Cunha Anastácio - Barão	Preto	Solteiro	PE	1887	
19	Avelino José de Sant'Anna	Preto	Solteiro	PE	1887	
20	Benedicto José Tavares	Pardo Claro	Solteiro	AL	1892	
21	Bibiano Pereira de Castro/ Lebre	Pardo	Solteiro/Casado	Recife/PE	1882	
22	Blogaciano Felipe da Conceição	Preto	Solteiro	PE	1889	
23	Caetano Alves Barreto	Preto	Solteiro	PE	1892	

24	Carlos José Ernesto	Pardo	Casado	RS	1864	
25	Dionísio Antonio de Mendonça	Pardo	Casado	PE	1886	
26	Eduardo Ferreira	Pardo	Casado	PE	1888	
27	Eugenio Manoel Francisco	Pardo	Solteiro	PE	1887	
28	Evaristo Augusto Lobo	Pardo Escuro		PE	1883	
29	Ezequiel João Manoel do Nascimento	Branco	Solteiro	PB	1894-1890	
30	Félix José de Souza	Caboclo/ Pardo Escuro	Casado	Buíque/PE	1853/1847	Estrada da Cabanga
31	Firmino Gonçalves de Lima	Pardo Escuro/ Pardo	Solteiro	PE	1893-1895	
32	Firmino Mathias da Vera Cruz	Pardo claro	Solteiro	PE	1860	
33	Francisco Alves Pinto	Branco	Solteiro	PE	1882	
34	Francisco Gomes Ferreira	Pardo Escuro	Solteiro	PE	1881	
35	Francisco José do Nascimento	Pardo	Casado	PE	1866	
36	Francisco Manoel da Silva – Brasa Viva	Pardo Claro/ Branco	Solteiro/ Casado	BA	1880-1889	Cordeiro
37	Francisco Salles de Lima	Pardo	Solteiro	PE	1889	
38	Francisco Sinumbú da Silva	Pardo Claro	Solteiro	Penedo/PE	1891	
39	Genuino Roque da Silva	Pardo	Casado	AL	1896	
40	Guilherme Xavier Chagas	Pardo	Solteiro	PE	1889	
41	Hermegildo Nominato de Oliveira	Preto Fulo		PE	1874	
42	Honório Laurindo da Rocha	Pardo	Solteiro	PE	1897	
43	Ignacio Olympio da Silva – Ignacio Miudeiro	Pardo	Solteiro	PE	1877	
44	João Baptista da Silva (Guimarães)- João Cego	Pardo Escuro	Casado	PE	1878	
45	João Baptista dos Santos- João Biscouto	Preto	Solteiro	PE	1889	
46	João Francisco da Silva	Branco	Casado	PE	1884	
47	João José Januário- José Melleua	Pardo claro		Paudalho/ PE	1870	
48	João Pereira de Britto- Calcário	Pardo	Solteiro	PE	1889	

49	João Simplicio de Sant'Anna	Preto Fulo		Paudalho/PE	1883	
50	João Vicente Ferreira	Pardo		Recife/PE	1879	
51	Joaquim Manoel de Sant'Anna	Branco	Casado	PE	1880	
52	Joaquim Rodrigues de Moura e Pires	Branco	Solteiro	Portugal	1875	
53	Joaquim Vianna	Pardo Claro	Solteiro	PB	1887	
54	José Altino Correia de Araujo	Pardo Claro	Casado	PE	1882	
55	José Alves Gouveia	Pardo	Casado	PE	1892	
56	José Amaro Alves das Neves- Amaro Pereira das Neves- José de Billa/Bira	Preto	Casado	Recife/PE	1884-1890	
57	José Antonio Ferreira- José Vieira	Preto	Solteiro	PE	1896	
58	José Bezerra da Silva	Branco	Solteiro	PE	1875	
59	José Cassimiro de Sant'Anna	Preto Fulo		PE	1885	
60	José da Silva Guimarães	Preto	Solteiro	PE	1901	
61	José de Andrade	Branco	Solteiro	PB	1894	
62	José Diniz Simão	Preto Fulo	Casado	PE	1890	
63	José Ephaminondas	Pardo	Solteiro	PE	1888	
64	José Felipe dos Santos	Pardo Escuro	Casado	AL	1889	
65	José Francisco de Moura	Pardo	Solteiro	PE	1883	
66	José Francisco de Paula- Geromo	Pardo	Solteiro	Paudalho/PE	1891	
67	José Francisco dos Santos	Branco	Solteiro	PE	1893	
68	José Francisco Félix	Preto	Solteiro	PE	1893	
69	José Gonçalves dos Santos	Branco	Solteiro	PE	1894	
70	José Maria dos Santos- Bacalhau	Pardo	Solteiro/ Casado	PE	1891	
71	José Mathias do Carmo	Pardo	Viúvo	Garanhuns/PE	1873	
72	José Paulino dos Santos	Pardo	Casado	PB	1881	
73	José Vera Cruz	Pardo	Solteiro	PE	1874	
74	Joviniano Baptista de Oliveira (Santos)	Preto	Solteiro	PE	1890	Caranguejo-Madalena
74	Laurindo Francisco dos Prazeres	Branco	Solteiro	PE	1862	
76	Lourenço José de Sant'Anna	Pardo Escuro	Casado	PE	1870	
77	Luiz de França- Luiz Grande	Preto	Solteiro	PE	1896	

78	Luiz Francisco Alves – Pé de Revólver	Preto	Solteiro	PE	1897	Estrada dos Remédios
79	Luiz Joaquim da Rocha- Cachorro Dog	Pardo Escuro	Solteiro	PE	1896	
80	Manoel Antonio da Silva- Miudeiro	Pardo	Solteiro	PE	1894	
81	Manoel Baptista Pedrosa	Branco	Solteiro	PE	1888	
82	Manoel Bellarmino de Moraes	Branco	Casado	PE	1877	
83	Manoel Faustino do Nascimento	Pardo/ Pardo Escuro	Solteiro	PE	1876	
84	Manoel Ferreira da Paixão- Manoel Paixão Ferreira	Pardo	Solteiro	Paudalho/PE	1883	
84	Manoel Firmino da Silva- Carneirinho	PE	Solteiro	PE	1887	
86	Manoel Francisco da Luz	Caboclo	Solteiro	PE	1876	
87	Manoel Francisco de Aquino – Manoel Retirante	Branco	Casado	PE	1888-1889	Torre
88	Manoel Pedro da Silva	Preto fulo	Viúvo	Canhotinho/PE	1873	
89	Manoel Santiago da Silva- Mãozinha	Pardo	Solteiro	PE	1891	
90	Manoel Souza Leal	Pardo claro	Casado	PE	1885	
91	Oclerico (Olerico) Pinto Ribeiro	Pardo Claro	Solteiro	PE	1882	
92	Octavio Gomes de Matos	Pardo Escuro	Solteiro	PE	1899	
93	Pedro Avelino de Souza	Branco/Pardo Claro	Solteiro	Canhotinho/PE	1886	Rua da Jangada- São José
94	Raymundo Bezerra de Lucena	Branco	Solteiro	PE	1890	
95	Rodolpho João dos Santos	Pardo	Solteiro	PE	1887	
96	Romualdo Joaquim da Silva	Pardo Escuro	Solteiro	PE	1893	
97	Sebastião José do Nascimento	Pardo	Casado	PE	1883	
98	Severino dos Ramos	Branco	Solteiro	PE	1888-1889	
99	Severino dos Ramos	Pardo	Solteiro	PE	1891	
101	Severino Ferreira	Pardo	Solteiro	Paudalho/PE	1880	
102	Severino Joaquim de Oliveira	Pardo	Solteiro	PE	1894	
103	Severino Nery dos Reis	Pardo	Solteiro	PE	1888	

104	Severino Nunes de Menezes	Pardo Claro	Solteiro	PE	1891	
105	Tiburcio Feliciano (Luciano) dos Prazeres - Jacó	Preto Fulo/ preto	Solteiro	PE	1877-1879	
106	Trajano Fortunato	Preto	Solteiro	PE	1894	
107	Vicente Ferreira de Araújo	Pardo Escuro	Solteiro	PE	1888	
108	Vicente Ferreira Pinheiro - Caboclinho	Pardo	Solteiro	PE	1886	

*Em negrito os fressureiros pertencentes à Sociedade Beneficente dos Fressureiros de Pernambuco e à União Montepio dos Fressureiros do Recife identificados.

ANEXO B- Diretoria da Sociedade Beneficente dos Fressureiros de Pernambuco

Ano/Cargo	Diretor	Vice-diretor	1º Secretário	2º Secretário	Tesoureiro	Procurador	Orador
1904				João Baptista de Souza			
1905	Lourenço José de Sant' Anna	Manoel Antonio Ferreira	Manoel Ângelo Silva	Antonio Ferreira dos Santos	Thomaz de Aquino Ferreira	Manoel Macena da Luz	João Lopes Ribeiro
1906	Luiz Ferreira da Silva	Francisco José do Nascimento	Amaro Pereira das Neves e Manoel Ângelo da Silva (interino)	José Mathias do Carmo	Thomaz de Aquino Ferreira	Ignacio de Oliveira Lima	João Lopes Ribeiro
1909			Sylverio Joaquim Antunes (interino)			José Manoel do Nascimento	
1910	Sylverio Joaquim Antunes	Constantino B dos Santos	Manoel Ângelo da Silva	José Ferreira do Nascimento	Luiz Ferreira da Silva	José Manoel do Nascimento	Antonio Franklin da Silva

ANEXO C- Concelho e comissões da Sociedade Beneficente dos Fressureiros de Pernambuco

1905	Sylverio Joaquim Antunes	Severino Vicente de Lima	João José Ponciano	José Joaquim Pereira	Constantino B. dos Santos	Manoel Francisco Paiva	
1906	João Simplicio de Sant' Anna	Cosme Rodrigues de Souza	Manoel José do Nascimento	Joaquim de Lima Amorim	Constantino B. dos Santos		
1910	Pedro Avelino de Souza	Manoel Macena da Luz	Thomaz de Aquino Ferreira	João Francisco Lima	José Joaquim Pereira	Manoel Joaquim do Nascimento	

Comissão de Contas 1906	Angelo Possidonio de Barros	Dionisio Pereira da Silva	João Guilhermino da Silva
Comissão de Beneficência 1906	José Manoel do Nascimento	Manoel Simões da Silva	Antonio Ferreira da Silva
Comissão de Sindicância	Sylverio Joaquim Antunes	João Napomocena da Costa	Pedro Avelino de Souza
Comissão de Contas 1910	Angelo Possidonio de Barros	Filinto Jorge dos Santos	Manoel Francisco Paiva

ANEXO D- Diretoria e Comissões da União Montepio Beneficente dos Fressureiros do Recife

Ano/Cargo	Presidente	Vice-presidente	1º Secretário	2º Secretário	Orador	Vice orador	Tesoureiro	Vice tesoureiro	1º Procurador	2º Procurador
1914/1915	José Marcellino das Chagas	Leonidas Pereira da Silva	Valdevino Francisco de Souza	José Mathias do Carmo	Manoel Medeiros da Silva	José Gomes da Rocha	Pedro Avelino de Souza	José Carneiro de Oliveira	João Zeferino Alves	Manoel Marques do Nascimento

Comissão Fiscal 1914/1915	José Manoel do Nascimento	Sylverio Joaquim Antonio	Thomaz de Aquino Ferreira
Comissão de Sindicância 1914/1915	João José Januário	José Pedro de Carvalho	José Ferreira Nascimento